

Tiago Prata Lopes Storni

**Comportamento Eleitoral e Estratégia Partidária:
uma análise espaço-temporal das eleições de SP e MG
a partir dos conceitos de Inovação e Representação Sociais**

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional / UFMG
2010

Tiago Prata Lopes Storni

**Comportamento Eleitoral e Estratégia Partidária:
uma análise espaço-temporal das eleições de SP e MG
a partir dos conceitos de Inovação e Representação Sociais**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Economia

Orientadora: Prof.^a Sueli Moro (CEDEPLAR/UFMG)

Coorientador: Prof. Mauro Borges Lemos (CEDEPLAR/UFMG)

Coorientadora: Prof.^a Helcimara de Souza Telles (DCP/UFMG)

Belo Horizonte
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
FACE - UFMG
2010

Folha de Aprovação

“O inconformismo é a utopia da vontade.”
Boaventura de Sousa Santos

À Stella, sempre.
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, principalmente, à minha mãe, Elisa, pelo apoio, pela amizade, pela responsabilidade, pelo carinho e pelo amor presentes em mais essa fase da minha formação. Ao meu irmão, Cristiano, pelos auxílios e pela força de caráter que me serve de exemplo.

Às minhas super tias, Eloísa, Eliana, Elza e Eloá, que contribuíram, cada uma a seu modo, em mais uma das minhas empreitadas inusitadas.

À minha avó Lilita, pela sapiência e força inspiradora. Ainda, à memória dos meus avós Stella Prata, Elzon Lopes e Armando Storni.

Agradeço à minha orientadora, Sueli Moro, por ter me introduzido na análise e instrumentalização do espaço, tendo apoiado meu projeto desde o início, puxando minha orelha quando necessário e me incentivando nos momentos mais tensos, sempre com palavras sábias e comentários preciosos, me servindo de inspiração como pesquisador e cientista.

À professora Mara Telles, pelas oportunidades dadas, pelas discussões e pelo grande aprendizado proporcionado no núcleo de pesquisa em opinião pública coordenado por ela.

Ao professor Mauro Borges Lemos, pela disponibilidade, pela revisão e pelas palavras sensatas que me ajudaram na reta final da dissertação, permitindo controlar meus devaneios teórico-metodológicos, ou, pelo menos, postergá-los.

À professora Mônica Viegas, que recepcionou a minha turma e nos acompanhou durante um bom tempo, tendo ensejado um verdadeiro ambiente de respeito, favorável ao intercâmbio de idéias e de experiências.

Ao Cedeplar, que é uma instituição ímpar, com excelente e eficiente estrutura física e humana.

Ao CNPq, pelo grande incentivo à pesquisa e fomento ao desenvolvimento acadêmico, proporcionado pelos seus programas de bolsas.

Aos colegas de turma, que em toda a sua diversidade foram capazes de formar um todo bastante especial. Agradeço muito à Sibelle e ao trio *forever* (Luiz, Fernanda e Diana) pela compreensão, pela amizade e pelo respeito para com a insanidade alheia.

Aos colegas de pesquisa, Paulo, Aline, Leo, Fábio e Carlos, pela amizade e pelos momentos especiais de debate e entretenimento.

Agradeço aos educadores que fizeram parte da minha formação e que me inspiraram na busca do aprendizado, da diversidade de conhecimento e da interdisciplinaridade: professor Amado Cervo e professora Marília Steinberger da UnB, assim como o professor Heitor Romana e professor embaixador Francisco Knopfli do ISCSP (Lisboa).

Aos meus eternos amigos relianos: Clariba, Fernando, Patixa, Folly, Amandita, Alexandre, Jubis, Piacentini e Taís.

À Taís, à Brenda e à Isabela, por terem me recebido em BH e terem permitido que a minha adaptação na cidade fosse prazerosa e divertida.

Ao colega e amigo Bruno, pela paciência em discutir teorias de psicologia comigo. Ao colega e amigo Marcos Gonzaga, pela paciência no apê e pelas calibradas dos findis.

Siglas Partidárias

ARENA	– Aliança Renovadora Nacional
MDB	– Movimento Democrático Brasileiro
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	– Partido Comunista do Brasil
PCO	– Partido da Causa Operária
PDC	– Partido Democrata Cristão
PDS	– Partido Democrático Social
PDT	– Partido Democrático Trabalhista
PFL	– Partido da Frente Liberal
PL	– Partido Liberal
PMDB	– Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	– Partido Popular
PPB	– Partido Progressista Brasileiro
PPR	– Partido Popular Renovador
PPS	– Partido Popular Socialista
PRN	– Partido da Renovação Nacional
PRONA	– Partido de Re-edificação da Ordem Nacional
PRS	– Partido das Reformas Sociais
PSB	– Partido Socialista Brasileiro
PSC	– Partido Social Cristão
PSD	– Partido Social Democrático
PSDB	– Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	– Partido Socialismo e Liberdade
PST	– Partido Social Trabalhista
PSTU	– Partido Socialista Trabalhista Unificado
PT	– Partido dos Trabalhadores
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	– Partido Trabalhista Nacional
PTR	– Partido Trabalhista Renovador
PV	– Partido Verde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Apresentação	16
1.2 Estrutura da Dissertação	22
1.3 A Importância do Problema	23
PARTE I	
2 COMPORTAMENTO ELEITORAL.....	30
2.1 Escolha Racional	30
2.2 Corrente Psicológica.....	33
2.3 Abordagem Sociológica	36
2.4 Algumas Perspectivas da Sociologia Política Brasileira e Críticas às Abordagens Clássicas do Comportamento	40
3. REPRESENTAÇÃO SOCIAL E INOVAÇÃO SOCIAL.....	49
3.1 Representações Sociais.....	49
3.2 Representações e o Território.....	58
3.3 Inovação Social	60
PARTE II	
4. ASSOCIAÇÃO ESPACIAL DO VOTO EM SP E MG	68
4.1 Contexto	68
4.2 Variáveis Verticais e Horizontais de Comunicação Social e Simétrica	74
4.2.1 Incentivos Horizontais às Interações Simétricas	75
4.2.2 Incentivos Verticais às Interações Simétricas	78
4.2.3 Índice de Comunicação Social e Simétrica	83
4.3. Análise Exploratória de Dados Espaciais – AEDE	85
4.4. Análise dos Resultados.....	87
4.5. Panorama Espaço-Descritivo do Voto.....	108
5. PEEMEDEBIZAÇÃO DO PT - FENÔMENO SOCIAL E ESPACIALMENTE DETERMINADO?	112
5.1 Contextualização do Partido dos Trabalhadores	112
5.2 Estratégias Pragmáticas ou Programáticas a partir de um exemplo baseado em Jogos	117
5.3 Efeitos Sociais e Espaciais nas eleições em São Paulo e Minas Gerais.....	122
5.3.1 Método de Expansão Espacial Localmente Linear de Casetti.....	123
5.3.2 Resultados dos Modelos de Regressão para São Paulo.....	128
5.3.3 Resultados dos Modelos de Regressão para Minas Gerais	133
6. CONCLUSÃO.....	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145
ANEXOS.....	155

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Modelo de representação proposto por Serge Moscovici.	57
Tabela 1. Vitoriosos e Segundos Colocados nas Eleições para Governador em MG e SP, por partido (1982-2006).	69
Quadro 1. Classificação dos Partidos Políticos por Ideologia.	69
Gráfico 1. Evolução dos blocos ideológico-partidários em Minas Gerais (1982-2006) (votos válidos para o governo estadual, 1º turno, %).	69
Gráfico 2. Evolução dos blocos ideológico-partidários em São Paulo (1982-2006) (votos válidos para o governo estadual, 1º turno, %).	70
Tabela 2. Frequência com que tentou convencer alguém a votar em algum candidato ou partido durante a campanha.	73
Tabela 3. Nível de Confiança na Maioria das Pessoas.	73
Figura 2. Grau de População Urbana dos Municípios de SP e MG (por categoria de percentil, 2000).	76
Figura 3. Histogramas e Curva Normal dos Percentuais de Pessoas em Domicílios Particulares que Possuem Computador nos Municípios de SP e MG (2000).	77
Figura 4. Distribuição Geográfica da média Percentual de Pessoas em Domicílios Particulares que Possuem Computador (por categoria de percentil, SP e MG, 2000). ..	78
Tabela 4. Intenção de voto no primeiro turno de 2002 e nível educacional, filtrados pela origem do voto do PT (Marta Suplicy) em 1998 e origem do voto do PSDB (Mário Covas) em 1998 (porcentagens na linha em parênteses).	79
Tabela 5. Escolaridade e Opinião sobre o PT e o PSDB (“0”, não gosta e “10”, gosta muito), respectivamente (% na linha, São Paulo).	80
Figura 5. Histogramas e Curva Normal da Média dos Anos de Estudo de Pessoas com 25 anos ou mais entre os Municípios de SP e MG (2000).	81
Figura 6. Histogramas e Curva Normal do sub-índice do Desenvolvimento Humano Municipal referente à Renda (IDHM-Renda) entre os Municípios de SP e MG (2000).	83
Tabela 6. Matriz de autovetores ou participação relativa de indicadores para a análise de componentes principais para São Paulo.	84
Tabela 7. Matriz de autovetores ou participação relativa de indicadores para a análise de componentes principais para Minas Gerais.	84
Figura 7. LISA(SP) - Porcentagem de votos em Mário Covas (PSDB) – 1994.	88
Figura 8. LISA (SP) - Porcentagem de votos em Francisco Rossi (PDT) - 1994.	89

Figura 9. LISA (SP) - Porcentagem de votos em J. Dirceu (PT) - 1994.	89
Figura 10. LISA (MG) – Porcentagem de votos em Eduardo Azeredo (PSDB) - 1994.	90
Figura 11. LISA (MG) – Porcentagem de votos em Hélio Costa (PP) - 1994.	91
Figura 12. LISA (SP) – Porcentagem de votos em Marta Suplicy (PT) - 1998.	92
Figura 13. LISA (SP) – Porcentagem de votos em Mário Covas (PSDB) - 1998.	94
Figura 14. LISA (SP) – Porcentagem de votos em Paulo Maluf (PPB) - 1998.	94
Tabela 8. Valores do ICSS por <i>cluster</i> (ponderado pela população) - SP (1998).	95
Figura15. Diagramas de Dispersão entre o Índice de Comunicação Social (ICSS) e o Percentual de Votos Válidos (%) dos Principais Partidos em Disputa - SP, 1998.	95
Figura 16. LISA (MG) – Porcentagem de votos em Itamar Franco (PMDB) – 1998.	97
Figura 17. LISA (MG) – Porcentagem de votos em Eduardo Azeredo (PSDB) – 1998.	97
Figura 18. LISA (MG) – Porcentagem de votos em Patrus Ananias (PT) – 1998.	98
Tabela 9. Valores do ICSS por cluster (ponderado pela população) – MG (1998).	98
Figura 19. Diagramas de Dispersão entre o Índice de Comunicação Social (ICSS) e o Percentual de Votos Válidos (%) dos Principais Partidos em Disputa - MG, 1998.	99
Figura 20. LISA (SP) – Porcentagem de votos em Geraldo Alckmin (PSDB) - 2002.	101
Figura 21. LISA (SP) – Porcentagem de votos em José Genoíno (PT) - 2002.	101
Tabela 10. Valores do ICSS por cluster (ponderado pela população) – SP (2002).	101
Figura 22. Diagramas de Dispersão entre o Índice de Comunicação Social (ICSS) e o Percentual de Votos Válidos (%) dos Principais Partidos em Disputa - SP, 2002.	102
Figura 23. LISA (MG) – Porcentagem de votos em Aécio Neves (PSDB) – 2002.	103
Figura 24. LISA (MG) – Porcentagem de votos em Nilmário (PT) – 2002.	104
Tabela 11. Valores do ICSS por cluster (ponderado pela população) – MG (2002).	104
Figura 25. Diagramas de Dispersão entre o Índice de Comunicação Social (ICSS) e o Percentual de Votos Válidos (%) dos Principais Partidos em Disputa SP, 2002.	105
Figura 26. LISA (SP) – Porcentagem de votos em José Serra (PSDB) - 2006.	106
Figura 27. LISA (SP) – Porcentagem de votos em Aloísio Mercadante (PT) - 2006.	107

Figura 28. LISA (MG) – Porcentagem de votos em Aécio Neves (PSDB) – 2006.	108
Tabela 12. Escolaridade e Intenção de Voto no Segundo Turno de 2002 (Brasil).	115
Tabela 13. Escolaridade e Intenção de Voto no Segundo Turno de 2006 (Brasil).	115
Quadro 2. Jogo de Estratégias Partidárias do Período Inicial.	119
Quadro 3. Jogo de Estratégia Partidária do Período 2.	120
Quadro 4. Jogo de Estratégia Partidária do Período 2 – Contexto de Baixa Interatividade.	121
Quadro 5. Jogo de Estratégia Partidária do Período 2 – Contexto de Alta Interatividade.	121
Tabela 14. Votos Válidos no Partido dos Trabalhadores em Ribeirão Preto, Presidente Prudente e respectivas Mesorregiões, por período eleitoral (%).	127
Tabela 15. Votos Válidos no Partido dos Trabalhadores em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Montes Claros e respectivas Mesorregiões, por período eleitoral (%).	128
Tabela 16. Resultados dos Modelos de Regressão referentes a São Paulo.	130
Figura 29. Variação Espacial do Parâmetro da Variável de Votos Válidos do PT em 1994 no modelo de 1998 (em parênteses estão as coordenadas longitudinais, lado esquerdo, e latitudinais, lado direito).	131
Figura 30. Variação Espacial do Parâmetro da Variável de Votos Válidos do PT em 1994 no modelo de 1998 (em parênteses estão os raios das distâncias em relação a Ribeirão Preto calculados a partir dos centróides).	132
Figura 31. Variação Espacial do Parâmetro da Variável de Votos Válidos do PT em 1994 no modelo de 1998 (em parênteses estão os raios das distâncias em relação a Ribeirão Preto calculados a partir dos centróides).	133
Tabela 17. Resultados dos Modelos de Regressão referentes a Minas Gerais.	135
Figura 32. Variação Espacial do Parâmetro da Variável de Votos Válidos do PT em 1994 no modelo de 1998 (em parênteses estão as coordenadas longitudinais, lado esquerdo, e latitudinais, lado direito).	136
Figura 33. Variação Espacial do Parâmetro da Variável de Votos Válidos do PT em 1994 no modelo de 1998 (em parênteses estão os raios das distâncias em relação a Belo Horizonte calculados a partir dos centróides).	137

RESUMO

O presente trabalho se insere na temática dos estudos sobre o comportamento eleitoral e estratégia partidária e busca apresentar uma contribuição na área pela utilização de uma abordagem que enfatiza formas de dependência social e espacial. Uma das principais perspectivas epistemológicas que se referem às lógicas da decisão eleitoral é baseada no pensamento econômico fundado, sobretudo, em pressupostos de racionalidade derivados da microeconomia clássica. Contudo, novas concepções dadas pela economia regional e social têm criticado o atomismo da escolha racional, principalmente em contextos de decisões sociais.

Propõe-se, aqui, instrumentalizar formas de interação social para contrapor dois tipos de influência com impactos no comportamento eleitoral: um tipo mais conformista, de natureza assimétrica, em que a tônica do processo democrático é dada pelo grupo politicamente majoritário; e um tipo formado por uma minoria ideológica ativa que procura ampliar a influência de suas opiniões se diferenciando dos valores da maioria e aplicando uma pressão não impositiva, porém simétrica, baseada em intercâmbios de opiniões e fazendo uso de um estilo de comportamento consistente no tempo. A influência dessa minoria opositora residiria no seu comportamento inovador construído através de processos de representação social, ou seja, de mecanismos de produção de idéias que se difundem no espaço e no tempo.

O objetivo do trabalho é verificar se uma baixa capacidade de inovação social explica o fato da esquerda partidária não ter chegado ao executivo estadual de São Paulo e Minas Gerais desde a redemocratização, particularmente, no contexto eleitoral de 1994 a 2006. Analisando *clusters* espaciais, encontrou-se que baixos indicadores socioeconômicos e desigualdades intra-regionais representam fatores que limitam a difusão de idéias distintas das tradicionais, dando incentivos para os partidos opositores abandonarem conteúdos programáticos, e passarem a adotar uma estratégia mais pragmática e moderada. Ao analisar a evolução do PT em São Paulo através de modelos de expansão localmente lineares, verificou-se que havia condições para o partido avançar programaticamente, mas que isso foi se debilitando pela maior dependência em relação à imagem carismática de Lula. Em Minas Gerais, concluiu-se que o PT tinha fortes incentivos a progredir pragmaticamente, devido a descontinuidades de comunicação social ao longo do seu território.

Palavras-chave: comportamento eleitoral, análise espacial, desigualdade socioeconômica, desigualdades intra-regionais, inovação social, representação social.

ABSTRACT

The present work is encompassed by the general theme of electoral behavior and party strategy, and is intended to be a contribution to that topic for applying a perspective that emphasizes social and spatial dependence. One of the main epistemological perspectives that refer to the rationale behind electoral decision-making is based on economic science, particularly on presuppositions of individual rationality derived from classical microeconomic theory. However, conceptions developed by regional and social economy have been criticizing the atomistic view of rational choice, especially in the context of social decisions.

This work analyzes forms of social interaction in order to confront two types of influence with impact on electoral behavior: on the one hand, a conformist one, distinctive for its asymmetrical nature, in which the major political group gives the tune of the democratic process; on the other hand, a non-conformist type in which an ideologically-active, politically-engaged minority seeks to strengthen the influence of its opinions by asserting its difference from the values of the majority, by applying a non-imposing and symmetric pressure based on the exchange of opinions, and by adopting a consistent and firm behavior. The influence of that opposing minority would be a consequence of its innovative and original behavior, structured by processes of social representation, or, more specifically, by mechanisms of production of ideas that can be diffused on time-space dimensions.

The aim of the study is to verify if restricted conditions for social innovation would explain the electoral context in which left parties did not win the regional elections in the states of São Paulo and Minas Gerais in Brazil after the re-democratization process, giving particular consideration to the period from 1994 to 2006. By analyzing spatial clusters, poor social background and intra-regional inequalities proved to be factors that hinder the diffusion of distinct and non-traditional ideas, representing a motive to opposing parties to abandon programmatic positions in favor of pragmatic and moderate strategies. Examining the evolution of the Workers' Party (PT) in São Paulo and using as method locally linear expansion regression models, it was verified that there were social and territorial conditions for a programmatic electoral advance, although this possibility get debilitated by a growing dependence in relation to the charismatic image of the President Lula. In Minas Gerais, it was inferred that the PT have had strong motivations to progress in a pragmatic manner due to intra-regional inequalities that could cause discontinuity and lack of social communication across its territory.

Key-words: electoral behavior, spatial analysis, socioeconomic inequalities, intra-regional inequalities, social innovation, social representation.

RÉSUMÉ

Le propos de cet étude est s'engager sur le sujet de le comportement électoral et de la stratégie des partis politiques en utilisant une perspective qui met le point sur la dépendance sociale et spatiale. L'une des vision épistémologique clef lié au choix de voter s'appuie sur des présuppositions rationalistes déduite de la microéconomie classique. Pourtant, il y a des nouvelles conceptions presentées par l'économie régionale et sociale qui critique l'atomisme de la théorie du choix rationnel, surtout dans le context de décisions sociales.

Il est envisagé ici d'instrumentaliser des formes d'interactions sociales par la confrontation de deux variétés d'influence: un type conformiste, ou assymetric, où la tonique de la démocratie est donnée par le group majoritaire ; et un type conçu par une minorité active que cherche augmenter l'influence des ses idées en détournant des valeurs de la majorité et en mettant une pression de façon non-impositive, mais symétrique, fondée sur des échanges d'opinions et avec une position ferme et cohérente. L'influence de cette minorité opositive réside dans son comportement innovateur construit par des processus de représentation sociale, ça veut dire, de mécanism de production des idées diffusé dans l'espace et le temps.

L'objectif de la dissertation est vérifier si une petite capacité d'innovation sociale explique le fait de la gauche ne pas arriver ao pouvoir exécutif dans les régions de São Paulo et Minas Gerais dès la redémocratisation et, en particulier, sur les élections de 1994 à 2006. En analysant des *clusters* spatiales, on a trouvé que des faibles indicateurs socio-économiques et des inegalités intra-régionales figurent comme des limites à la diffusion de nouvelles idées, et donne des incentives aux partis d'opposition à abandonner un discours programmatique et adopter une stratégie plus pragmatique et modérée. L'examen de l'évolution des votes dans le Parti des Travailleurs (PT), à São Paulo, par des modèles économétrique d'expansion local a montré que il ya eu des conditions favorables pour une manoeuvre programmatique, cependant que cette circonstance a été mis en cause par l'image charismatique du président Lula. À Minas Gerais, on a conclu que le PT a eu des motifs a évoluer de façon pragmatique, car il y a des discontinuités dans la communication sociale au long de son territoire.

Mots-clé: comportement électoral, analyse spatiale, inégalités socio-économiques, inégalités intra-régionales, innovation sociale, représentation sociale.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

Mesmo defrontando-se com graves e prolongadas crises econômicas, a democracia e o capitalismo sobreviveram e se consolidaram. Contudo, a consistência do elo entre a economia liberal, como sistema capitalista de livre mercado, e democracia liberal, como sistema de governo baseado na supremacia da lei e em princípios de soberania popular e igualdade política, não tem resistido à realidade e à prática. Ou seja, a industrialização e os avanços tecnológicos não têm sido acompanhados por uma prosperidade material capaz de promover o sentimento de igualdade e de reconhecimento de dignidade que levariam ao “último homem” (com suas aspirações e desejos fundamentais satisfeitos e reconhecidos universalmente), como preconizado em “O Fim da História e o Último Homem”, de Fukuyama (1992).

As sociedades não têm se desenvolvido de forma homogênea e uniforme, se libertando das suas origens históricas ou heranças culturais, de acordo com a idéia evolutiva que define o ápice político no Estado liberal. Essa crítica torna-se ainda mais contundente para as nações emergentes, onde os baixos indicadores de desenvolvimento persistem ao longo do tempo, apesar das reformas econômicas liberalizantes e dos avanços político-institucionais. Se o sistema político se revela inscrito em contextos históricos e culturais, há a importância de retermos a noção de democracia não como um fim em si, mas como um arranjo institucional que funciona de forma intimamente relacionada com suas circunstâncias sociais.

Desde os fundamentos político-liberais presentes na “Política”, de Aristóteles, são defendidos os princípios de liberdade individual e propriedade privada. Contudo, ainda nessa obra clássica, o homem não é individualmente auto-suficiente, e, sendo um “animal social” e um “animal político”, este só pode ser completo por meio da associação e comunicação de idéias com outros. Para Aristóteles, a grandeza da “cidade” (cidade-Estado) não estaria em uma unidade monolítica, mas na sua multiplicidade, onde a igualdade política e respeito recíproco permitiriam pessoas diferentes conviverem conjuntamente. Assim, a eficiência política só faria sentido através da participação dos cidadãos na tomada de decisão e da sua inserção nos processos de divisão do trabalho. Tal concepção social denota um liberalismo individual

bastante relativo, ou seja, limitado por um convívio, um respeito e um ativismo atuantes e recíprocos.

Referência nos estudos sobre a democracia, Robert A. Dahl (1989) aponta uma sociedade organizada de forma plural e moderna como critério para a sustentação de instituições necessárias para o dinamismo da poliarquia, ampliando a inclusão pela participação, além de fomentar a competição pública e aberta. O autor argumenta que, historicamente, a poliarquia está fortemente associada com sociedades caracterizadas por um alto nível de renda *per capita*, alto nível de urbanização, uma diversidade ocupacional, um bom nível educacional e bons indicadores sociais.

A Constituição Brasileira de 1988 concebe a democracia em estreita harmonia com o desenvolvimento social, estabelecendo, em seu artigo 1º, que a República Federativa do Brasil possui fundamentos nos princípios de soberania (I), cidadania (II), pluralismo político (V), entre outros, com objetivos fundamentais, no artigo 2º, constituídos pela construção de uma sociedade livre, justa e solidária (I), pela erradicação da pobreza e da marginalização, e redução das desigualdades sociais e regionais (III), entre outros¹. Entretanto, ainda em um ambiente com regiões de baixo desenvolvimento econômico-social e com a significativa presença de indivíduos pouco integrados (marginalizados pela pobreza, trabalho informal, baixa escolaridade, baixa participação em organizações deliberativas civis, entre outros), ainda não é claro o papel e a dinâmica da democracia no país.

O presente trabalho procura analisar o dinamismo democrático a partir de fatores sociais que podem influenciar a comunicação social, com foco no comportamento do eleitor. Seguindo a teoria econômica da democracia de Anthony Downs (1957), as organizações partidárias são consideradas agentes que se comportam racionalmente, ou seja, maximizando votos, assim como firmas maximizam lucros². Como cada eleitor

¹ Para maiores detalhes, ver a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

² Para Downs, os partidos políticos são entidades autônomas que buscam “poder” *per se* e usam apoios de grupos ou classes para alcançar seu fim, onde o interesse pela maximização do voto predomina em larga medida em relação a interesses na promoção de uma sociedade melhor ou ideal. Essa linha “realista” de pensamento pode ser encontrada em outros autores. A teoria política moderna tem n’*O Príncipe*, de Maquiavel, uma forte referência, em que encontra-se que a manutenção e a conquista de poder, para serem eficientes, devem ser conduzidas pela *virtu*, ou seja, pela capacidade de adaptar e manipular as situações de forma a se tirar o melhor proveito delas, evitando perder oportunidades. Weber (1922) afirmava que os partidos têm como objetivo principal a obtenção de votos nas eleições para cargos políticos ou em corporações com voto. Schumpeter (1943) afirma que, numa democracia, partidos

representa um voto, a concorrência entre partidos se insere diretamente na disputa por mercados eleitorais. Contudo, a competição partidária, nessa dissertação, não é determinada por eleitores que se comportam como na teoria microeconômica clássica, ou seja, como agentes racionais ou consumidores que maximizam suas funções de utilidade desenvolvidas a partir de preferências individuais por políticas públicas, *à la* Downs. Considera-se, aqui, que a escolha eleitoral é impactada por formas de influência social que dependem de fatores socioeconômicos para se desenvolverem. Procura-se instrumentalizar essa influência e compreender sua dinâmica temporal através da relação entre a difusão de ideologias³ e ambientes territoriais socialmente coesos. Procura-se, assim, estudar a dinâmica do comportamento social dos cidadãos na escolha eleitoral e a consequência dessa estrutura na estratégia de competição partidária em um contexto político democrático com eleições institucionalizadas.

Será utilizada uma abordagem com ênfase nas interações e influência entre pessoas ou grupos, sendo caracterizadas por mecanismos de difusão de percepções, orientadas por “representações sociais” e sua expressão territorial. O conceito de representação social utilizado é derivado de estudos de psicologia social em que as representações são entendidas como construções de imagens estimuladas por conversas e interações ativas que podem criar nós de estabilidade e recorrência, restaurando a consciência coletiva a partir de uma rede de idéias fluidas, ou seja, mais ou menos interligadas livremente (MOSCOVICI, 2000). Os elementos que constituem a representação são suscetíveis de variação no tempo, devido à relação concebida no processo de troca ou de comunicação. A partir das representações, os atores vão proceder à repartição das superfícies e à construção de malhas, se inscrevendo em relações de produção e, logo, num campo de poder que se expressa no território (RAFFESTIN, 1993). No caso eleitoral, o caráter simbólico e ritualístico da representação social seria dado pelo momento eleitoral, com *locus* e espaço de interação marcado pelas condições territoriais de comunicação social.

políticos, inclusive os partidos socialistas, têm como prerrogativa a defesa de seus interesses através do oportunismo eleitoral. Para Claus Offe (1984), os processos políticos têm, como protagonistas, elites que concorrem entre si pelas vitórias eleitorais. Apesar de várias correntes estudarem o comportamento partidário a partir da sua estrutura organizacional (MICHELS, 1962; DUVERGER, 1980), considerando uma diversidade interna, simplifica-se, aqui, o comportamento partidário, tratando-o como sendo unitário, coeso e maximizador do voto.

³ No caso, “ideologias” são entendidas somente como conjunto de idéias vinculadas a conteúdos programáticos dos partidos políticos.

Procura-se verificar se as desigualdades sociais intra-regionais influem no mecanismo democrático de equilíbrio dos conflitos políticos, criando obstáculos à difusão de idéias, diminuindo a competitividade e incentivando a pouca diferenciação nas posições programáticas dos partidos políticos. Considera-se, assim, que os aspectos sociais podem influir diretamente na interação entre os indivíduos. Um baixo nível de interação social poderia ser dado por barreiras horizontais, como restrições físicas que limitem o número de interações entre os indivíduos, ou barreiras verticais, que podem restringir a qualidade dessas interações, no sentido de que ambientes socialmente assimétricos podem apresentar obstáculos ao conflito e à difusão de novas idéias⁴. Nessa perspectiva, a estrutura socioeconômica é endogeneizada no sistema eleitoral, estando diretamente ligada à mobilização das forças políticas e à modificação de preferências ideológicas, podendo atuar, assim, impulsionando ou limitando o desenvolvimento dos ciclos eleitorais (ciclos dados pela concorrência e alternância de forças políticas, sob a forma dos representantes políticos escolhidos através de eleições majoritárias para cargos executivos). Depois do impacto da modernização industrial e crescimento econômico, quando a população passa a ser predominantemente urbana, menos dependente do setor agrícola e com maior acesso à informação através da televisão, a ênfase social perde grande espaço nos estudos do comportamento eleitoral. Entretanto, por trás dos indicadores elaborados com dados agregados, há um crescimento econômico bastante desigual, não convergente e territorialmente estável, que vai além da dual clivagem Norte/Nordeste e Centro/Sul do país (CHEIN *et al*, 2005).

A hipótese da maior relevância dos fatores sociais e culturais na lógica eleitoral pode ser ainda mais enfatizada para o caso brasileiro, dado seu caráter mais “voltado para dentro”, no sentido de ter uma identidade cultural miscigenada e muito própria, uma extensão geográfica continental, um comércio preponderantemente interno e uma

⁴ A noção das dimensões sociais horizontal e vertical está presente em alguns estudos voltados para a dinâmica democrática nos países de modernização tardia. Ao tratar os sistemas políticos dos países em processo de modernização da Ásia, África e América Latina, Samuel Huntington (1968) argumenta que por trás das carências sociais há carências políticas, classificando a oportunidade de mobilidade política de acordo com dois tipos de níveis sociais: “horizontal” (nível de urbanização), que poderia contribuir para uma maior estabilidade no campo; e “vertical” (ocupacional e de renda) que, por sua vez, poderia contribuir para posições instáveis, sobretudo nas áreas urbanas. Ao analisar os estudos sobre a lógica eleitoral nas eleições municipais durante o regime militar brasileiro, Fábio Wanderley Reis (2000) destaca o processo de mobilização e ativação sociopolítica das classes populares e sua associação com dois tipos de dimensões objetivas: uma de caráter “vertical”, dada pela posição sócio-econômica, onde uma condição periférica nessa dimensão favoreceria propensões conformistas; e uma “horizontal”, dada pela experiência urbana, pela amplitude da rede de interação social e, conseqüentemente, pela intensificação da comunicação social.

considerável distância física em relação aos grandes centros internacionais do poder econômico e militar. Tais características poderiam amortecer choques de comportamentos e atitudes políticas vindos de outros países. Além disso, o contexto do pós Guerra Fria diminui consideravelmente a necessidade de alinhamento político de acordo com as tensões e conflitos ideológicos entre as principais potências, o que daria maior espaço para movimentos sociais e organizações político-partidárias apresentarem propostas e programas autônomos e maior liberdade para os cidadãos se inserirem nas opções e posicionamentos ideológicos.

Autor de referência no estudo do comportamento eleitoral, Philip Converse (1979) utiliza, no lugar de ideologia, o conceito de sistema de crenças para definir a interligação entre idéias e atitudes, e suas alterações através do tempo. Segundo o autor, as fontes de coação do sistema de crenças seriam mais sociais do que psicológicas ou lógico-rationais. Para Converse, as fontes sociais de comunicação seriam divididas em dois tipos: fontes históricas, com raízes na configuração de interesses e informações que caracterizam certos nichos da estrutura social; e fontes relativas à criação e difusão de sistemas de crenças. Converse destaca que a formação de sistemas de crenças é um ato de síntese criativa característica de apenas uma minúscula proporção de qualquer população e depende de canais sociais de difusão e transmissão de informações para mudar a estrutura de pensamento vigente.

Ainda na lógica de ênfase da dimensão sociológica no comportamento eleitoral, Seymour Lipset (1967) considera três condições que influem no apoio a partidos políticos reformistas, i.e., orientados para a mudança social: canais de comunicação eficazes, reduzida crença na possibilidade de mobilidade social e ausência de laços tradicionais com um partido conservador.

O objetivo fundamental desse trabalho é explorar as possibilidades de competição partidária no espaço e no tempo para verificar se as condições sociais influenciam a difusão das bases eleitorais oposicionistas, incentivando ou dificultando interações entre pessoas e grupos⁵. Para verificar a ocorrência de padrões territoriais de comportamento,

⁵ Bolívar Lamounier (1978) analisa o eleitorado do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido oposicionista no regime militar, e destaca dois modelos oposicionistas. Um deles seria baseado na difusão dos movimentos oposicionistas em cidades médias (Salvador e Presidente Prudente), difusão que partiria de alguns segmentos das chamadas camadas ilustres da classe média (de nível educacional e profissional mais elevado) para os estratos inferiores da estrutura econômico-social. Para se aprofundar na

principalmente no caso das bases oposicionistas, utiliza-se um modelo teórico baseado no conceito de “inovação social”, entendido como a introdução ou a modificação de idéias concebidas, de atitudes tradicionais e de antigos modos de pensamento e comportamento. A inovação, nesse sentido, tem lugar num contexto interativo caracterizado por uma divergência de opiniões que resulta em situações de conflito cognitivo que confronta juízos próprios e a possibilidade de fazer concessões. Para Moscovici e Doms (1984), a influência mais pronunciada da minoria no processo de inovação social se deve provavelmente a um comportamento consistente. Os sujeitos julgariam que esse comportamento reflete uma maior segurança e competência do que se o mesmo comportamento fosse adotado por uma fonte majoritária. Contudo, além da consistência, a influência espacial da minoria dependeria da coesão social para se difundir.

Se as inovações político-ideológicas têm dificuldade para se disseminar, com baixo retorno eleitoral, talvez os partidos procurem uma estratégia baseada mais em imitação e menos em inovação, usando seus esforços para competir mais intensamente em visibilidade, carisma e imagem, e menos em diferenciação programática, mobilização política e incentivo à participação. Nesse caso, além do ciclo eleitoral demandar mais tempo para se realizar, as amplitudes em inovação de idéias do ciclo são menores, ou seja, alternâncias de poder poderiam ocorrer, mas a introdução de novas práticas diminuiria. Nessa perspectiva, o enfraquecimento da democracia pela desigualdade socioeconômica não se daria essencialmente por uma instabilidade política causada pela eventual aparição de clivagens políticas ou conflitos sociais e regionais (cenário provável em contexto de fraca institucionalização eleitoral), mas pela ausência de conflito de idéias devido aos obstáculos à comunicação social. Assim, para alcançar uma maior porção de eleitores, num contexto eleitoralmente institucionalizado, os partidos poderiam ser frequentemente incentivados a moderarem-se e caminhar em direção ao “centro” do espectro ideológico.

compreensão desse modelo, Lamounier defende a necessidade de se determinar a identificação partidária através de fatores contextuais mais abrangentes, quer no espaço, quer no tempo, possível a partir de uma geografia socioeconômica. O outro modelo oposicionista seria a de que os votos na oposição partiam de uma classe pobre, dando preponderância ao fenômeno de classe (estruturado principalmente por Fábio Wanderley Reis ao analisar as bases oposicionistas em São Paulo em 1974), detectado em grandes cidades (São Paulo e Porto Alegre) e ligado ao nível de industrialização dessas cidades.

1.2 Estrutura da Dissertação

A estrutura dessa dissertação é composta por duas partes, uma teórica e outra de base mais empírica, sendo que cada parte é dividida em duas seções. Na primeira parte, procura-se apresentar e aprofundar a literatura referente à lógica da decisão do eleitor, tratando algumas correntes clássicas agrupadas nas chamadas escolas de comportamento eleitoral. Entre as principais abordagens apontadas recorrentemente pela literatura, destacam-se a escolha racional econômica (*rational choice theory*), a perspectiva psicológica (ou Escola de Michigan) e a sociologia eleitoral (ou sociologia política). Essas perspectivas não são necessariamente concorrentes e excludentes, mas cada uma enfatiza certos condicionantes e encadeamentos no processo de ordenação lógica que explicam o voto por diferentes enfoques. São apontadas algumas perspectivas do caso brasileiro, além de críticas às visões clássicas pela ausência de propostas metodológicas que tratem a dinâmica do espaço e da dependência social nas flutuações político-eleitorais de longo-prazo.

Na segunda seção do bloco teórico, é abordada a perspectiva a ser adotada, baseada na teoria das representações sociais e sua aplicação no espaço, que se aproxima da corrente sociológica pela ênfase no ambiente coletivo. Essa teoria é retratada de forma geral, para que se possa compreender o papel da inovação social na modificação de preferências, que será o elemento alternativo proposto para embasar a aplicação das metodologias a serem empregadas. O propósito será pensar e instrumentalizar a influência social através de metodologias e técnicas de análise espacial frequentemente utilizadas na economia regional.

A segunda parte se refere às metodologias de análise empírica realizada com base em dados agregados. Aplica-se a técnica de Análise Exploratória de Dados Espaciais (ESDA, sigla em inglês) com dados municipais de 1994 a 2006 das eleições para governador em São Paulo e Minas Gerais. Os dados agregados foram utilizados para podermos captar efeitos de influência espacial nos contextos intra-regionais. Esses estados da federação são os objetos trabalhados devido à maior tradição das siglas partidárias nesses espaços e presença de bases eleitorais com, talvez, maiores probabilidades de envolvimento ideológico-programático. Esses estados são ainda escolhidos por apresentarem um cenário em que não se completou o ciclo político, ou

seja, em que a oposição de esquerda não chegou ao poder no governo desde a abertura democrática, após o regime militar. Por isso, busca-se compreender como se deu a dinâmica eleitoral relacionando medidas de concentração espacial do voto com uma medida representativa de canais de interação simétrica (construída a partir de variáveis socioeconômicas de urbanização, uso de computador, escolaridade e nível de renda). Essa análise possui a vantagem de possibilitar o uso de dados geo-referenciados para descrever e visualizar padrões de associação do voto entre os municípios e detectar variações por localização, além de detectar efeitos de dependência e heterogeneidade espaciais. O objetivo é observar a formação e evolução de *clusters* espaciais de bases eleitorais dos partidos dos principais candidatos em disputa, detectando se há nessas bases diferentes relações com aspectos sociais ligados à difusão do voto em cada partido e candidato, analisando, particularmente, a relação da base dos partidos opositoristas com o modelo de inovação social e comportamento consistente.

Na segunda seção da parte empírica, serão utilizados modelos econométricos de expansão espacial localmente linear (CASSETTI, 1972, 1973) capazes de acomodar heterogeneidades geográficas, a fim de captarmos possíveis efeitos espaciais de difusão dada por escolhas consistentes no tempo. O objetivo é analisar a evolução do PT em São Paulo e Minas Gerais, dada as especificidades socioeconômicas de cada município e as áreas mais propícias para estratégias baseadas em conteúdos programáticos ou pragmáticos.

Por fim é apresentada a conclusão descrevendo um resumo de cada parte e interpretações gerais da análise empírica realizada.

1.3 A Importância do Problema: limites da racionalidade individual e utilitária na decisão do voto

Essa dissertação se justifica pela abordagem do comportamento dos eleitores no contexto de desigualdades socioeconômicas. Uma vez que a democracia tem a competição eleitoral como um componente básico de equilíbrio e eficiência, chamamos a atenção nesse estudo para a possível formação de um cenário de baixa competitividade produzida pelo comportamento dos eleitores sob a realidade das desigualdades socioeconômicas. O controle equilibrado das forças políticas através de eleições periódicas, em contexto institucionalizado, é central para o sucesso do método

democrático, ao dar estabilidade ao sistema e evitar o recurso à violência. O método talvez não tolere conflitos estruturais, mas considera-se que ele é capaz de suportar, relativamente bem, a aparição de novas forças políticas, ao mesmo tempo em que preserva a acumulação de experiências. Os movimentos de mudança respondem a necessidades de apresentar novas soluções para problemas que perduram. Em um paralelo com *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de Thomas Kuhn, onde a mudança de paradigmas é fundamental para o desenvolvimento científico, a alternância política seria fundamental para o desenvolvimento das sociedades – apesar de possuir caráter menos revolucionário que a sobreposição de paradigmas proposta por Kuhn, inspirada na história das revoluções políticas. Se o desenvolvimento científico ocorre, por vezes, através de criações transformadoras que se impõem e determinam uma nova realidade, o desenvolvimento democrático seria menos impositivo e mais consensual, dependendo de condições de deliberação no fomento da difusão de novas idéias, ou seja, o impulso ao desenvolvimento político estaria mais ligado a condições endógenas de idéias novas. Tais condições poderiam estar diretamente ligadas aos aspectos sociais do comportamento eleitoral. Contudo, ainda não é claro o papel desses aspectos no equilíbrio democrático.

Várias abordagens procuraram tratar a complexidade da relação entre aspectos sociais e a democracia. Na quarta parte de *Capitalism, Socialism and Democracy* (1943), Joseph Schumpeter destaca a relevância da competição democrática mesmo num sistema pós-capitalista, dirigindo a atenção para uma real e eficiente compatibilidade entre socialismo e democracia. O autor apresenta a noção de que os valores do socialismo poderiam ser incrementados pelos valores e pelo *modus operandi* da democracia, devido à capacidade da última de remover as barreiras impostas à vontade das pessoas por instituições dominadas por grupos de interesses específicos. Schumpeter defende seu argumento, por vezes acusado de simplista ou inocente, colocando que ele é necessário para despir o método democrático da sua ligação com a ética e com os interesses capitalistas, devido à sua concepção numa etapa histórica ligada à burguesia. Para o autor, o método democrático não é, por si só, um instrumento para evitar a constituição do proletariado como classe. Schumpeter coloca que a moderna democracia surgiu conjuntamente com o capitalismo, numa relação causal. Em relação aos regimes anteriores, o sistema democrático permitia à classe burguesa a melhor inserção de seus interesses ao deixar essa categoria mais livre para comerciar, tendo garantias legais de atuação, seguranças políticas para o livre comércio e direitos individuais afirmados. O

autor indica que tais princípios eram impensáveis para a classe dominante anterior, a aristocracia, que dependia mais das benesses providas pelo Estado. Assim, enquanto os padrões burgueses fossem dominantes na sociedade, suas atitudes tenderiam a se disseminarem para outras classes também. Contudo, Schumpeter acreditava que o capitalismo estava perdendo rapidamente as vantagens que costumava possuir e estava gravemente ameaçado pelo surgimento de forças políticas originárias de outras classes⁶. Schumpeter destaca que a relação entre democracia e liberdade é consideravelmente mais complexa e caótica do que a apresentada pela visão valorativa do Bem Comum e Social, que trata o comportamento eleitoral democrático como racional e naturalmente justificável, numa ética utilitarista. Segundo ele, na questão do comportamento eleitoral, há, por vezes, um reduzido grau de responsabilidade e vontade efetiva, ainda que exista uma significativa quantidade de informações disponíveis. Daí decorre que o cidadão típico torna-se muito mais associativo e afetivo. Ainda assim, o autor considera a eficiência da democracia, enquanto método, como um sistema para aceitar ou recusar aqueles que estão no governo e como critério de livre competição de potenciais líderes através do voto, não sendo incompatível mesmo com um regime socialista, pois o método seria capaz de dar estabilidade e espaço para a introdução de novos pensamentos, desde que não exigisse mudanças ou choques estruturais.

Adam Przeworski (1985) destacou que, ao mesmo tempo em que a democracia política fornecia aos trabalhadores a oportunidade de defender seus interesses e fazer a revolução pelas urnas, havia uma barreira eleitoral, pois a mobilização do operariado seria difícil e insuficiente. Segundo o autor, existia uma atitude ambivalente das organizações socialistas com relação à participação eleitoral. A necessidade de mobilizar as massas trazia conseqüências para o enfraquecimento dos interesses de

⁶ "...capitalism is rapidly losing the advantages it used to possess. Bourgeois democracy which is wedded to that ideal of the state has for some time been working with increasing friction. In part this is was due to the fact that, as we have seen before, the democratic method never works at its best when nations are much divided on fundamental questions of social structure. And this difficulty in turn proved particularly serious, because bourgeois society signally failed to fulfill another condition for making the democratic method function. The bourgeoisie produced individual who made a success at political leadership upon entering a political class of non bourgeois origin, but it did not produce a successful political stratum of its own although. All these facts together seem to suggest a pessimistic prognosis for this type of democracy. They also suggest an explanation of the apparent ease with which in some cases it surrendered to dictatorship." (pg. 298, Capitalism, Socialism and Democracy).

classe. O dilema da social democracia do início do Século XX se impunha pelo fato de o sucesso eleitoral pressupor que os interesses de alguns outros grupos, que não o dominante, fossem satisfeitos em grau considerável. Era concebida, dessa forma, a noção de não coincidência entre organizações políticas e organizações econômicas. Isso trazia certa autonomia para os partidos e suas estratégias eleitorais, não sendo mais condicionados diretamente por demandas segregadas em termos de classe social. Assim, as classes médias seriam potenciais aliados de outras classes e as flutuações de voto nessa classe poderiam variar em função dos apelos políticos em momentos de crise social ou econômica. O autor destaca que o voto estimula um controle extremamente frágil ou nulo sobre as decisões políticas e sobre as burocracias que implementam as políticas públicas, negando, assim, a noção utilitária da representatividade política.

Ângelo Panebianco (2005) destaca algumas linhas de tendência de transformação partidária no sentido da conformação mais ampla do tipo de partido “profissional-eleitoral”, e uma redução do tipo “burocrático de massa”. Enquanto o primeiro seria caracterizado por direções personalizadas e um apelo mais difuso ao eleitorado, financiado por grupos de interesse e com relações mais fracas entre o partido e o eleitor, o último seria uma organização interna mais forte e vertical, com um apelo maior ao eleitorado fiel, com direções colegiais, financiamento interno e ênfase na ideologia. Segundo o autor, essa transformação possuiria estímulos dados pelas modificações ocorridas nas proporções entre os diferentes grupos econômico-ocupacionais e nos posicionamentos culturais, mais heterogêneos, além da significativa evolução dos meios de comunicação de massa, em que predomina o contato direto entre o eleitorado e os candidatos, em detrimento dos grupos intermediários como militantes e filiados. Panebianco considera essa transformação como coincidente com o debate de “crise” dos partidos, em que haveria uma compressão de suas funções, em especial aquela referente à organização de “demandas gerais” de defesa ou transformação da ordem social e política pelo uso de uma ideologia.

A influência das ciências econômicas no tema é dada com grande referência às concepções de Anthony Downs (1957), em que os partidos políticos são entidades autônomas que buscam “poder” *per se* e usam apoios de grupos ou classes para alcançar seu fim, através da maximização de votos. Segundo o autor nenhum partido faz sua ideologia se prender de modo rígido demais a uma perspectiva filosófica específica. Por

outro lado, também, os partidos não propõem simplesmente uma miscelânea de perspectivas políticas, a fim de terem alguma consistência e garantirem o apoio das suas bases eleitorais. Assim, para ganhar votos, os partidos são, de alguma forma, forçados a serem íntegros (confiáveis e responsáveis) e pouco contraditórios, sendo que o grau de integridade dependeria do grau de competitividade do sistema, pois mais partidos disputariam por nichos ideológicos mais específicos e venceriam aqueles mais competentes e inovadores quanto a proposição de novas políticas. O eleitor possuiria preferências independentes, completas⁷ e transitivas⁸, ou seja, suas escolhas seriam claramente comparáveis, relacionáveis e definidas individualmente. O Brasil, por apresentar um sistema institucional multipartidário, deveria apresentar, segundo a lógica *downsiana*, um sistema altamente competitivo, com claras definições ideológicas e incentivador de inovações em propostas políticas.

Talvez a crítica mais contundente às formulações dessa racionalidade seja a de que a análise dedutiva da escolha racional carece de realidades observadas. Na busca de cientificidade, essa teoria poderia simplificar demais os procedimentos de decisão humana. Os parâmetros para uma escolha racional por parte do eleitor, definidos por Downs, passaram a não corresponder às observações verificadas empiricamente, como a dificuldade em explicar o aparecimento de novas forças políticas em sistemas multipartidários, a presença de significativa falta de interesse e conhecimento sobre os assuntos políticos por parte dos eleitores, além da não verificância da consistência retrospectiva.

Outras críticas têm sido retratadas e destacadas em diversos trabalhos, devido à tendência ao declínio dos índices de participação em organizações partidárias em muitos países e dos níveis de informação política da população (MAINWARING, 1999; DALTON *et al*, 2000). Esses fenômenos estão em clara contraposição com a idéia de predominância de eleitores bem informados sobre os temas políticos.

⁷ A completeza indica que para todo elemento “a”, “b” pertencente a um conjunto “X”, tem-se que “a” é preferível a “b” ou “b” é preferível a “a”, ou ambos (MAS-COLLEL, WISTON e GREEN, 1995).

⁸ Para todo elemento “a”, “b”, “c” pertencente a um conjunto “X”, a transitividade indica que se “a” é preferível a “b” e “b” é preferível a “c”, então “a” é preferível a “c” (MAS-COLLEL, WISTON e GREEN, 1995).

Numa crítica ao individualismo político, Buchanan (1954), contemporâneo de Downs, questionava as teorias individualistas, ao colocar que a noção social é ainda mais evidente no caso do voto, pois, apesar de o indivíduo ser a entidade atuante, suas conseqüências são sociais, havendo uma identificação maior com o grupo social, além do resultado da escolha ser incerto, não imediato e onde a gama de opções é bastante restrita.

A economia possui uma tradição metodológica individualista, de independência entre funções de utilidade, mas algumas perspectivas têm se desenvolvido nos últimos anos criticando o atomismo teórico e buscando formas de instrumentalizar a interação social. Akerlof (1997) enfatizou as externalidades provocadas em contextos de decisões sociais inseridas em diversas atividades do cotidiano das pessoas. Para o autor a importância principal das decisões individuais é que elas possuem conseqüências sociais. Segundo Granovetter (1985), faz-se necessário entender os mecanismos de construção e reconstrução do processo interativo, onde os atores podem moldar e também serem moldados, evitando tanto a atomização quanto a super-socialização.

No âmbito da economia regional, Krugman, Fujita e Venables (2002) enfatizaram a instrumentalização de espaços sociais para abordar com maior eficiência as estratégias envolvendo políticas econômicas e análises de potenciais de mercado, ao captar e medir graus de multiplicadores econômicos locais via externalidades das aglomerações produtivas. Estudos empíricos têm destacado as possibilidades de um grande efeito multiplicador social no comportamento médio dos indivíduos a partir da existência de equilíbrios múltiplos e localmente estáveis (DURLAUF e BROCK, 1995; ANSELIN, 2003, KRUGMAN, 1998). Essa perspectiva econômica é um incentivo à análise de canais de comunicação espaciais como um efeito multiplicador da potencialidade para despertar e espalhar novas forças e idéias políticas.

Axelrod (1997) discute sobre formas de se estruturar a interação social em processos de decisão através de uma dinâmica dada mais por comportamentos adaptativos que racionais, abrindo um grande espaço para o estudo de efeitos temporais e permitindo equilíbrios locais diversos. Segundo o autor, devido ao fato de os indivíduos poderem se encontrar mais de uma vez, eles podem estabelecer processos de memória, o que colocaria a estratégia dos agentes em função do histórico das iterações entre eles.

Axelrod investiga padrões de comportamento no contexto de jogos em que os participantes possuem uma racionalidade limitada. O autor destaca que adentrar em tais estudos comportamentais é uma preocupação presente em vários campos das ciências sociais, seja na sociologia, na psicologia, antropologia ou economia. Segundo Axelrod, as três principais definições de normas são baseadas em expectativas, valores e comportamento. O autor desenvolveu um mecanismo evolucionário para analisar as normas baseadas em comportamento. Ele defende que a norma existe enquanto uma graduação e não uma concepção dual de existência ou não de uma proposição normativa. Ele destaca ainda a importância, no estudo comportamental, do princípio de *social proof*, especialmente no contexto de decisão a partir de uma atitude “correta”, pois as ações de outros poderiam prover informações sobre como a população está se adaptando a um ambiente em particular. Nesse sentido, as informações providas por outros são valiosas como parâmetros de como nosso próprio comportamento deveria ser, principalmente quando nos apresentamos como uma novidade num ambiente particular.

Tais considerações indicam o valor que a dinâmica sócio-comportamental pode ter sobre o equilíbrio democrático no que se refere à influência das diferentes interações interpessoais sobre a ordem e a transformação social no que tange às modificações ideológicas.

A maior disponibilidade de dados eleitorais tem representado um grande incentivo à adição da análise estatística à teoria política. A partir da década de 90, a cobertura de dados eleitorais municipais passou a ser ampliada, permitindo aprofundar a análise de fenômenos espaciais com bases mais desagregadas. Atualmente, o uso de urnas eletrônicas deu mais rapidez e facilidade ao arquivamento de dados eleitorais, já sendo disponibilizados até dados por seção eleitoral, o que abre ainda mais possibilidades para o estudo da expressão territorial do voto. A análise espacial pode ser uma ferramenta de grande importância para a compreensão da disputa pelo poder no sistema eleitoral.

2. COMPORTAMENTO ELEITORAL

A decisão do voto é um fenômeno complexo e pode responder a causas múltiplas. O estudo dessa temática possui caráter necessariamente multidisciplinar. A literatura conta com contribuições da ciência política, da economia, matemática, sociologia, psicologia, antropologia, lingüística, entre outros. Três correntes de estudo do comportamento eleitoral se destacaram no decorrer do tempo, geralmente reunidas na abordagem econômica da escolha racional, na perspectiva psicológica da Escola de Michigan e na corrente sociológica eleitoral. Abaixo será introduzida uma apresentação resumida de cada corrente de estudo a fim de elucidar o problema a ser analisado.

2.1 Corrente da Escolha Racional

Na teoria da escolha racional (*rational choice*), enfatiza-se fatores clássicos da microeconomia, considerando os eleitores como consumidores de políticas públicas e os partidos políticos como firmas maximizadoras do voto. Os interesses dos cidadãos são dados de acordo com as preferências individuais, onde as informações para o cálculo racional são públicas e acessíveis a todos. Assim, a lógica do eleitor é baseada, sobretudo, na noção de um conjunto estruturado e coerente de idéias relacionadas somente a ele próprio. Downs (1957), principal referência dessa corrente, procurou formalizar os mecanismos de comportamento eleitoral, onde os agentes atuam de forma a maximizar sua utilidade (como os consumidores na microeconomia clássica) de acordo com curvas de indiferença “bem comportadas” contendo, sobretudo, preferências por políticas públicas. O eleitor se basearia em análises retrospectivas de benefícios sociais e econômicos derivados de administrações anteriores para formular expectativas de benefícios futuros. Numa tradição utilitária, a ação humana é atomizada e as relações sociais são friccionais. O elemento “ideologia” seria uma variável que simplificaria e instrumentalizaria os valores individuais numa primeira instância, a fim de diminuir custos de informação e diminuir incertezas, mas que dependeria da confiança na integridade dos partidos.

Apesar de, por vezes, essa perspectiva econômica ser acusada de simplificar demais o sistema de decisão no contexto político, a teoria racional busca instrumentalizar as formulações do comportamento eleitoral para avançar na descoberta de regras mais gerais e mais previsíveis, no intuito de encontrar soluções para problemas que

frustravam algumas análises. Pode-se dizer que ela almeja formular uma teoria geral de equilíbrio, à semelhança do “sucesso” da teoria do equilíbrio geral presente nas ciências econômicas. Segundo Downs, a previsão seria mais consistente ao levar em consideração o cálculo da trajetória que os indivíduos e partidos faziam para se chegar aos seus objetivos. Ele supõe que essas trajetórias são seguidas numa tendência estável, por se tratar de atores que possuem uma racionalidade econômica e política, desconsiderando as inconstantes emoções e valores dos fenômenos psicológicos. Trata-se de uma análise dedutiva e não indutiva, inferindo conclusões a partir de postulados básicos da teoria econômica, aplicados aos fenômenos políticos.

No aspecto institucional partidário, a “escolha racional” fundamenta-se no pressuposto de que todo governo maximiza sua base de apoio político. O objetivo principal do governo é a reeleição e o objetivo principal dos partidos fora do poder é conquistá-lo. A racionalidade é definida em termos de confiabilidade (previsão na ação futura dos partidos pelo que eles dizem que farão) e responsabilidade (previsão pela projeção construída por ações anteriores). Na lógica *downsiana*, quando o partido já está no governo, suas ações presentes fornecem um guia melhor para aquilo que fará do que suas declarações presentes. Portanto, o partido no poder não precisa ser necessariamente confiável, contanto que seja responsável. Entretanto, os partidos de oposição precisam ser confiáveis, isto é, os eleitores devem ser capazes de prever as ações deles razoavelmente bem, com base nas declarações que eles emitem. Contudo, Downs destaca que pelas próprias motivações internas dos partidos, eles são inexoravelmente levados a ser confiáveis e responsáveis. Essa condição, ao lado da racionalidade dos eleitores, leva a uma imobilidade ideológica aplicada a todo partido, porque a responsabilidade partidária não permite repudiar as ações passadas. A mudança só seria possibilitada por choques ou alterações exógenas que as justificassem.

Essa abordagem argumenta que num governo democrático, com eleições regulares e periódicas, além de uma real liberdade de expressão e de ação político-partidária, o governo dirige suas ações para basicamente dois tipos de política: as específicas, destinadas a enfrentar desequilíbrios setoriais; e as gerais, voltadas ao equilíbrio das taxas de inflação e desemprego, onde a utilidade marginal dos benefícios se relaciona inversamente com a estrutura social (FIGUEIREDO, 1991). As políticas específicas gerariam maior repercussão política nos estratos menos favorecidos e as políticas gerais

seria mais apreciada pelas camadas mais favorecidas. Nesse raciocínio, os mais pobres dariam mais valor a uma relação mais direta com o candidato, pelo interesse mais específico, claro e circunscrito ao local. Enquanto isso, as políticas mais gerais, de interesse mais disseminado favoreceriam uma atitude política mais ideológica, dando mais suporte ao papel dos partidos. Assim, em sociedades assimétricas e de maior desigualdade social, esperar-se-ia maior concentração de votos personalistas e demandas de curta-duração.

No modelo *downsiano*, a distribuição do eleitorado na escala político-ideológica, ou seja, numa escala entre esquerda e direita seria determinante para a emergência e estratégias dos partidos. Harold Hotelling (1929) propôs um modelo econômico onde duas firmas (que, segundo ao autor, também seria aplicável a partidos políticos) poderiam dividir um espaço entre si ao longo de uma escala ideológica. Do modelo, resulta que quando os eleitores se distribuem uniformemente nessa escala, o partido que atua de modo a maximizar o voto move sua plataforma no sentido de se aproximar do adversário para poder captar os votantes mais próximos ideologicamente do partido oponente. Esse mecanismo teria duas conseqüências diretas: os partidos teriam um incentivo à aproximação ideológica; e o comportamento maximizador de votos levaria a resultados socialmente indesejáveis, já que a distância geral ideológica tomada no conjunto de todos os eleitores aumentaria quando da ocorrência do movimento para o centro das duas forças políticas. Downs desenvolveu esta idéia, dando maior atenção às diferenças de distribuição dos eleitores na escala ideológica. O autor concluiu que a distribuição é essencial para a localização do eleitor médio e, logo, para a estratégia das plataformas partidárias, permitindo uma estratégia de aproximação ou distanciamento ideológico, quando a distribuição do eleitorado na escala política não fosse uniforme. Novas contribuições foram adicionadas ao modelo. Albert Hirschman (1970) criticou a inelasticidade da demanda dos eleitores na escala ideológica e desenvolveu mecanismos que afetam a elasticidade de demanda política, baseados em ativismo e mobilidade social (*voice*) e lealdade partidária (*loyalty*), o que também poderiam influenciar a estratégia partidária.

Segundo Mônica M. M. de Castro (1992), grande parte da produção teórica sobre comportamento eleitoral mostra que preferências partidárias se formam em grande parte no processo de socialização. Já na escolha racional, quando o eleitor escolhe a opção

que melhor atende aos seus interesses, o contato com outros indivíduos teria papel somente de informá-lo quanto ao pacote de políticas dos candidatos, para refinar melhor suas expectativas e diminuir o grau de incerteza futura, mas sem implicar uma influência que caracterizaria uma socialização.

Diretamente ligadas à escolha racional, foram desenvolvidas várias teses da chamada teoria do voto de bolso (ou *pocketbook voting*), em que o voto é quase um reflexo da percepção da situação econômica e pessoal do eleitor. Nessas teses, ou também conhecidos como “modelos economicistas”, a hipótese da necessidade de informação perfeita e completa para a tomada de decisão, presente na racionalidade de Downs, é relaxada para o uso somente daquelas informações econômicas disponíveis a todos, traduzidas na satisfação ou insatisfação com os atuais governantes. A inferência desse comportamento eleitoral, estabelecida a partir de julgamentos retrospectivos, teve uma difusão expressiva e foi considerada, por longo tempo, um dos principais instrumentos utilizados para a análise do voto, em que o sucesso ou fracasso dos governantes era estimado de acordo com indicadores macroeconômicos. Assim, de modo geral, os eleitores penalizavam o governo quando as coisas iam mal, e o recompensava quando a economia ia bem. Apesar de considerarem as influências históricas dos diferentes contextos sociais coletivos, esses modelos priorizam a base econômica para explicar a relação entre os indivíduos e a política. Um dos principais temas desenvolvidos nesses modelos é o dos ciclos eleitorais econômicos, que buscam identificar a presença e duração de ciclos eleitorais, principalmente em sistemas bipartidários, e sua estrita relação com políticas macroeconômicas, monetária e fiscal. A expressão dessas relações pode ser traduzida pelo conhecido *slogan* da campanha eleitoral de Bill Clinton em 1992: “*It’s the economy, stupid*”.

2.2 Corrente Psicológica

Na corrente psicológica da Escola de Michigan, as atitudes, percepções e crenças dos indivíduos sobre política determinam as preferências e decisões dos eleitores. As referências são dadas pela obra clássica *The American Voter* (1960), realizada por um grupo de pesquisadores da Universidade de Michigan, e por uma versão posterior, *The Changing American Voter* (1979). Ambas as análises basearam-se em dados obtidos a partir de entrevistas e construídos na forma de painel. Do exame de correlações,

encontrou-se que a maioria dos americanos concebe a política como dependente das qualidades dos partidos e atributos pessoais dos candidatos. Somente uma pequena minoria conceituava a política em termos “ideológicos” gerais (conservador, centrista e radical). Apesar do modelo de Michigan admitir uma estrutura de crenças e opiniões políticas influenciadas pelo contexto social, o indivíduo é a unidade de análise e fonte original de informação, pois a causalidade é determinada pela personalidade dos indivíduos (CAMPBELL *et al*, 1960). A classe social, a religião, a influência da família e a situação interna da nação afetam a atitude dos eleitores na escolha, mas são os sentimentos conscientes a respeito dos partidos, dos problemas do debate e dos candidatos os elementos determinantes mais “imediatos”. A concepção da personalidade teria um caráter originário, no sentido do peso dado à formação psicológica das pessoas. Nessa formação, introduzem-se valores que podem ser traduzidos em escolhas políticas ao serem ativados por campanhas eleitorais ou apelos partidários – no artigo “*It’s the values, stupid*”⁹ (1995), apresenta-se a preponderância em pesquisas de opinião (coordenadas por Ben Wattenberg) de temas ligados a valores culturais e sociais no ano anterior às presidenciais americanas de 1996, e que influenciaram a campanha de Clinton na sua campanha à reeleição, em contraposição à preponderância do voto de bolso na campanha de 1991/92 .

Nessa visão, o eleitor se orientaria, sobretudo, pela identidade com algum partido, por problemas políticos de feição generalista e pelas qualidades “simbólicas” dos candidatos (BONE e RANNEY, 1966). No lugar da escala ideológica da “escolha racional” como componente predominante na decisão eleitoral, é indicada a “identificação partidária” em seu lugar, que não estaria relacionada necessariamente à conteúdos ideológicos de “direita” e “esquerda”. Converse (1966) chega a propor uma modificação da escala de distância política, onde ao invés da disputa partidária e da distribuição dos eleitores serem traduzidos ideologicamente, a distância deveria ser considerada em termos de um espaço psicológico, devendo esta ser multidimensional, ao invés de bidimensional, incluindo as várias possibilidades de avaliar as qualidades políticas dos atores envolvidos.

Na teoria psicológica há uma contraposição ao voto ideológico racional alicerçado nas preferências individuais e graus de interesse por políticas públicas. Evidências

⁹ *The Economist*, 11 de novembro de 1995, pg.28.

empíricas mostraram que a grande maioria do eleitorado teria níveis extremamente baixos de informação política. Nessa teoria, a escolha partidária mostra-se inserida num sistema de atitudes interpretado como atalhos cognitivos. Há uma visão de que existe uma massa de eleitores pouco politizados, cujo sistema de crenças carece de coerência e densidade de conteúdo político, constatado pela observação da presença de atitudes políticas paradoxais.

Converse (1975) alega que a coerência do sistema de atitudes seria função do nível de centralidade das questões políticas para os diversos grupos de eleitores, onde o nível educacional seria um poderoso indicador de níveis de sofisticação e abrangência de questões públicas. Nessa orientação, poderia haver uma aproximação com o modelo da escolha racional, pois nas duas abordagens a ênfase local seria dirigida às massas, pelo interesse imediato dos temas mais próximos da necessidade assistencial pela parte racional ou pela menor sofisticação dessa massa, com menor potencialidade de compreender aspectos mais amplos pelo lado psicológico. As políticas de longo prazo afetariam mais a elite, de interesses mais difusos economicamente ou por serem mais sofisticados e terem uma visão mais abrangente.

Mônica de Castro (1992) indica que as abordagens racional e psicológica diferem no ponto de partida, pois na primeira o modelo é dedutivo, e na segunda, indutivo, mas ambas tenderiam à convergência.

Na corrente psicológica enfatiza-se ainda a noção da motivação política através do conceito de engajamento ou apatia. A apatia, verificada em boa parte do eleitorado, é traduzida como um sentimento de impotência quanto à influência no sistema político e indiferença quanto às atitudes dos governos. Ada Finifter (1970) alegou que, após a Segunda Guerra Mundial, o mercado se expandia à revelia dos laços políticos mais tradicionais, levando os indivíduos a se questionarem sobre a legitimidade das instituições políticas. Através de *surveys* e uma série de perguntas relacionadas a opiniões políticas, a autora desenvolveu duas dimensões da alienação política: impotência (*political powerlessness*) e desconfiança (*perceived political*). Da combinação entre essas duas dimensões, a autora encontrou quatro tipos de comportamento político: o “desengajado ao extremo”, com grande rejeição ao sistema político, sob a forma de movimentos revolucionários ou separatistas; o “apático”, com

baixo grau de envolvimento; o “reformador”, sob a forma de grupos com alguma estrutura institucional; e o “integrador”, dado por grupos participantes e defensores do sistema. Como a maioria das pessoas estaria concentrada nos níveis medianos de apatia, defende-se que a personalidade das lideranças políticas e o apelo partidário atuariam como fortes estímulos à participação política. Destaca-se, ainda, que a existência e a estabilidade de regime dependeriam da adesão e crença na democracia e índices não altos de “desengajamento extremo”.

No modelo de Michigan, a concepção do voto não é gerada espontaneamente, mas ligando-se a valores gerados por alguns elementos sociais. Os mais influentes desses elementos seriam: o nível educacional, a idade, o *status* social e as origens étnicas, religiosas e demográficas. Mas é a variável educação que comandaria a relação entre classe e identidade partidária, devido a sua importância na formação dos níveis de conceituação política (CAMPBELL *et al*, 1967). Fatores sociológicos como classe social teriam influência variável quando os partidos apresentassem seus candidatos. A relação entre o eleitor e o candidato poderia ser fundamental no momento da decisão, partindo-se do pressuposto de que as respostas aos apelos momentâneos pelo voto variam inversamente com o grau de identificação partidária, enfatizando, portanto, o fenômeno da “fidelidade partidária”. Assim, os eleitores independentes deveriam dividir-se entre os principais candidatos quase na mesma proporção.

Figueiredo (1991) define o modelo de Michigan, de modo geral, numa relação em que o comportamento político teria explicação nas variáveis de identidade partidária, de alienação política e a interação dessas com o ambiente social e político.

2.3 Abordagem Sociológica

No âmbito da sociologia eleitoral, uma importante e pioneira obra se deu com a publicação de *The People's Choice* (LAZARFELD, BERELSON e GUADET, 1948), com análises de *surveys* realizados em vários pontos no tempo e encontrando distinções em preferências partidárias com base em variáveis como classe, religião e urbanização/região de residência, ou seja, encontrando que as pessoas votam “em grupos”. As relações pessoais seriam potencialmente mais influenciáveis por terem maior cobertura e vantagens psicológicas. O peso dos contatos pessoais sobre a opinião

estaria, paradoxalmente, em suas casualidades indiretas e despropositais nos assuntos políticos. No caso de pessoas que pretendem realmente influenciar outras e contornar sua resistência, o contato pessoal ainda tem grande vantagem da flexibilidade e adaptabilidade no contato face a face.

Essa abordagem defende que o meio social é determinante para definir os interesses dos eleitores, onde a campanha teria somente um efeito de reforço na decisão. Nessa perspectiva, as estruturas históricas, culturais e interpessoais, além das identidades de classe, teriam um papel fundamental na ideologia política. O voto seria essencialmente uma experiência de grupo, no sentido de que pessoas tenderiam a serem influenciadas pelas pessoas mais politicamente ativas do grupo. A predisposição de alguns é proveniente da influência de outros, o que é efeito direto de contatos pessoais.

De modo geral, no modelo sociológico as condições sociais constituem o contexto em que o comportamento político é formado, onde variações e diferenças nas taxas de voto são explicadas pelo ambiente de convivência social e pela dinâmica dessa convivência. O indivíduo não é o elemento central de análise, pois são coletividades que provocam a dinâmica comportamental (BERELSON, LAZARFELD e McPHEE, 1966). Assim, a influência social representaria, sobretudo, formas de associação entre membros de um grupo, em que os elementos fundamentais são dados pela interação e comunicação social. Essa influência indica que os processos de construção de hábitos e opiniões são regidos probabilisticamente pela ocorrência e formato das interações, não sendo, portanto, seguidos mecanicamente, de forma determinística, em que uma vez identificado a classe social, setor trabalhista ou região de moradia dos eleitores seu comportamento seria automático.

De acordo com essa corrente, a origem da identidade partidária está diretamente ligada ao discurso político-partidário e uma vez definida essas identidades, os partidos adquiriam bases sociais duradouras e sólidas. Historicamente, as identidades com as organizações partidárias estariam centradas em clivagens sociais, fundadas em classes, divisões regionais ou lingüísticas, religiões, etc. A relação entre grupo e identidade política se estabeleceria quando membros de um grupo partilhassem interesses fundamentais e politicamente definidos. A classe social, por exemplo, só existiria enquanto seus membros tivessem uma consciência de classe que os definissem em um

grau relevante enquanto atores sociais, tendo relevância na escolha de candidatos e partidos que representasse essa classe.

Uma importante referência nessa abordagem é dada pelo estudo comparativo em sociologia política apresentado por Seymour Lipset e Stein Rokkan (1967), em que os autores procuraram apontar as diferenças entre os sistemas partidários através das formas de alinhamento dos eleitores. Atenção especial é dada aos alinhamentos através de critérios socioculturais como denominações de região, classe e religião, mas também tendo em conta elementos estritamente políticos de pertencimento a um ou outro grupo ou partido envolvido na disputa eleitoral. Consideram-se os partidos como pólos significativos de atração e capazes de produzir seus próprios alinhamentos independentemente do aspecto geográfico, do social e de adesão a movimentos culturais. O caráter institucional se destaca, pois no processo de formação dos partidos, estes representaram agentes essenciais de mobilização e, como tais, ajudaram a integrar comunidades locais, que passaram a se firmar por regras institucionais. Esse processo ocorre independentemente das diferentes formas de estruturas políticas, desde que se apresentasse um sistema partidário competitivo. Em um sistema competitivo, o conflito de interesses e os contrastes latentes na estrutura social existente são explicitados pelas diferentes demandas e pressões por ações de mudança ou inércia. Nessa forma competitiva, os conflitos são traduzidos na forma de priorização de temas, exigindo que os cidadãos assumam posicionamentos e um papel dentro do sistema partidário.

O modelo Lipset-Rokkan procurou sistematizar os fatores estruturais que caracterizam os sistemas políticos europeus, identificando quatro fontes de clivagem que se ligam ao comportamento eleitoral e divisões partidárias. Tais fontes teriam surgido a partir de duas mudanças paradigmáticas: a Revolução Nacional, de conotação política e desencadeada pela mudança de regime na Revolução Francesa de 1789, contando com um processo de mobilização social e nacional, de tendência centralizadora, levando a maior interação e comunicação pelas diferentes localidades e regiões; e a Revolução Industrial, de caráter econômico, originada na Inglaterra, que transformou as estruturas produtivas e transferiu o centro econômico do ambiente rural para o das cidades urbanizadas e industrializadas. A primeira revolução teria como resultado o conflito centro-periferia entre uma cultura nacional e formas de cultura subordinadas e periféricas, como grupos étnicos, religiosos ou lingüísticos. A Revolução Nacional

também teria introduzido a tensão entre Igreja e Estado, em que a primeira procurava manter seus direitos corporativos históricos e o segundo buscava afirmar e ampliar sua independência, presença e domínio. Já pela Revolução Industrial, teria surgido a clivagem rural-industrial entre as elites rurais ou agrárias e a crescente classe burguesa. Tal fenômeno teria sido seguido pela clivagem entre trabalhadores e capitalistas. Cada uma dessas clivagens é considerada como produtora dos sistemas partidários político-democráticos europeus, com extensões para os dias atuais, mas com ênfases diferentes dependendo das condições históricas de cada país ou região.

Assim, os conflitos são institucionalizados, pois, independentemente do tamanho, nenhum partido pode esperar ganhar influência decisiva nos assuntos comunitários sem estar disposto a suportar algum grau de relaxamento dos interesses em disputa, a fim de estabelecer ações comuns com oponentes reais e potenciais. A extensão do sufrágio e a abertura de canais de liberdade e expressão política ajudariam a fortalecer a legitimidade do sistema político. O processo de integração institucional e social poderia ser desenvolvido através da rede de canais de comunicação formada pelos partidos, cruzando localidades, e dessa forma, ajudando a fortalecer identidades nacionais. A abertura de canais para a expressão de manifestos ou conflitos latentes entre as classes estabelecidas e desprivilegiadas talvez tenham levado alguns sistemas para fora do equilíbrio na fase inicial, mas tendeu a fortalecer o corpo político no tempo. Os cidadãos são encorajados a distinguir entre lealdade ao sistema político como um todo e suas atitudes para com os conjuntos de políticos competidores. Dessa forma é possível estabelecer uma ligação entre todos os cidadãos com as regras de alternância do poder público.

Apesar do predomínio de fatores estruturais na explicação da formação partidária, o modelo também possui propriedades dinâmicas, permitindo flutuações como reações a temas mais novos, ou pós-materialistas, como a conservação ambiental, o desenvolvimento da energia nuclear, maior acesso à cultura, melhores condições de paridade para minorias, diferentes sistemas educacionais, entre outros. Contudo, para os autores, a clivagem considerada mais saliente, de modo geral, ainda seria a classicista, derivada das transformações materiais na formação da sociedade industrial, com mudanças mais abrangentes que as bases dos temas pós-industriais, mesmo na sociedade pós-moderna.

2.4 Algumas Perspectivas da Sociologia Política Brasileira e Crítica às Abordagens Clássicas do Comportamento

Se o esquema dado pelo modelo Lipset-Rokkan explica a importância da dinâmica entre o social e o institucional através da formação de fortes clivagens sociais na concepção dos partidos políticos e da importância da ação dos partidos no alinhamento social, como esse mecanismo se dá no caso brasileiro, que teve um processo democrático e uma industrialização tardios? As clivagens derivadas dos processos revolucionários não tiveram uma contrapartida simétrica no gigante tropical, onde as organizações partidárias foram criadas de cima pra baixo e num contexto de acentuadas desigualdades sociais e regionais.

Se as revoluções política e econômica construíram a lógica dos partidos políticos e da participação social no sistema democrático da Europa ocidental, no Brasil a lógica se diferencia dada uma história caracterizada, segundo alguns autores, por revoluções passivas e de caráter elitista, em que as transformações políticas se antecipavam em relação às identidades trabalhistas, religiosas ou de classe. Na obra de José Murilo de Carvalho “Os Bestializados – O Rio de Janeiro e A República Que Não Foi”, o autor procura entender o imaginário político popular quando da mudança do regime político no país, do Segundo Reinado para o início da República. De acordo com as experiências em outros países, esperava-se que a revolução republicana seria dada pela relação positiva entre a vida e os valores urbanos da cidade do Rio de Janeiro, com melhores condições culturais que ampliavam a cidadania através de uma maior demanda por direitos civis, liberdade e igualdade, contando com uma significativa participação política. Contudo, encontrou-se uma realidade diferente, em que o processo consolidou-se com a exclusão popular do governo, com uma baixa participação eleitoral, que reforçava o poder oligárquico e se mostrava carregada pela influência de tradições coloniais e escravistas. As clivagens sociais existentes não se traduziam politicamente. Nas palavras do autor:

“Impedida de ser república, a cidade mantinha suas repúblicas, seus nódulos de participação social, nos bairros, nas associações, nos grupos étnicos, nas igrejas, nas festas religiosas e profanas e mesmo nos cortiços e nas maltas de capoeiras. Estruturas comunitárias não se encaixavam no modelo contratual do liberalismo dominante na política. Ironicamente, foi da evolução destas

repúblicas, algumas inicialmente discriminadas, se não perseguidas, que se foi construindo a identidade coletiva da cidade. Foi nelas que se aproximaram povo e classe média, foi nelas que se desenhou o rosto real da cidade, longe das preocupações com a imagem que devia apresentar à Europa. Foi o futebol, o samba e o carnaval que deram ao Rio de Janeiro uma comunidade de sentimentos, por cima e além das grandes diferenças sociais que sobreviveram e ainda sobrevivem negros livres, ex-escravos, imigrantes, proletários e classe média encontraram aos poucos um terreno comum de auto-reconhecimento que lhes era propiciado pela política.” (Carvalho, 1987, pg. 163).

Em “Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira”, Luiz Werneck Vianna (1996) reforça a passividade da nossa sociedade na organização em defesa dos seus interesses na esfera política. O autor argumenta que no processo do desenvolvimento político brasileiro é a elite dirigente, não necessariamente a mesma que a econômica, que coordena os rumos de mudança. O Estado é o responsável pela modernização, não permitindo uma revolução burguesa. Nesse ambiente, a sociedade se mobiliza, mas não alcança uma autonomia política. O princípio agregador de interesses se vincularia ao território, com o uso de uma mão-de-obra de baixa mobilidade e ligada ao empregador por laços de dependência e lealdade, diferente do contexto burguês, em que a mão-de-obra é livre e assalariada, o que permitiria maiores opções de realização econômica.

Raymundo Faoro (2000) destaca que, na entrada da década de 20, quando da difusão de ideais liberais, a ordem não era contestada, e os conservadores viam as mudanças sociais somente como o único meio de evitar o pior.

“...a mensagem modernizadora, ocidentalizadora, imitativa do modelo americano perdera o conteúdo...Falhara a entrega da nação a uma sociedade que, não livre, carecia de elementos vivos de coesão.”(Faoro, 2000, pg. 751).

Para Faoro, era evocado o surgimento de uma elite que formularia uma política a que a massa obedecesse pelo consentimento, como “expressão dogmática”. A urbanização não seria devida a demandas manufatureiras, mas em função das crises do setor agrário, das ocupações burocráticas e do incremento dos setores terciários, denunciando um aumento social quantitativo e não de mudança qualitativa. Segundo o autor, o domínio era fundado no patrimonialismo, com legitimidade assentada no tradicionalismo, contrastando e compatibilizando o moderno capitalismo com quadros políticos tradicionais. Assim, o capitalismo seria politicamente orientado, com o comando econômico concentrado no corpo estatal e no patronato político.

Sérgio Buarque de Holanda (1936) indica que o crescente cosmopolitismo de alguns centros urbanos, após a Abolição, não constituiu perigo para a supremacia dos senhores agrários. O autor destaca uma revolução lenta, segura e concertada, coordenada pela economia cafeeira, que adquiria características citadinas e de exploração industrial.

Paul Singer (1968) afirma que a intensa urbanização da população, fenômeno já expressiva na década de 70, deu-se em um quadro de transformação estrutural da economia, com papel de destaque para a maior dinâmica da economia interna, através da diversificação da indústria e concentração do capital. Contudo, Singer enfatiza que os fluxos migratórios eram muito maiores que o volume de força de trabalho dos setores monopolistas da economia urbana desejavam empregar, levando a um processo de marginalização, acrescida pelos desníveis regionais. Apesar de a situação precária levar a demandas políticas por melhorias sociais e trabalhistas, as miseráveis massas marginalizadas encontravam limitações pelo gargalo educacional, com um sistema estruturado de forma bastante seletiva, do ponto de vista social.

Além do aspecto cultural presente na história política brasileira em que persiste uma lógica de revolução passiva e conservadora, uma característica social relevante que afetaria a dinâmica sociológica da política brasileira é dada pelo desenvolvimento desigual regional. Para Gláucio Soares (1967), a continuidade geográfica é necessária para desenvolver a idéia da cultura política e enfatizar a dependência dessa cultura em relação aos fatores socioeconômicos. Para compreender o impacto dessa dependência, o autor utiliza dados eleitorais de estados brasileiros, comparando-os em duas regiões brasileiras bastante diferenciadas em termos de PIB *per capita* e outros aspectos socioeconômicos. Os dois recortes considerados foram a região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) e as regiões Sul/Sudeste (Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), cobrindo 75% da população, à época. O autor encontrou que as diferenças em urbanização e grau de industrialização estavam ligadas diretamente ao nível de educação e distribuição da terra. O autor observou ainda que a educação se constitui numa variável de grande relevância na análise política, guardando estreita relação com ideologia, interesse e participação. Gláucio achou uma correlação negativa entre educação e traços autoritários, com possíveis reflexos nas preferências políticas. Baixa educação estava relacionada com um esquerdismo radical quando analisada conjuntamente com outras variáveis como urbanização e industrialização, mas uma

educação extremamente baixa poderia favorecer a permanência de uma cultura tradicional e contribuir para a manutenção do baixo grau de mudança social. Nesse sentido, as ideologias de esquerda sofreriam obstáculos não só em culturas fortemente tradicionais como seriam também inibidas pelo menor contato entre pessoas e idéias, além de uma baixa taxa de participação. Para Gláucio Soares, o desenvolvimento político no Brasil seria caracterizado por uma comunicação ineficiente e por uma cultura fortemente tradicionalista. O tradicionalismo é conceituado como uma orientação geral, com forte ênfase em dimensões particularistas, designativas (cujas opções de ganho são designadas por uma entidade maior) e religiosas (com base em uma ordem sagrada dada), em oposição a uma noção universalista, de conquista pessoal e secular. Essa orientação de valores seria protegida, ajudada e reproduzida pela prevalência de condições socioeconômicas precárias e desiguais (analfabetismo, ausência de participação social e política, submissão e quase escravidão de trabalhadores periféricos do campo).

Fábio Wanderley Reis (1978), na obra “Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro”, procurou compreender a decisão do voto dos brasileiros pela influência da estrutura social, no contexto das eleições para prefeito de 1976 em cidades médias, no regime militar e com o sistema bipartidário do pós-64. Seu ponto de partida foram as indagações relativas à inclinação “oposicionista” da opinião pública e crescimento do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) frente à ARENA (Aliança Renovadora Nacional), verificados nas eleições majoritárias para o Senado Federal em 1974, principalmente nas grandes cidades e regiões mais desenvolvidas. Através de análise de *surveys* na cidade de Juiz de Fora, Reis encontrou que as questões do debate político, exemplificadas pelo Ato Institucional nº5, a Lei Falcão, o voto direto ou indireto, e outros, não surgiam na consciência da população em geral de forma coesa, além de ter sido observado um baixo grau de conhecimento desses temas nos estratos de menor renda. Segundo a teoria psicológica, essa falta de coesão quanto aos assuntos políticos poderia ser compensada por um atalho cognitivo representado pela identificação com os partidos definidas a partir das classes sociais. Contudo, Reis encontrou ainda que as imagens dos partidos não se achavam necessariamente polarizadas na percepção dos eleitores. À medida que se descia para níveis sociais mais baixos, as imagens partidárias se apresentavam menos estruturadas ou definidas de forma confusa em termos dos grandes temas do debate político-institucional. Assim, o autor enfatizou o problema de marginalização política das camadas socioeconômicas

mais baixas. Contudo, apesar do alheamento, os indivíduos dos setores mais populares se mostraram confiantes e afirmativos quando se tratou da avaliação de sua própria capacidade como cidadãos, sendo a favor do voto direto e do direito do analfabeto votar. Assim, Reis defendeu que a falta de estruturação das imagens partidárias em boa parte da população criava obstáculos para as classes sociais se fazerem representar no sistema partidário do regime militar, resultando em escolhas partidárias “esquizofrênicas”, em que o desejo de participar aliado a uma falta de conhecimento sobre os atores partidários fariam com que a decisão dos eleitores fosse tomada da mesma forma que as escolhas esportivas, como torcer pelo Corinthians ou pelo Flamengo.

Para Reis, havia uma previsível tendência à concentração de reações positivas a *slogans* semelhantes ao “este é um país que vai pra frente” nos estratos socioeconômicos mais baixos, mas que isso simplesmente não teria conseqüências no sentido de encaminhar uma preferência para este ou aquele partido, o que era tanto mais verdadeiro quanto mais próximo estivesse da massa mais numerosa e mais destituída da população. Assim, a reduzida capacidade de estruturação do universo político que caracterizava tais setores, se de um lado os tornaria em grande medida indefesos à manipulação doutrinária e simbólica, de outro representava ela própria um obstáculo para que os resultados dessa manipulação frutificassem de maneira consistente em termos eleitorais. Dessa forma, deixava-se patente o papel de grande relevo exercido por fatores de ordem personalista no condicionamento do comportamento eleitoral mesmo em centros urbanos de importância. Como conseqüência, apesar das condições sociais dos menos favorecidos representarem necessidades objetivas de mudança e inclinação oposicionista, os traços intelectuais e psicológicos que se associavam à posição periférica de setores dos estratos baixos tenderam, com freqüência, a resultar em maior favorecimento do governismo, representado à época pela ARENA.

Na mesma obra organizada por Reis, Bolívar Lamounier (1978), analisando a estrutura social do voto municipal em Presidente Prudente, encontrou uma enorme dispersão entre os níveis de escolaridade, ocupação e renda no sentimento de pertencimento a uma classe, sugerindo diferentes referências ou identidades subjetivas. Outra problemática apontada pelo autor são os mecanismos clássicos de diluição das clivagens econômico-sociais durante os confrontos eleitorais, como a apresentação de plataformas não definidas, o compartilhamento de interesses difusos e a não especificação de soluções práticas e claras. Na análise partidária, os entrevistados não apresentaram considerável

distinção em bases econômico-sociais. O autor apontou a identificação partidária como o elemento mais atuante na estruturação das opiniões, sendo apresentado como uma atitude e, como tal, uma síntese de percepções e experiências diversas. A identidade seria um elemento chave para a compreensão das estruturas psicológicas subjacentes às atuais correntes de opinião. Ao mesmo tempo, isto não queria dizer que a identificação com um determinado partido implicaria automaticamente em subscrever tal ou qual repertório ideológico. O autor chamou a atenção para a necessidade de determinar a identificação partidária através de fatores contextuais mais abrangentes, quer no tempo, quer no espaço, possível somente a partir da geografia socioeconômica.

Lamounier destacou ainda dois modelos para definir o eleitorado oposicionista do MDB: um composto pela categoria dos menos instruídos, de renda baixa e de ocupações manuais, sendo, portanto, aquele das camadas mais marginalizadas, encontrado nas cidades mais desenvolvidas, principalmente em São Paulo e Porto Alegre; e uma categoria mais encontrada nas camadas ilustradas da classe média, com nível educacional e profissional elevados, enquanto as chefias tradicionais e conservadoras assegurariam a penetração entre as camadas populares, aspectos verificados em metrópoles periféricas como Salvador e Presidente Prudente. Nessas cidades, o autor observou que o apoio ao partido oposicionista irradiava de maneira irregular de setores de nível educacional ou profissional elevados para as faixas inferiores da estrutura econômico-social. Assim, a ligação entre estrato social e partido poderia representar uma relação muito tênue, particularmente para o partido oposicionista.

Reis e Castro (1992) sugerem que as identificações partidárias se estabelecem a partir de simpatias e tendem a ser originadas por imagens difusas, reiterando a chamada “síndrome do Flamengo”, relacionado à explicação de Reis para a adesão aos partidos das pessoas pertencentes aos estratos mais inferiores da sociedade, apresentada anteriormente e onde a percepção da posição do partido diante de um problema específico é insuficientemente capaz de se traduzir ideologicamente. Tal característica funcionaria como grande incentivo ao personalismo e populismo na democracia brasileira.

Boaventura de Sousa Santos (2008) distingue dois tipos de sistemas de integração à modernidade no ocidente: a desigualdade e a exclusão. Enquanto a primeira, apesar de hierarquizada, possui uma integração social em que as categorias mais baixas são

indispensáveis, como dado pela relação classista capital/trabalho de Marx, a segunda é, sobretudo, um fenômeno cultural e social que desqualifica o sentido de pertencimento pela falta de capital social e de atividade política. Segundo o autor, esses dois sistemas de hierarquização social seriam tipos ideais, mas que na prática, os grupos sociais seriam inseridos nos dois sistemas, em combinações complexas. Os estudos brasileiros parecem indicar um classicismo débil, com uma forte presença das características do modelo de exclusão como fenômeno cultural e social, em que pese a importância do território.

No contexto da América-Latina, destacam-se, em regra, a persistência de baixos índices de adesão partidária e de alguns valores democráticos, como demonstram os dados do Informe do Latino Barômetro 2008¹⁰. Segundo essa pesquisa, 44% das pessoas, em média, concordam que pode haver democracia sem partidos, 70% consideram que os partidos estão fazendo um trabalho mau ou muito mau, 79% têm pouca ou nenhuma confiança nos partidos e metade diz não votar por partido político.

Para explicar a democracia brasileira nesse ambiente de apatia política, distante da presença de um alto grau de informação, necessário na escolha racional, Reis (1988) enfatizou uma visão “simbólica” de adesão democrática, em que aspectos de ritualidade são fundamentais na vida política para a produção de identidades coletivas. Dessa forma, o processo de captação e interpretação da informação não seria direto ou evidente, daí o simbolismo.

Para captar as formas indiretas ou simbólicas de influência na escolha individual, alguns autores defendem a necessidade de pensar no conjunto de informações como uma representação psicológica do objeto ausente, ou não evidente (CONVERSE, NEWCOMB e TURNER, 1966). Daí, poder-se-ia criar uma representação sobre o referencial político das coletividades, a partir das suas atitudes. A representação, nesse sentido, exprime a relação de um sujeito com um objeto em um processo que envolve uma atividade de construção e de simbolização. Nessa orientação, a comunicação e a partilha de informação seriam elementos de grande relevância para a descrição mais aprofundada de referenciais sociais, como os fenômenos políticos de escolha e de participação.

¹⁰ Disponível em: <www.latinobarometro.org>. Acesso em: 21/06/2009.

O caráter indutivo da abordagem psicológica, mostrada anteriormente, procura explicar os vários fenômenos observados em pesquisas empíricas, contudo a próprio método de observação por *surveys* dá grande destaque ao indivíduo e dificulta as análises de dependências interpessoal ou intergrupar. Dessa forma, pouco espaço é dado à dinâmica de aprendizagem e disseminação de idéias novas, em que a influência social vai além daquela do ambiente imediato proposta nessa teoria. As pesquisas de comportamento eleitoral, geralmente conjunturais e realizadas nos momentos pré-eleitorais ou a partir do tempo de campanha, perdem de vista fenômenos de tendência temporal de longo-prazo e potenciais disposições para mudança, com implicações na previsibilidade do comportamento eleitoral. Nessas pesquisas, a estrutura social de caráter mais estável e interativo, não seria instrumentalizada de forma eficiente. Analisando conjunturalmente variáveis sociológicas, pouca capacidade preditiva teria essas variáveis para explicar as flutuações conjunturais das pesquisas de intenção individual do voto.

Estudos recentes têm sugerido que existem padrões e impressões socialmente construídas, transmitidas e filtradas através de redes sociais, com conseqüências para o processo cognitivo e percepções individuais (SMITH e SEMIN, 2004; SMITH e COLLINS, 2009). Pelo fato da dependência social possuir características semi-conscientes, dificilmente ela será revelada em entrevistas ou questionários individuais. Isso se deve às dificuldades de distinguir as decisões individuais das opiniões compartilhadas, que podem estar enraizadas na cultura e na linguagem. Assim, é necessário adotar diferentes métodos para analisar o comportamento, pois motivações e significações compartilhadas no contexto social, por serem produtos da coletividade, não podem ser inteiramente conscientes (MOSCOVICI, 1993). Toda pessoa traz na mente uma certa configuração de como é a realidade política que a cerca. Diante de algo novo, nossas atitudes e modo de proceder são profundamente influenciados por comportamentos de referência (BONE e RANNEY, 1966).

Moscovici (1985) defende a importância de encarar o fenômeno psicossocial como sendo semi-consciente ou inconsciente enquanto fenômeno sociológico e antropológico. Apesar do envolvimento do inconsciente causar certo distúrbio no pensamento científico, ele representa um requisito intrínseco e importante na concepção do comportamento humano. Ainda que as respostas das pessoas sejam importantes para captar efeitos cognitivos, grande cuidado deve ser tomado nos estímulos presentes na

forma e na estrutura da pergunta. Alguns experimentos mostram uma discrepância entre a narração dos fatos e o ocorrido (NISBET e WILSON, 1977). Diferentemente de uma visão individualista das teorias racional e psicológica, abordagens sociais podem considerar que os indivíduos observam as coisas e a si mesmos através de valores compartilhados e onde um sentimento individual como medo ou entusiasmo pode ser parte da substância das crenças, idéias, memórias ou rituais originários do ambiente social.

Várias experiências na psicologia social já captaram a influência e a estreita correlação entre a percepção da opinião coletiva e o posicionamento individual (WALLEN, 1943; HEIDER, 1958; NEWCOMB, CONVERSE e TURNER, 1966; JODELET, 1982; WOJCIESZAK e PRICE, 2009). A psicologia social do conhecimento está interessada nos processos através dos quais o conhecimento é gerado, transformado e projetado no mundo social (MOSCOVICI, 2000).

Abordagens mais recentes no estudo do comportamento eleitoral têm percebido o fenômeno da opinião coletiva não como um agregado estatístico, mas como um processo social que implica interações entre adesões ou credos políticos (CRESPI, 1997). A comunicação representa um instrumento para os processos sociais, em que os indivíduos estão inseridos em redes de comunicação compartilhadas, ligando-os a partir da participação e interação no tempo. Entre as ciências sociais, mesmo na psicossociologia, há diversas abordagens que procuraram tratar a dinâmica do processo de influência social, mas ainda assim, não há consenso sobre a heterogeneidade e os mecanismos coletivos de comportamento.

Os elementos de interação considerados nessa dissertação, a serem apresentados posteriormente, serão fundamentados, sobretudo, nos estudos de Serge Moscovici, um dos principais autores a trabalhar com estudos empíricos em larga escala sobre representação social (LEIBER, 2008). Segundo esse autor, referência da escola da psicologia social francesa, na teoria da representação social o próprio conceito de representação possui um sentido mais dinâmico, através da articulação entre processo e estrutura, emergindo como uma forma em que o sujeito (indivíduo ou grupo) adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade, sendo sempre um produto da interação e comunicação, tomando forma e configuração como conseqüência de um equilíbrio específico.

3. REPRESENTAÇÃO E INOVAÇÃO SOCIAL

3.1 Representação Social

Para entender o comportamento do eleitor, levando em conta o contexto coletivo, é necessário adentrar no estudo da forma como as pessoas tratam, distribuem e representam o conhecimento, no caso, o conhecimento de temas políticos. Para tal, deve-se observar e compreender decisões, ações e crenças através do estudo das circunstâncias em que os grupos se comunicam. Pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam (MOSCOVICI, 2000). As análises das formas de transmissão e transformação do conhecimento abordados nesse trabalho se apóiam na teoria da representação social. Nessa concepção teórica, o agregado é algo a mais que a soma de atitudes individuais, ou seja, o sistema de interação entre indivíduos e o ambiente determina as opiniões e os comportamentos concordantes ou discordantes. O objetivo é descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável e previsível, a partir da diversidade de comportamentos. A interação social é considerada como um processo chave na dinâmica comportamental. As interações que ocorrem naturalmente no decurso das conversações possibilitam os indivíduos e os grupos a se tornarem mais familiarizados com objetos e idéias incompatíveis, e desse modo poder lidar com elas (MOSCOVICI, 1976). Através dos contatos e trocas de idéias, os indivíduos se identificam e formam opiniões que podem ser partilhadas, adquirindo consistência, pela maior revisão dos diferentes pontos de vista.

Segundo Moscovici (2000), representações podem surgir entre duas pessoas ou grupos, onde as relações representam uma dinâmica de familiarização. Ou seja, objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e padrões. O ato da “re-apresentação” seria um meio de transferir o que nos perturba do exterior para o interior, do distante para o próximo, a partir da separação de conceitos e percepções antes interligados. Para o autor francês, o pensamento social deve mais à convenção e à memória do que à razão, e ainda, deve mais às estruturas tradicionais do que às intelectuais. Assim, as representações que as pessoas constroem são os resultados

do constante esforço de familiarização após uma série de ajustamentos estimulados por conversas e interações ativas que criam nós de estabilidade e recorrência. As representações constroem uma base comum de significância entre os atores envolvidos, além de restaurarem a consciência coletiva, explicando os objetos e acontecimentos de tal modo que eles se tornam acessíveis. Do ponto de vista dinâmico, as representações sociais se apresentam como uma rede de idéias e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluidas que as teorias.

O interessante nessa concepção de mobilidade e fluidez é analisar a capacidade e a atuação das representações sociais na mudança comportamental dos indivíduos e coletividades em que eles estão inseridos. Uma vez criadas, representações adquirem vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem, dando oportunidade ao nascimento de novas representações. Considera-se que o comportamento tem como função fundamental a adaptação a uma realidade física e social que se supõe dada e predeterminada por todos os indivíduos, ou seja, assumindo que o comportamento do indivíduo seja similar em relação aos “outros”. Assim, o processo de influência social serviria essencialmente para reduzir as divergências entre os indivíduos, impondo uma visão uniforme da realidade. Nesse sentido, os indivíduos que não obedecessem à pressão social pela conformidade seriam considerados desviados, ineficazes e pouco adaptados. A função da influência social descrita é importante para a continuidade e existência do grupo, contudo, entende-se que a influência social não somente pode servir para o controle social e para ajudar cada um a se adaptar a uma realidade social determinada, mas também pode contribuir para o intercâmbio e mudança sociais (MOSCOVICI e DOMS, 1984). Nem sempre a conformidade do grupo gera um resultado mais eficaz ou adaptado. Em certas ocasiões, o não conformismo é a condição que pode ter efeito mais eficaz. Necessita-se considerar o indivíduo como fonte potencial de influência perante o grupo. Nesse sentido, o câmbio social pode ser traduzido em termos de inovação, em que há uma influência das minorias ou indivíduos sobre uma maioria ou um grupo.

Para Émile Durkheim (2001), os fatos sociais são produtos da experiência vulgar que têm como objeto colocar nossas ações em harmonia com o mundo que nos cerca. Nessa concepção, o coletivo apresenta uma natureza *sui generis*, sendo baseado em representações morais. Durkheim considera que uma representação pode ser capaz de

desempenhar um papel efetivo mesmo sendo teoricamente falsa, dando o exemplo do movimento dos astros descrito por Copérnico, que apesar de ser baseado em ilusões, serviu para regular “corretamente” a distribuição do nosso tempo. Segundo o autor, representação da moral provém do espetáculo das regras que funcionam sob nossos olhos e as figura esquematicamente. O simbolismo coletivo é valorizado como princípio fundador da realidade social, de características impessoais e com um destino social formador da consciência moral individual, em que o tempo e o espaço são concebidos como formas dadas a priori da sensibilidade, servindo de fonte para o conhecimento racional e abrindo espaço para pensar o plano simbólico não como reflexo, mas como instituinte da realidade social (PINHEIRO FILHO, 2004).

Ao tratar o desenvolvimento da formação moral do indivíduo paralelamente à evolução da sua lógica, Jean Piaget (1928) considerou que a consciência moral não era formada na consciência individual, mas pressupunha uma relação entre pelo menos dois indivíduos, de onde podia ser retirada a noção de regra, em que um indivíduo dá uma instrução e o outro aceita essa instrução. O autor unia a noção de regra social da escola sociológica de Émile Durkheim, derivada da dinâmica macro-processual, à concepção micro da interação entre dois indivíduos, adotada na psicologia de Pierre Bovet. Para Piaget, a interação social é o processo natural para o desenvolvimento do comportamento no sentido da autonomia e consistência individual. Uma estreita obediência seria derivada da relação assimétrica entre a criança e os pais, mas poderia ser contestada à medida que o indivíduo envelhecesse e pudesse diferenciar uma regra “boa” de uma “má” ao interagir com seus pares, num ambiente mais simétrico, adquirindo uma autonomia. Tal separação só seria possível em um contexto de acumulação de influências que se contradigam e levem à necessidade de uma escolha. Em tal ambiente, o respeito unilateral na infância passaria a ser um respeito mútuo na fase adulta, ligado não mais aos pais, mas concebido a partir da cooperação entre indivíduos de mesmo *status*. Segundo Piaget, somente essa cooperação permitirá a formação de uma autonomia e do profundo sentimento de fazer o “bem”. Por isso, em Piaget há a idéia de que a mudança e as inovações sociais são construídas a partir de novas gerações, dada a importância da simetria das interações no desenvolvimento do sentido de autonomia.

Segundo Moscovici (1985), Piaget deu o primeiro passo para se conceber o meio social pela introdução da noção de representação, quando ele estudou a representação do mundo da criança. Exportando as formulações de Piaget para a democracia, encontra-se que a escolha nesse regime político não seria depreciada pela influência entre indivíduos, mas sim fortalecida através da revisão mais freqüente de outras opiniões, pois num sistema com condições de igualdade entre indivíduos, produz-se uma autonomia das consciências individuais, onde as opiniões são freqüentemente sujeitas a revisões. O caráter das representações sociais pode ser relevado em períodos eleitorais, quando partidos, grupos, ou suas imagens são reavaliados. As pessoas estão, então, mais dispostas a falar, as imagens e expressões são mais vivas, as memórias coletivas são mais excitadas e o comportamento se torna mais espontâneo. A conversação está no centro dos universos consensuais, porque ela configura e anima as representações sociais e desse modo lhes dá vida própria.

Propõe-se teoricamente, aqui, adotar a concepção de criação de inovação, e suas conseqüências políticas, como um processo de influência social, onde uma minoria procura introduzir ou criar novas idéias, novos modelos de pensamento ou comportamento, ou ainda modificando atitudes tradicionais. A tônica não está no poder de influência das idéias ou no viés da informação, mas está na transformação do conhecimento. O estilo de comportamento adotado para expressar o ponto de vista é considerado como um dos principais fatores de êxito da influência. A presença ou ausência de uma posição definida, de um ponto de vista coerente, de uma norma própria, é que torna capaz a conversão de uma minoria em um participante ativo das mudanças nas relações sociais. Enquanto isso, a maioria carrega a responsabilidade de fazer concessões e dar um significado ao meio social. Nessa perspectiva, quanto mais forte for a convicção da minoria, maior será o câmbio que se exige dos indivíduos que pertencem à maioria para reduzir o conflito e restaurar o consenso.

Numa aproximação para a racionalidade microeconômica da teoria dos jogos, o processo de interação poderia ser representado por um dilema do prisioneiro com n atores, onde a falta de uma comunicação ativa e a desconfiança na atitude dos outros, poderia levar a um equilíbrio distante do ótimo social. No caso, a cooperação a partir de interações de opiniões conflitantes entre indivíduos “simétricos” permitiria uma escolha mais contínua e intertemporal, além de apresentar avaliações mais refletidas e

autônomas. Tal cenário não seria possível em contexto de baixa interação, em que os indivíduos ficariam mais vulneráveis a obediência imposta por tradições ou pela comunicação assimétrica e pouco interativa, como uma maior influência das mídias de massa, pela valorização do curto-prazo e ação pouco perturbadora. A cooperação, promotora de autonomia e reflexão, poderia, portanto, aproximar mais os indivíduos de um equilíbrio ótimo social, enquanto a obediência marcada pela ação unilateral e que constrangesse a escolha em novas opções, daria incentivos a formação de equilíbrios de Nash diferentes do ótimo social de Pareto.

O economista Albert Hirschman (1989) criticou a idéia de que uma das vantagens dos partidos políticos era dispor de uma grossa porção de cidadãos definidos e com opiniões firmes sobre os temas da agenda política, caracterizando uma forte inclinação ideológica. Hirschman enfatiza o papel da deliberação no processo democrático, sendo essencial que opiniões não sejam definidas anteriormente ao processo deliberativo. Os indivíduos deveriam manter certo grau de abertura nas suas opiniões e estar preparado para modificá-las perante os argumentos expostos pelas partes e à luz de novas informações desenvolvidas no curso dos debates públicos. Para Hirschman, indivíduos com uma posição “automática” (*knee-jerks*), por vezes, admirados como aqueles que “têm opinião”, podem estar satisfazendo suas utilidades, mas tais estratégias podem apresentar conseqüências para a legitimidade do sistema, podendo chegar ao ponto de gerar efeitos colaterais danosos para o funcionamento e estabilidade da ordem democrática. O economista destaca a importância de uma perspectiva coletiva para compreender as opiniões mais complexas e sugere que cientistas sociais e psicólogos devam indicar formas de explorar a combinação entre opiniões e seus efeitos para a qualidade democrática, abertura intelectual e flexibilidade para apreciar novos argumentos.

A idéia de representação coletiva ou social tornou possível o casamento da antropologia e da psicologia (MOSCOVICI, 1985), permitindo sua aplicação dentro de um referencial desenvolvimentista. A teoria da representação social se aproxima da concepção de democracia apresentada por Hirschman, ao buscar compreender a vida social em construção, onde comunicar argumentando é ativar e discutir representações. Cada um de nós está cercado, tanto individualmente como coletivamente, por palavras, idéias e imagens que penetram nossas mentes, mas havendo uma diferenciação entre

autonomia de pensamento e condicionamento dado pelo ambiente social. Ou seja, a teoria das representações sociais – que parte da diversidade de indivíduos, atitudes e fenômenos, em toda sua estranheza e imprevisibilidade – possui o objetivo de descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável e previsível, a partir da diversidade. É muito importante que a construção da representação se dê de forma comunicativa e difundida. Nesse sentido não haveria uma dada concepção de ideologia que influenciaria o comportamento, mas a construção ideológica através das interações que são transmitidas através dos filtros das linguagens, imagens e lógicas naturais.

Entre as várias formas em que aborda o conceito de representação e tratando o tema como um fenômeno cultural, político e humano, Hanna Pitkin (1967) desenvolve uma concepção simbólica do processo de representação, tida como algo pouco objetivo e que pode ser construído psicologicamente e socialmente. Nessa perspectiva, a representação se dá pelo ato de tornar presente alguma coisa que, apesar de tudo, não está literalmente presente. Nessa perspectiva, o símbolo, apesar de inserido no ato de representar, substituindo alguma coisa, não se assemelha àquilo que ele substitui. Assim, o símbolo não retrataria e nem faria alegações sobre algo, não sendo, portanto, uma fonte de informações sobre o que ele representa. Ao invés disso, ele seria um receptáculo de ações ou o objeto de sentimentos que, na verdade, não lhe são destinados, mas sim aquilo que ele simboliza. Pitkin destaca que devido ao fato de a conexão entre símbolo e referente não se basear em algo objetivo, tal como a semelhança, ela pode nos parecer arbitrária ou irracional. Contudo, a autora destaca que na perspectiva simbólica da representação, a atenção é direcionada mais para o que faz as pessoas acreditarem ou aceitarem um símbolo, como um líder. Assim, a representação torna-se primordialmente uma estrutura da mente, não importando tanto as razões que as justificam, mas as causas que a explicam.

Após estudar uma série de civilizações consideradas primitivas, o antropólogo Lucien Lévy-Bruhl argumenta, na obra *La Morale et La Science de Mouers* (1903), que o progresso das sociedades não depende somente de descobertas científicas, sendo significativo e mais observado o papel das atitudes e movimentos morais na diferenciação do desenvolvimento entre civilizações. Assim, os aspectos morais não seriam somente reprodutores de valores, como se alegava, mas também transformadores e participantes do progresso. A complexidade não seria concebida somente pelo

desenvolvimento técnico, mas também pelas interações e solidariedades – como as experiências do cotidiano formadoras do senso-comum – que uniriam uns aos outros, e levaria a diferentes formas de construção dos fenômenos sociais. Para o autor, o senso-comum tem um papel de grande relevância no desenvolvimento das civilizações, não por si, mas no processo de difusão de inovações. Nesse sentido, as construções interativas poderiam ter entraves ou impulsos, variando de acordo com a realidade social de cada época. Contudo, o autor destaca que a idéia importante a ser retida é que reconstruções são exigidas pela sociabilidade. O conceito da escolha possui, portanto, uma natureza social, onde a racionalidade é diferenciada em todos os indivíduos devido à tensão mental com outras culturas e com ela própria, ou seja, onde a homogeneidade cognitiva nunca é alcançada, mas onde as relações morais teriam um papel social significativo. Assim, Lévy-Bruhl alega que o senso comum seria um mediador do processo de assimilação, seja ele cultural ou científico.

“... partout où les sociétés humaines parviennent à un haut degré de civilisation, les relations morales des hommes entre eux en portent le témoignage. Mais le contraire seul serait surprenant ; et on peut faire la même constatation au sujet de leurs relations économiques, de leur art, de leur langue, de leur religion. C'est une conséquence immédiate de la solidarité qui unit les unes aux autres les différentes séries fondamentales de phénomènes sociaux. Sans doute, cette solidarité n'est pas toujours également manifeste, et des causes intercurrentes peuvent favoriser, ou entraver, le développement de telle ou telle série; mais, d'une façon générale, et si l'on a soin de tenir compte des perturbations qui peuvent provenir des causes les plus diverses, la loi se vérifie.”(Lévy-Bruhl, pg. 141)

Para Lévy-Bruhl, o homem que vive em sociedade age por estados psicológicos complexos em que o sentimento individual não se distingue de crenças, representações e tradições coletivas. Mas a conjunção de formas de pensamento não impediria uma diversidade grande de conteúdos, ao contrário. Ou seja, o autor considera sociedades primitivas como contextos em que dominam principalmente as representações imperativas de obrigação e proibição. Para o autor, o progresso efetivo da justiça social não pode ser atribuído a uma concepção preexistente de justiça como princípio. Quando um progresso se realiza nos costumes, ele já teria sido iniciado há tempos por certo número de consciências.

Moscovici (1985) denomina senso comum pós-científico o conhecimento partilhado pela sociedade como um todo, entrelaçado em nossa linguagem, constitutivo de nossas

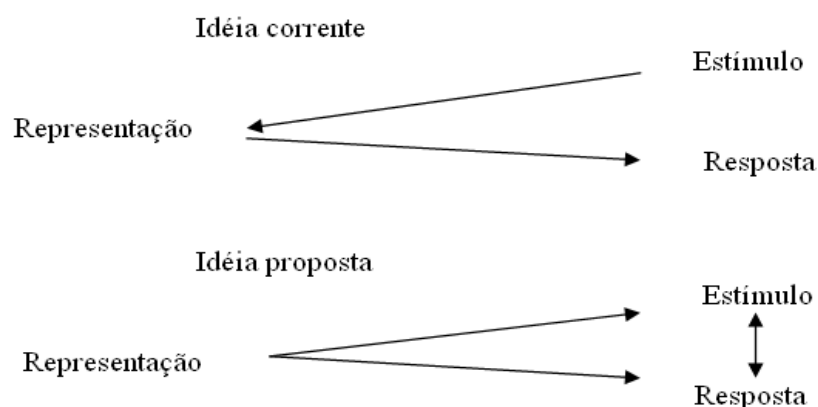
relações e de nossas habilidades. É um conjunto estruturado de descrições e explicações, mais ou menos interligadas umas às outras, da personalidade e dos sentimentos que todas as pessoas possuem, mesmo que não estejam cientes disso. As pessoas usam esse conjunto de percepções para organizar sua experiência, para participar de uma conversação ou para negociar com outras pessoas. As pessoas que partilham de um conhecimento comum no decorrer de sua vida cotidiana não “raciocinam” sobre ele e não conseguem colocá-lo diante de si como um “objeto”, sem que eles mesmos estejam implicados nisso. Nessa visão, o “estranho” pressupõe uma falta de comunicação dentro do grupo, em relação ao mundo, que produz um “curto-circuito” na corrente de intercâmbios e tira do lugar as referências da linguagem. Segundo o autor, para controlar uma idéia ou percepções estranhas, começamos por ancorá-la em representações sociais existentes e é no curso dessa ancoragem (*anchorage*) que ele se modifica. Dessa forma, se nós formamos representações a fim de nos familiarizarmos com o estranho, então as formamos também para reduzir a margem de comunicação. Nessa abordagem, um indivíduo não tenta compreender outro indivíduo, mas somente reconhecê-lo, favorecendo, ou não, opiniões já feitas e geralmente conduzindo a decisões demasiado apressadas, de forma que os nossos “preconceitos” somente podem ser superados pela mudança de nossas representações sociais. Como exemplo, por vezes, encontramos o que é incomum e imperceptível para uma geração, mas que pode tornar-se óbvio e familiar para a seguinte, resultado de uma objetivação, que é um processo ainda mais atuante que a ancoragem, unindo a idéia de não-familiaridade com a de realidade.

Jorge Vala (1995), assim como Moscovici, defende uma perspectiva de representações sociais com ênfase maior na “construção” de processos sociais do que na “reprodução” deles. O autor busca qualificar a comunicação no interior do grupo social, assim como seus problemas e estratégias com relação a outros grupos, tratando a organização dos espaços sociais de construção e aprendizagem que geram a contextualização e funcionalidade das representações sociais. Vala alega que é através do processo de comparação social que os indivíduos aprendem, integram e avaliam as representações que dão sentido à identidade social, sendo nos contextos de comunicação, subjacente a valores coletivos, que é dada a referência em esquemas de pensamento que produz e ativa uma representação. Uma representação social é um código de interpretação que ancora o desconhecido, o não familiar ou o imprevisto, funcionando como redutor de

novas aprendizagens e de comportamentos inovadores. Mas a seleção dessas âncoras não é neutra, importando entender os mecanismos a que essa seleção obedece. Os sistemas de comunicação são sistemas de relações sociais que se inserem no processo de ancoragem. A propagação é uma modalidade de comunicação em que as mensagens produzidas por membros de um grupo se dirigem ao seu próprio grupo. A sua finalidade é integrar uma informação nova, ou um problema novo e perturbante, no sistema de valores do grupo. A identidade social está associada à percepção de partilha de normas grupais, havendo representações que se impõem e representações que são discutíveis, cujo consenso se vai construindo e desconstruindo.

No modelo de análise proposto por Moscovici, a resistência à mudança é um ingrediente necessário a toda mudança, devendo ser considerada como uma consequência da situação social. Paradoxalmente, estímulos à mudança são selecionados a partir de imagens e paradigmas preestabelecidos. Assim, percepções não são respostas a um estímulo exterior, mas recriações de respostas incitadas. Assim, o indivíduo é absorvido pelo seu ambiente social, se submetendo a pressões sociais e também executando papéis. Segundo o próprio autor, o princípio democrático-eleitoral de que cada pessoa representa um voto possui restrições sociais e culturais. Abaixo é apresentado o modelo de representação social proposto por Moscovici, em que o estímulo é endogeneizado.

Figura1. Modelo de representação proposto por Serge Moscovici.



3.2 Representações e o Território

O espaço geográfico e o território são elementos fundamentais da representação social. Segundo Claude Raffestin (1993), as objetivações do espaço, no processo de formação do território¹¹, são processos sociais dados por uma representação de sistemas sêmicos, ou seja, por ações e comportamentos que supõe a posse de códigos sustentados sobre conhecimentos e práticas. Segundo o autor, a partir destas representações, os atores vão proceder à repartição das superfícies, à implantação de nós e à construção de redes. Essa produção no espaço, por causa de todas as relações que o processo envolve, se inscreve num campo de poder, que constrói malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios, em que a distância geográfica se refere ao grau de interação entre os diferentes locais.

Para Raffestin, mesmo que não sejam discerníveis, as representações têm uma existência a qual é preciso levar em consideração, pois elas intervêm nas estratégias. A territorialidade é dinâmica, pois os elementos que a constituem são suscetíveis de variações no tempo, onde tudo reside na relação concebida como processo de troca ou de comunicação. Assim, a influência territorial pode ser potencializada, e o que pode ser uma comunicação em pequena escala pode ser visto como perda de comunicação em grande escala. Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. As projeções no espaço podem se realizar em várias malhas ao mesmo tempo, cristalizando fatores físicos e fatores humanos, mesmo sem se dar conta. Assim, as “imagens” territoriais revelariam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e decifrando-as se chegaria à sua forma estrutural.

Milton Santos (1979) alega que quanto mais descontínua for a circulação no espaço, menos este tem fluidez e mais fortes são os efeitos das restrições infra-estruturais. Ao tratar as formas econômicas no espaço, Santos coloca que as restrições às infra-estruturas criam limitações à organização espacial e localização seletiva do capital, de

¹¹ Idéia de que espaço e território não são termos equivalentes. O território seria formado a partir de um espaço anterior, resultado de uma ação conduzida por um ator que se apropria do espaço, concreta ou abstratamente.

instituições e de pessoas. E quanto mais pobre um país, mais agudo isto se tornaria. Essas infra-estruturas condicionantes da organização espacial podem ser dadas, no processo democrático representativo, por elementos que facilitam ou dificultam o fluxo e a produção de informações.

Paul Claval (1979) enfatiza que o exercício do poder é facilitado quando os que a ele estão submetidos aceitam a situação como natural e reconhecem a natureza legítima da autoridade. Nesse contexto, a cultura, que estabelece a originalidade de cada grupo, só pode ser mantida pelas comunicações interpessoais, que reduzem a viscosidade e opacidade naturais do espaço. Segundo o autor, o espaço geográfico intervém de várias maneiras na vida social, combinando formas de interação, seja apoiando ou criando obstáculos às relações, tornando o transporte mais lento, assim como o deslocamento das pessoas, criando uma opacidade difícil de penetrar pela dificuldade na transmissão de informações. Assim, quando as pessoas não podem se encontrar, a qualidade da relação entre elas é baixa. Quando não há meio de transmitir a informação à distância, a quantidade de notícias que se pode divulgar diminui rapidamente. A função política do espaço é complementada, ainda, pelo papel de base da atividade simbólica. Os códigos em que se apóiam as trocas de informação são muito diversificados e, assim, os sistemas de comunicação são condicionados por áreas culturais onde os códigos essenciais são comuns a todos.

Para Claval, o jogo da influência encontra sua origem no controle dos fatores de produção. Quando a economia admite a troca de mercadorias, as condições do exercício da influência se modificam, pois todos os indivíduos encontram-se englobados no circuito geral da economia mercantil e são, por isso, dependentes. Da mesma forma, todos os que dele participam diretamente pela sua produção dispõem também de meios de influência. A representação abre caminho para a influência dos grupos. Alguns estão em condições de exercer diretamente uma pressão sobre os outros, seja devido à sua posição no circuito econômico, ao direito à iniciativa que se atribuem ou à sua capacidade de remodelar as imagens, crenças e fidelidades dos outros. As sociedades que aceitam a mudança admitem que os valores se transformem e o que foi ensinado às gerações passadas pode deixar de ser válido hoje. Logo, a “verdade” não é dada a todos, sendo determinada por uma minoria que sabe percebê-la numa realidade difícil de ser decifrada. Assim, se essa “verdade” – como fenômeno autônomo proveniente da razão -

não é dada a maioria, sua difusão depende da sua influência sobre aqueles que possam ter interesses semelhantes. No referente ao poder nas relações de autoridade, a grande questão é compreender a forma de obtenção de um acordo preliminar das consciências. A autoridade que se exerce sobre a vida social repousa sobre um consentimento profundo. O chefe pode ser criticado se não está à altura da sua tarefa, mas o princípio de delegação não é questionado. Assim, a autoridade atribuída à pessoa, família ou grupo é legitimada por costumes e limitada por práticas passadas. Nessa forma, o poder se molda pelos limites das áreas culturais que se expressam no território. A autoridade não coloca em jogo diretamente o princípio territorial, não sendo necessário um controle permanente, mas que repousa sobre uma comunidade de crenças que resulta de um processo de aculturação. O território no qual a autoridade se desenvolve é, portanto, modelado pela percepção coletiva.

Bertha Becker (1988) enfatiza a ligação entre relações de sociais e a configuração espacial do poder:

“...o poder não é determinado pela configuração das terras e mares e pela geografia dos lugares e, sim, por motivações e decisões humanas e pelas relações sociais...Relação social difusa, teia presente na sociedade e no espaço inteiro, o poder deriva de múltiplas fontes e o espaço tem, sem dúvida, uma potencialidade política e social que cumpre ser resgatada...ele (o poder) é produtor e reproduzidor das relações de produção e dominação.” (Becker, pg. 101)

Pensando a formação ideológica no espaço a partir das relações interpessoais, o geógrafo David Harvey (1992) considera que a escolha e a definição político-ideológica em toda sociedade depende do contexto das experiências sociais, sendo que para compreender a manutenção do poder político, necessita-se identificar os processos sociais que se estruturam no tempo e no espaço. Para o autor, as regras do senso comum, que definem o tempo e o espaço políticos, são usadas para conseguir reproduzir distribuições particulares de poder social, da mesma forma que a mudança dessas regras é determinada pelo movimento de energias sociais.

3.3 Inovação Social

Moscovici e Doms (1984) estabelecem três normas que determinam o juízo que realizamos sobre objetos particulares: a norma de “objetividade”, relacionada com a

necessidade de comprovar nossas opiniões seguindo o critério de exatidão objetiva; a norma de “preferência”, que reflete a existência de gostos diferentes; e a norma de “originalidade”, onde a avaliação das opiniões reflete o grau de novidade que elas representam e o grau de surpresa que podem causar. Segundo os autores, quando se introduz a originalidade a título de critério para julgar as propriedades de um objeto, esta carece de efeito, pois os indivíduos não chegam a se libertarem da norma de objetividade. Entretanto, quando se introduz a originalidade a título de norma, esta incita os membros da maioria a se mostrarem mais dispostos a adotar a resposta da minoria. Uma minoria exerce uma influência mais direta em marco normativo de originalidade que em um marco normativo de desvio social.

Uma forma semelhante a esse processo de percepção da inovação pode ser encontrada na evolução do sistema econômico descrita por Schumpeter. Em *Business Cycles* (1939), Schumpeter se pergunta sobre as mudanças evolutivas no processo econômico. Ao invés de atribuir essas mudanças somente a respostas a fatores externos, ele procura encontrar as condições internas de mudança, concebidas como respostas criativas de adaptação, não mais passivas. O autor classificou os fatores internos de mudança em três tipos: alteração nos gostos, alteração na quantidade ou distribuição dos recursos produtivos, e alteração na função de produção pela inovação nos métodos de oferta dos produtos. Esses fatores interagem e se condicionam mutuamente, em que as alterações históricas são resultados dessas relações. A inovação tecnológica é diferente e distinta da invenção, consistindo de fatores de produção existentes nos processos econômicos e no comportamento administrativo-empresarial capazes de alterar dados econômicos, como os custos de produção, através de mudanças internas. Analogamente a “originalidade” de Moscovici, Schumpeter considera a inovação o elemento mais relevante da evolução econômica, juntamente com seus efeitos e respostas do sistema. A inovação é entendida pelo autor como uma nova forma de combinação de fatores, em que a transição é caracterizada por um salto de uma velha estrutura para uma nova estrutura de produção, o que também poderia ser detectado em termos de ganhos em custos pecuniários.

Para Schumpeter, o que domina a cena capitalista é a inovação, como uma intrusão no sistema de novas funções de produção que incessantemente alteram as curvas de custo existentes. Destaca-se que as inovações não são fenômenos isolados e nem

uniformemente distribuídos no tempo, mas, ao contrário, tendem a se agruparem no espaço e no tempo. Assim, a inovação é materializada pela concorrência empresarial ao longo do tempo em busca de excedente adicional (o “lucro” schumpeteriano). Transportando essas considerações para o fenômeno político, não parece ser à toa que, numa obra posterior, Schumpeter (1943) questiona ou mesmo defende o uso do método democrático ainda que num sistema pós-capitalista e socialista, dado a capacidade do regime democrático em prover estabilidade ao mesmo tempo em que permite absorver a concorrência de novas idéias. Outros trabalhos buscaram aprofundar a compreensão do crescimento econômico, relacionando-o com os processos de inovação e difusão tecnológica, reunidos nas teorias do crescimento de longo prazo auto-alimentador, destacando a geração de externalidades e potenciais de difusão provenientes de arranjos institucionais e estruturas organizacionais territorialmente particulares (PEREZ, 1983; FREEMAN e SOETE, 1997; FAGERBERG, 2000)

A mudança dos interesses humanos pode gerar novas formas de comunicação, resultando na inovação e na emergência de novas representações. Representações, nesse sentido, são estruturas que conseguiram uma estabilidade através da transformação duma estrutura anterior, numa perspectiva histórica e temporal. Tal processo é análogo ao conceito de *path-dependence* desenvolvido na economia por Nelson e Winter (1982), em que os autores destacam as conexões entre a inovação e a estrutura de mercado, numa dupla causalidade, enfatizando os processos de acumulação endógena e instrumentalização de experiências passadas, de tal forma que o crescimento das firmas é dependente de suas trajetórias tecnológicas pregressas (a “rotina” das firmas). Ao mesmo tempo, este crescimento depende das formas de busca e seleção de oportunidades tecnológicas capazes de redirecionar as trajetórias prevaletentes.

Boaventura de Sousa Santos (2008) utiliza uma noção de modernidade ocidental, como um projeto desestabilizador e subjetivo ou socialmente transformador, semelhante ao conceito de *path dependence*, propondo uma equação entre raízes únicas e opções múltiplas, afirmando que a sua solução é possível sem ser trivial. Um fundamento importante para entender tal equação, segundo o autor, seria distinguir uma ação conformista de uma ação chamada de “ação-com-clinamen”, assim definidos:

“Ação conformista é a prática rotinizada, reprodutiva e repetitiva que reduz o realismo àquilo que existe e apenas porque existe...a criatividade da *acção-*

com-clinamen não assenta numa ruptura dramática, antes num ligeiro desvio, cujos efeitos tornam possíveis as combinações complexas e criativas entre seres vivos e grupos sociais...O *clinamen* não recusa o passado, assume-o e redime-o pela forma como dele se desvia.”(Santos, 2008, 90-91)

A inovação proposta aqui é voltada para a dinâmica do comportamento social derivada do processo de influência entre os indivíduos. A inovação, no caso, tem por fonte uma minoria que procura introduzir novas atitudes ou modificar idéias já concebidas, atitudes tradicionais e antigos modos de pensamento e comportamento. Assim, o processo de influência social é concebido como um processo que se desenvolve entre pessoas e que tem lugar num contexto de uma interação caracterizada por uma divergência ou conflito (MOSCOVICI e DOMS, 1984). Quanto mais o conflito é intensificado, maior é a incerteza e a dúvida gerada no seio da maioria. Para chegar a um acordo, é necessário também tentar persuadir o outro a modificar seu juízo. Assim, a negociação implica um intercâmbio de influências, além de um intercâmbio de informações. Em situações de conflito cognitivo, os sujeitos confrontados com juízos divergentes procuram fazer prevalecer seu próprio ponto de vista, considerando ao mesmo tempo a possibilidade de fazer concessões. Para Moscovici e Doms (1984), a influência mais pronunciada da minoria se deve provavelmente a um comportamento consistente. Os sujeitos julgariam que esse comportamento reflete uma maior segurança e competência do que se o mesmo comportamento fosse adotado por uma fonte majoritária.

O estilo de comportamento está relacionado com a organização do comportamento e opiniões, apresentando dois aspectos: um aspecto instrumental, que proporciona uma informação sobre o objeto que se vai julgar; e um aspecto simbólico, que nos informa sobre a pessoa que adota o comportamento particular. Ao carecer de significado próprio, o estilo de comportamento recebe um significado durante a interação. Moscovici, Lage e Naffrechoux (1969) analisam o papel do comportamento consistente no processo de inovação, encontrando a necessidade da minoria ser consistente para ser influente. A consistência do comportamento pode designar numerosas formas de comportamento que vão desde a repetição persistente de uma afirmação em particular, passando por evitar declarações contraditórias, até a elaboração de um sistema de provas lógicas. O experimento consistiu em reunir grupos de seis pessoas, onde duas eram cúmplices, que deveriam discriminar suas percepções visuais de cores e intensidade luminosa de uma série de ilustrações. Em uma das fases, os cúmplices respondiam constantemente que a

cor mostrada era verde. Sua influência sobre os outros era significativamente maior do que no experimento controle. No desenlace das interações, a consistência mostrou desempenhar um papel decisivo na aquisição e organização da informação.

Segundo Moscovici e Doms (1984), os indivíduos, durante a interação com os outros indivíduos ou quando entram em relação com objetos, empreendem um processo de dedução que os permitem desprender da massa de acontecimentos e comportamentos variáveis os fundamentos permanentes e invariáveis, permitindo ao indivíduo controlar seu entorno e prever evoluções futuras. Outras experiências foram realizadas nos estudos sobre comportamento e influência das minorias (NEMETH e SWEDLUND, 1974; RICATEAU, 1970; NEMETH *et al.*, 1977), e o resultado de todas convergem para o princípio de que as minorias podem ser fontes efetivas de influência, condicionadas ao seu estilo de posicionamento, seja ele percebido como reflexo de sua consistência, de sua segurança e de seu compromisso com seu ponto de vista. Destaca-se que as minorias nem sempre têm êxito em serem reconhecidas socialmente. O impacto de uma fonte de influência depende também do estilo e características dos membros da situação. Assim, uma minoria possui maior eficácia nos grupos de coesão forte do que naqueles de coesão mais débil.

O tema da psicologia das minorias ativas se apresenta como novo, se chocando contra idéias do senso comum e mesmo pressupostos dominantes e tradicionais, que sugerem que para se ter influência, é necessário antes de tudo constituir uma reserva de poder, ter competência reconhecida, fazer amigos, etc... Só a partir da posição dominante seria possível empreender um processo inovador. Mas Moscovici e Doms (1984) sugerem que esse processo, de cima para baixo e onde a inovação é uma consequência da conformidade, é somente uma categoria de inovação e propõe uma segunda categoria, onde a inovação é independente da conformidade e oposto a ela. A primeira seria uma inovação fraca, enquanto a segunda seria uma inovação robusta. Os grupos minoritários podem exercer uma influência sobre a maioria em condições que disponham de uma solução de negociação coerente e se esforcem ativamente para torná-la visível, sendo que ela é reconhecida mediante um comportamento consistente, ou seja, quando seu ponto de vista é apresentado de maneira segura e com convicção. O acordo e o consenso validariam nossas opiniões e juízos, relacionando-se com a necessidade de confirmar que nossas próprias percepções e compreensão da realidade correspondem à realidade

aceita por todos. Além disso, serviriam também para aumentar nossa própria estima, devido ao fato de ver nossos próprios juízos e opiniões serem reconhecidos pelos demais. Se os indivíduos são levados a comparar suas opiniões, não se exclui a busca pelo consenso, que é onde pode intervir a influência.

Tendo em conta que os indivíduos atuam na vida cotidiana em diversos meios sociais e pertencem a vários grupos de referência, adota-se aqui uma posição relativa de minoria político-eleitoral. A minoria política é representada por aqueles grupos com menor poder e dominância em relação a outras referências que se sobressaem na realidade social das decisões políticas e que podem contar ainda com maior poder midiático e financeiro. Assim, a simetria ou assimetria do ambiente de troca de informações poderia condicionar o efeito multiplicador de uma inovação social introduzido pela minoria, mesmo ela sendo consistente. Procuraremos analisar esse condicionamento na sua forma regional, através da localização espacial de canais sociais criados por condições econômicas e demográficas. Um ambiente favorável a disseminação de novas idéias possui grande relevância no contexto político-eleitoral pela sua contraposição a uma influência mais passiva representada pela inércia do *status quo* político, pelo poder de meios de comunicação de massa ou relações direta do uso do poder econômico, como compra de voto.

A televisão, por exemplo, teria um papel dual, pois, ao mesmo tempo em que informa, para muitos ela tem um papel assimétrico, impondo opiniões e deixando menos espaço para revisões críticas, em especial no formato brasileiro de monopolização ou cartelização dos canais de TV aberta. Uma hipótese interessante e reportada na literatura que procura revelar o poder de influência dos meios de comunicação de massa é a hipótese da chamada *Agenda-Setting* (MACCOMBS e SHAW, 1968), que estabelece a existência de um controle da opinião pública pela seleção da agenda político-eleitoral a ser debatida, delimitando como o assunto deve ser pensado e debatido. Já Lazarsfeld e Merton (1948) defendiam que os efeitos das mídias são limitados, pois a disseminação das notícias seria filtrada por intermediários, sendo moldada, portanto, pelo meio social. Em *The People's Choice* (1948), Lazarsfeld e colaboradores afirmam que a influência dos meios de comunicação seria condicionada, e os efeitos de campanha ativados, por predisposições dadas por contextos sociológicos.

Mesmo na teoria mais fraca de controle da opinião pública pela televisão, que seria filtrado por intermediários, denota-se a importância do contexto social para uma opinião crítica frente às notícias. Destaca-se, ainda, a dificuldade de inovações de idéias e causas se disseminarem por meios de comunicação de massa, principalmente quando há pouca competição midiática e carregados compromissos financeiros, o que estimularia o conformismo.

Em estudo recente da dinâmica eleitoral mexicana, Moreno (2005) diferenciou efeitos de credibilidade em canais de informação mais assimétricos, como televisão e propaganda, de outros canais, como opiniões dos outros, jornais e editoriais políticos. O autor concluiu que um maior nível de educação se relaciona com a maior credibilidade nos últimos e o contrário em relação aos meios de comunicação de massa de maior alcance.

O poder da televisão no Brasil pode ser ilustrado pela confiança demonstrada nela. Dados do *Informe Latinobarômetro 2008* indicam que, no Brasil, 60% das pessoas têm muita ou alguma confiança na televisão, contra 40% que têm pouca ou nenhuma confiança. Enquanto isso, 20%, somente, confiam em partidos políticos e 80% não. Dados do *BH Barômetro 2008* corroboram esta relação na capital mineira, onde a ordem de confiança em instituições, de forma decrescente, foi: “igreja”, “televisão”, “imprensa”, “empresas privadas”, “partidos políticos” e “câmara dos deputados”.

Miguel (2004) apresenta uma investigação teórica da influência da mídia, em especial da televisão, no comportamento eleitoral, destacando esse instrumento como palco para disputas entre personalidades que poderia se sobrepôr às organizações partidárias e lealdades ideológicas, em especial no caso do Brasil, que combinaria uma grande penetração da mídia eletrônica de massa, com um precário nível de escolaridade.

Investigando o papel da televisão através dos conteúdos do horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) e dos manifestos partidários do PT e PSDB, utilizando uma metodologia de análise da estrutura narrativa em três níveis de discurso, Fátima L. Carvalho (2000) encontra uma convergência, além de estratégias conciliatórias desses discursos, reforçando a influência dual desse instrumento entre inovação e

conservadorismo, ou seja, podendo representar um espaço de competição ao mesmo tempo em que pode constringer movimentos sociais e políticos. Segundo a autora:

“A televisão é imbatível em termos da fixação que promove em torno de "significantes vazios", conservando determinadas imagens de sociedade. Ao renovar pequenos ideais (através da materialidade de significantes vazios), propondo uma inovação que não desestabiliza a estrutura de sentido e de poder, a televisão combina duas forças opostas — de inovação e de conservação —, perpetuando tensões no sistema político.” (Carvalho, 2000, pg. 160).

Tais considerações acerca da dualidade da televisão não só denota que o território continua a ter grande importância na inovação social, mas reforça seu poder. Sendo assim, a análise do ambiente espacial é vital e elemento chave para a compreensão da dinâmica política em regimes democráticos, em especial em condições de descontinuidade e obstáculos a fluidez dos processos interativos.

4. ASSOCIAÇÃO ESPACIAL DO VOTO E COMUNICAÇÃO SOCIAL SIMÉTRICA

O objetivo, nesse capítulo, é compreender a formação espacial das bases políticas do voto a partir de um comportamento eleitoral que considera processos de influência social. Para tal fim, utilizaremos a análise exploratória dos dados espaciais para verificar se a ampliação das bases oposicionistas se dá em contextos mais interativos, a partir de uma posição consistente (que se repete no tempo) e coesa (que se conforma de maneira concentrada no espaço). As estruturas encontradas poderiam mostrar, assim como no âmbito da economia regional, a importância da instrumentalização de espaços sociais para uma maior eficiência de estratégias competitivas, no caso, estratégias político-partidárias, ao captar a presença de multiplicadores sociais locais.

4.1 Contexto

O contexto que perpassa a análise é a não completude do ciclo político no executivo estadual de São Paulo e Minas Gerais desde o final do regime militar, entre 1982 e 2006, no sentido da vitória eleitoral dos candidatos dos partidos mais distantes ideologicamente daqueles que se apresentavam no poder, ou da oposição de “esquerda”, havendo um claro predomínio das posições de “centro” (tabela 1). Tal predomínio sugere que, para se tornarem competitivos, os partidos talvez fossem incentivados a agirem de forma mais pragmática e a não se diferenciarem, se dirigindo para o “centro” do espectro político. Abaixo, segue os gráficos A e B, que indicam a evolução das votações de 1982 a 2006, de acordo com a classificação dos blocos ideológico-partidários (quadro 1), baseada em Telles (2007), que leva em consideração a literatura que trata as posições partidárias através de fatores de cultura política, de coerência nas votações nominais da Câmara dos Deputados e de posicionamento programático. Essa classificação não é aqui interpretada na sua forma rígida, mas somente como uma indicação inicial e ponto de partida para pensarmos os posicionamentos ideológicos no contexto eleitoral investigado.

Tabela 1. Vitoriosos e Segundos Colocados nas Eleições para Governador em MG e SP, por partido (1982-2006).

	MG				SP			
	Partido Vencedor	*PPD	2° colocado	* PPD	Partido Vencedor	* PPD	2° colocado	* PPD
1982	PMDB	centro	PDS	direita	PMDB	centro	PDS	direita
1986	PMDB	centro	PL	centro	PMDB	centro	PTB	direita
1990	PRS (PL-PTB)	centro**	PRN	direita	PMDB	centro	PDS	direita
1994	PSDB	centro	PP	centro	PSDB	centro	PDT	esquerda
1998	PMDB	centro	PSDB	centro	PSDB	centro	PPB	direita
2002	PSDB	centro	PT	esquerda	PSDB	centro	PT	esquerda
2006	PSDB	centro	PT	esquerda	PSDB	centro	PT	esquerda

Fonte: Resultados obtidos a partir de Nicolau (1998).

* PPD = Posição Partidária Dominante (posição do cabeça de chapa), seguindo a classificação ideológica de Telles (2007), apresentada no quadro 1.

** Apesar de a sigla PRS ser classificada como “indefinida”, no caso ela é considerada como “centro”, dada a sua coligação com o PL e o PTB, e devido ao candidato, Hélio Garcia, ser ex-peemedebista e já ter assumido o cargo de governador pelo PMDB quando era vice-governador de Tancredo Neves, em 1984.

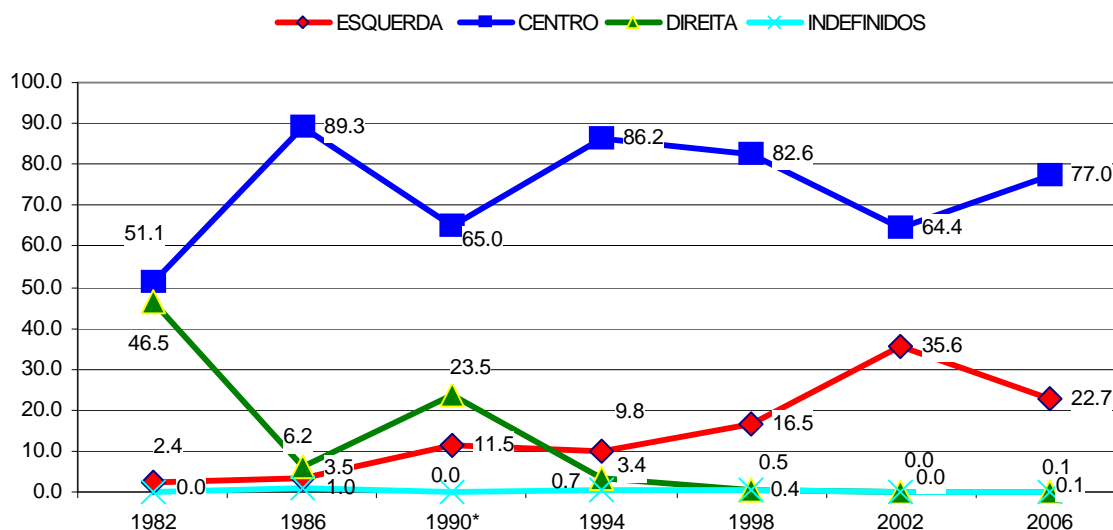
Quadro 1. Classificação dos Partidos Políticos por Ideologia.

ESQUERDA	PT - PDT - PSB - PCdoB - PCB - PPS - PV - PSTU - PCO*
CENTRO	PMDB - PSDB - PP - PL - PTR - PST
DIREITA	PDS - PFL - PTB - PPB - PRN - PRONA - PDC - PSD
INDEFINIDOS	Todos os demais partidos

Fonte: Telles (2007).

* o Partido da Causa Operária (PCO) foi adicionado pelo autor no bloco de “esquerda”.

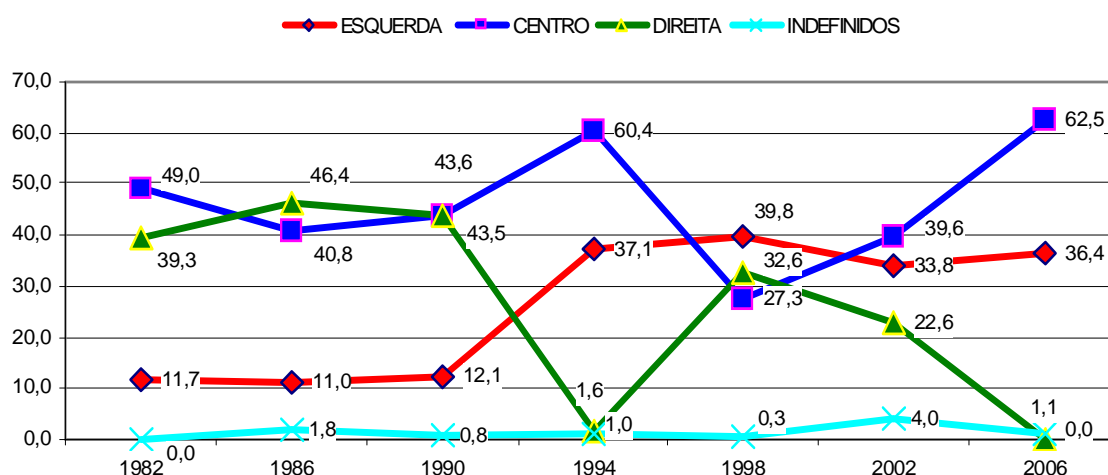
Gráfico 1. Evolução dos blocos ideológico-partidários em Minas Gerais (1982-2006) (votos válidos para o governo estadual, 1º turno, %).



Fonte: Cálculos realizados pelo autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Nicolau (1998).

*Em 1990, o candidato vencedor, Hélio Garcia, pertencia ao Partido das Reformas Sociais (PRS), criado especialmente para a disputa no governo (ROCHA, 2003). Contudo, no gráfico, seus votos foram colocados no “centro”, devido ao candidato ser anteriormente do PMDB e devido também a apresentar uma candidatura coligada com o PL e o PTB.

Gráfico 2. Evolução dos blocos ideológico-partidários em São Paulo (1982-2006) (votos válidos para o governo estadual, 1º turno, %).



Fonte: Cálculos realizados pelo autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Nicolau (1998).

Pela tabela 1, nota-se que PMDB¹² e PSDB¹³, representantes do “centro”, foram os vitoriosos nos dois estados em todo o período analisado. Pelos gráficos e pela tabela, encontra-se que a “esquerda” aparece de forma competitiva a partir de 1994. Em Minas Gerais, apesar de chegar ao segundo lugar em 2002 e 2006, nem mesmo chegou ao segundo turno, tendo seu auge com a votação do candidato petista em 2002. Já em São Paulo, a soma dos votos da esquerda chegou a ser maior que o do centro e o da direita em 1998, contudo esses votos estavam divididos entre o PT¹⁴ e o PDT¹⁵, e a candidata petista não chegou ao segundo turno por meio ponto percentual dos votos válidos em relação ao segundo colocado, o candidato do PSDB que tentava a reeleição e que venceu no segundo turno contra o candidato do PPB. Em 2002, o PT perde no segundo

¹² O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) representa a sucessão do MDB, fundado em 1965, que era o partido oficial que fazia a oposição ao governo, quando do sistema bipartidário (1965-1979) criado no regime militar (1964-1984). Contudo, quando da volta ao sistema multipartidário, as tendências mais oposicionistas do MDB foram deixando o partido e formando outros (PC do B, PSB e PCB), que ia se fragmentando ainda mais com a evolução das negociações políticas que determinariam o governo no regime democrático, a começar pela formação do acordo da Aliança Democrática que serviu de apoio para a candidatura de Tancredo Neves à presidência no Colégio Eleitoral e que contava com negociações e apoio de dissidentes situacionistas do PDS, que não apoiavam a candidatura de Paulo Maluf. O PMDB aumentou sua ala conservadora com a infiltração em seus quadros de veteranos da ARENA/PDS (MARQUES e FLEISCHER, 1999).

¹³ O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi criado em 1988, como uma cisão do PMDB, fundado por Mário Covas, que foi senador e líder do PMDB no Congresso Constituinte, e Fernando Henrique Cardoso, que foi senador e líder do PMDB no Senado, entre outros.

¹⁴ O Partido dos Trabalhadores (PT) foi criado em 1980 e possui uma origem popular, com base no movimento sindical, mas que abrangia um grande número de tendências internas.

¹⁵ O Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi criado em 1979 e se designava como herdeiro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), apesar de a sigla pertencer a outro grupo. O PTB foi criado por Getúlio Vargas e teve uma representação relevante no período democrático anterior ao regime militar, principalmente através de João Goulart, presidente deposto pelos militares.

turno em São Paulo, e em 2006, consegue mais uma vez a segunda colocação, mas perdendo ainda no primeiro turno.

Para compreender a estrutura desses resultados, busca-se aqui fazer uso da análise geográfica do voto, a fim de verificar a existência de padrões territoriais das bases eleitorais e sua relação com variáveis que podem representar multiplicadores sociais locais. Alguns trabalhos em geografia eleitoral serviram como referência para se pensar as bases eleitorais geográficas.

Em um importante e pioneiro estudo da geografia eleitoral, no âmbito do executivo nacional dos anos de 1989, 1994 e 1998, César Jacob *et al* (2000) investigaram as áreas de destaque referentes aos votos válidos dos três primeiros colocados nas eleições. Os padrões geográficos se mostraram persistentes, regulares e territorialmente evidentes. As distribuições espaciais dos primeiros colocados, Collor (1989) e Fernando Henrique (1994 e 1998) se mostraram dispersas ao longo do território, com ênfase para as regiões interioranas, com grande semelhança entre estes dois candidatos, marcados, segundo os autores, pelo apoio de forças conservadoras. No referente às votações de Lula, segundo lugar nos três períodos, a análise geográfica revelou que o bom desempenho do candidato é concentrado persistentemente nas capitais, aproveitando ou disputando o eleitorado dos outros candidatos de esquerda ou oposição (Brizola, Enéias e Ciro Gomes), representando, segundo os autores, áreas de comportamento eleitoral progressista. Apesar de não vencer, Lula foi capaz de crescer, solidamente, nos três períodos analisados, numa mesma base geográfica. Os terceiros lugares, Brizola, Enéias e Ciro Gomes, respectivamente, apresentaram altas votações solidamente localizadas e concentradas em áreas urbanas, apesar de geograficamente distintas, com destaque para o sul em Brizola, sudeste em Enéias e nordeste em Ciro Gomes.

Barry Ames (2003) analisou geograficamente as eleições para o legislativo federal no Brasil e criou uma tipologia do eleitorado a partir de duas dimensões espaciais do voto, concentração e dominância. Segundo o autor, essa tipologia representaria fortes fatores da competição ideológico-espacial entre os candidatos por se refletir na forma de distribuição do voto, em um contexto de ampla liberdade na formação de coligações e incentivo ao personalismo do voto, devido às regras de lista aberta e menor papel do voto partidário. Manuel R. de Carvalho (2003) utilizou a tipologia de Ames para

analisar a votação dos deputados federais nas eleições de 1994 e 1998. O autor concluiu que a concentração espacial em aglomerações urbanas não se associa a um particularismo, ou localismos tradicionalistas ou neo-coronelistas – no sentido de uma rede política que se distancia da noção de democracia e cidadania por valorizar a hierarquia social e enfraquecer a separação entre público e privado – tendo, ao contrário, um caráter mais ideológico, sendo a forma concentrada a resposta eleitoral apresentado pelos resultados da esquerda, sobretudo na região nordeste, enquanto a fragmentação de votos estaria mais ligada à pouca competitividade entre candidatos em estados mais pobres, representando a forma de votação nos candidatos de partidos mais tradicionais. Essas conclusões e padrões encontrados indicam que concentrações locais do voto, que favoreceriam bases eleitorais opositoras, poderiam estar ligadas a multiplicadores sociais que ampliavam a representação de minorias ativas.

Ao analisar as eleições executivas municipais de 1996, 2000 e 2004, conjuntamente com variáveis de desenvolvimento humano e urbanização, Lúcia Avelar e Maria I. Walter (2008) verificaram um avanço da esquerda partidária a partir de 2000, com destaque para o crescimento do PT nos municípios de maior porte e urbanização, a semelhança do que se verificou com o incremento do MDB nas capitais, à época do regime militar, ocorrendo o oposto nos municípios menores e periféricos, de maior força da ARENA. Para as autoras, tal configuração indica que as mudanças políticas seriam mais lentas no interior do país enquanto os partidos de esquerda, originalmente urbanos, conquistariam eleitores dos municípios maiores para os de tamanho médio.

Nesse capítulo, são utilizadas medidas de associação do voto, a fim de identificar agrupamentos similares, eleitoralmente e territorialmente. A partir da associação espacial do voto e formação de *clusters* de municípios que apresentaram uma escolha semelhante e acima da média, identificam-se as bases eleitorais dos partidos e seus respectivos candidatos. Na análise exploratória dos dados espaciais são utilizados valores referentes aos resultados das eleições do primeiro turno de 1994 a 2006, para os cargos de governo estadual de São Paulo e Minas Gerais, buscando analisar a evolução dos padrões espaciais dos candidatos situacionistas e os opositoristas. A visualização de associação permitiria identificar a presença das construções e reconstruções das malhas territoriais de influência de poder eleitoral descritos no capítulo anterior por Claval (1979) e Raffestin (1993).

O objetivo, ao utilizar o método de análise espacial, é, portanto, captar as formas de influência de representações sociais na decisão do eleitor. A relevância das representações é dada pela sua relação com o senso-comum no processo de mudanças e transformações sociais (LÉVY-BRUHL, 1903) e da sua relação com a fluidez e continuidade no espaço social (SANTOS, 1979), que determinam os processos de inovação social caracterizados por Moscovici e Doms (1984).

Um método baseado no uso de *surveys* pode encontrar dificuldades para captar os elementos indiretos e inconscientes da influência social. Um paralelo pode ser traçado com a dificuldade de medir níveis de “preconceito” a partir de entrevistas. Por vezes, as pessoas não possuem consciência dos valores e influências sociais do ambiente em que estão inseridas, por essas serem indiretas. Nas tabelas a seguir (tabelas 2 e 3), são apresentadas variáveis de entrevistas de uma pesquisa nacional que buscam identificar formas diretas de influência interpessoal. Verifica-se que os entrevistados reportam uma baixa vontade de influenciar ou de serem influenciados.

Tabela 2. Frequência com que tentou convencer alguém a votar em algum candidato ou partido durante a campanha.

	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
não/poucas vezes	1905	76%
algumas/muitas vezes	604	24%
Total (n)	2509	100%

Fonte: dados do ESEB 2002¹⁶ (Q15).

Tabela 3. Nível de Confiança na Maioria das Pessoas.

	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
não confia/confia pouco	2192	88%
confia/confia muito	314	12%
Total (n)	2506	100%

Fonte: dados do ESEB 2002 (Q350).

Essas tabelas indicam, respectivamente, que 76% das pessoas não procuram convencer outros a votar em algum candidato ou partido (primeira tabela) e que 88% dizem confiar muito pouco ou nada na maioria das pessoas. Tais indicadores reforçam a importância

¹⁶ O Estudo Eleitoral Brasileiro de 2002 (ESEB2002) foi uma pesquisa realizada com uma amostra representativa da população brasileira com mais de 16 anos de idade. A amostragem possui formato probabilístico, contando com 2513 entrevistas, realizadas entre 31 de outubro e 28 de dezembro de 2002, com intervalo de confiança de 95%. A pesquisa foi financiada pela CAPES e pela FAPESP. Mais informações podem ser encontradas no endereço eletrônico: www.cesop.unicamp.br.

de pensarmos em outras formas de analisar, empiricamente, a influência interpessoal. No contexto eleitoral brasileiro, os fatores indiretos têm ainda maior relevância devido ao voto ser obrigatório, havendo, assim, um menor papel do ativismo político no sentido de mobilizar ou convencer outros a votarem e participarem.

Numa crítica às mensurações e interpretações de níveis de confiança interpessoal captadas a partir de *surveys*, João Feres Júnior e José Eisenberg (2006) mostram que esses resultados apresentam, por vezes, noções imprecisas e equivocadas, que podem traduzir dimensões distintas daquelas originalmente pretendidas. Os autores argumentam que essa variável estaria mais ligada a fatores de ordem política e institucional e pouco relacionada com influências sociais. Tal crítica, formulada sobretudo através de dados nacionais, reforça a dificuldade de captar a dependência social e o caráter inconsciente desse tipo de relação, o que reforça a necessidade de uma abordagem investigativa mais qualitativa ou teórico-quantitativa (com dados agregados) como a utilizada aqui.

4.2 Variáveis Verticais e Horizontais de Comunicação Social e Simétrica

Para complementar a análise dos dados espaciais referentes às distribuições do voto e suas concentrações territoriais, procura-se relacionar tais bases com variáveis socioeconômicas que estão relacionadas com formas de comunicação interativa, podendo atuar na difusão de novas idéias e demandas sociais, caracterizando uma inovação social.

A inovação social tem lugar num contexto caracterizado por uma divergência de opiniões que resulta em situações de conflito cognitivo que confronta juízos próprios e a possibilidade de fazer concessões, onde a coesão social fornece um continuísmo nas relações e permite a formação de ambientes cooperativos.

Para compor o índice de comunicação social e simétrica, utilizaram-se quatro variáveis: grau de urbanização e consumo de computadores, de tipo horizontal; e anos de estudo e o sub-índice de desenvolvimento humano municipal referente à renda, de tipo vertical. O tipo horizontal é determinado pela frequência de interações e encontros entre os

indivíduos. O tipo vertical se refere à “qualidade” dessas interações, no sentido de uma maior revisão crítica das opiniões em oposição a um comportamento mais passivo.

4.2.1 Incentivos Horizontais às Interações Simétricas

Grau de Urbanização

A variável grau de urbanização definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é formada pelo percentual de população que vive nas cidades. A média do grau de urbanização entre os municípios de São Paulo é de 80,6% e em Minas Gerais, é de 62,6%.

Segundo Reis *et al* (1978), a tendência oposicionista, no contexto do regime militar brasileiro de 1974, mostrou-se mais acentuada nas grandes cidades, apesar desses grandes centros urbanos serem os mais recompensados pelos benefícios econômicos dos anos precedentes. Reis argumenta que o impacto do sistema urbano sobre a atividade política se daria através da participação política, de forma que, quanto mais urbano fosse o ambiente de inserção do indivíduo, maior centralidade era atribuída à participação política. A centralidade pode ser compreendida a partir de Philip Converse (1979), que define a centralidade em termos da posição de idéias dentro de um sistema de crenças. Assim, o grau de urbanização poderia ser fundamental para definir o interesse por política, dado a ampliação das fontes de coação no sentido da maior participação. Converse destaca que as fontes de coação seriam mais sociais (ligadas à história e à criação e difusão de sistemas de crenças) do que psicológicas ou lógico-rationais.

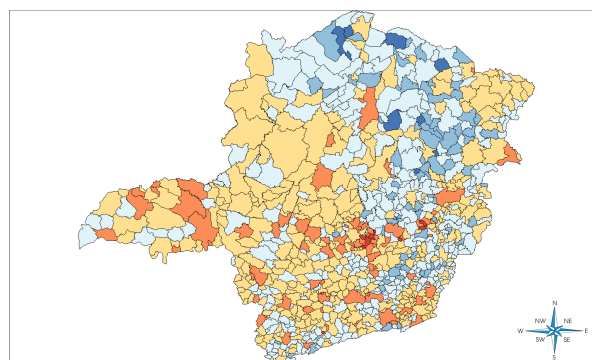
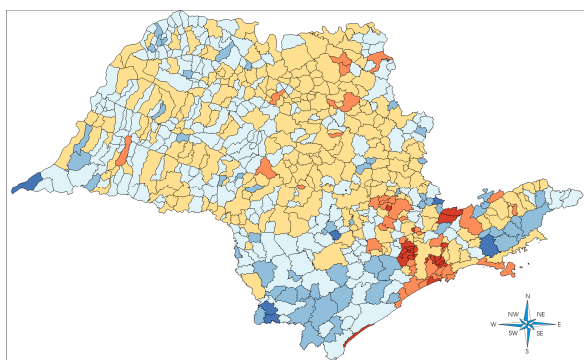
Castells (1972) trata a questão urbana como tema fundamental da prática social e política, inserida no processo de difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos, ligando formas espaciais a conteúdos culturais. Segundo o autor, há uma produção de valores sociais a partir de um fenômeno “natural” de densificação e de heterogeneidades sociais. Assim, é estabelecida a noção de transformação da estrutura social de maneira a liberar uma capacidade de acumulação progressiva.

Apesar de a urbanização ter sido incrementada fortemente na década de 80, as condições sociais do campo são de grande importância para a homogeneidade geográfica, sobretudo nos espaços geográficos constituídos pelos estados brasileiros, que em sua maioria possuem grandes áreas territoriais. O censo agrário mais recente, Censo Agro 2006 do IBGE, revelou que a estrutura agrária brasileira, caracterizada pela desigual distribuição de terras e concentração em grandes propriedades rurais, não se alterou nos últimos vinte anos. Além disso, os dados indicam um persistente baixo nível de escolaridade nas áreas rurais, com uma grande maioria analfabeta ou com o ensino fundamental incompleto.

Na figura abaixo, verifica-se que a distribuição dos menores valores desse grau de urbanização em São Paulo, a partir das classes de percentis determinadas, está localizada no sudoeste e oeste do estado, enquanto em Minas, os valores mais baixos estão no norte e nordeste.

Figura 2. Percentual da População Urbana dos Municípios de SP e MG (por categoria de percentil, 2000).

Classes de Percentis do grau de população urbana:



Fonte: Dados do Ipeadata.

Uso de Computador

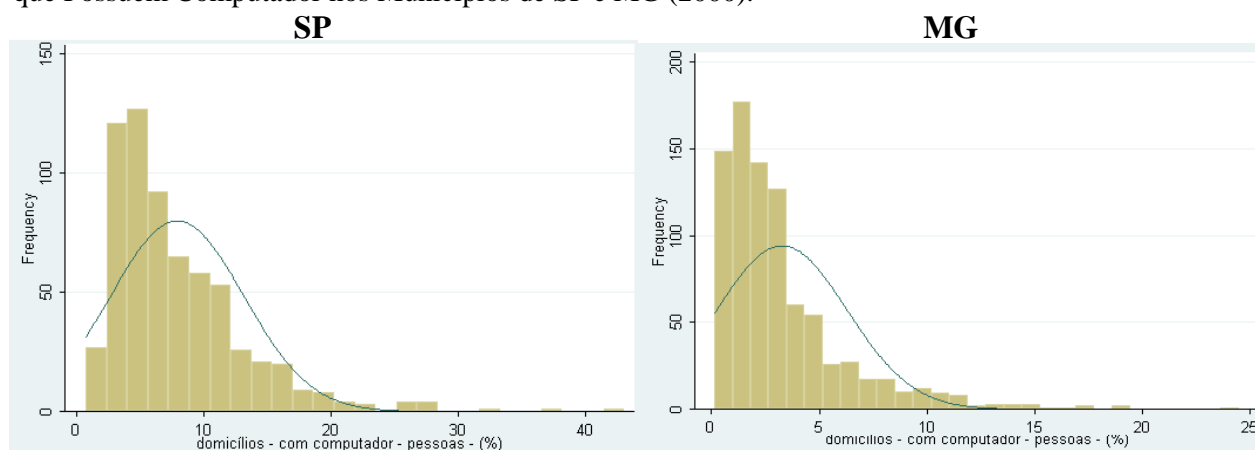
A variável de consumo de computador é definida pelo percentual de pessoas que possuem acesso doméstico a um computador. Esta variável se torna relevante na análise devido à atuação do uso da internet como uma ferramenta interativa de grande importância na formação de redes sociais de comunicação. A internet se diferencia da

televisão e do rádio devido à desconcentração das fontes de informação, à participação mais ativa do indivíduo na busca pela informação, ao contato com diversas e diferentes perspectivas, à liberdade de parar ou repetir determinada programação e à possibilidade de se posicionar numa forma mais simétrica em relação aos demais interlocutores. Assim, a forma interativa dessa ferramenta aumenta a probabilidade de que questionamentos não sejam coagidos ou impostos por uma fonte de informação de maior “prestígio” e “poder”.

Segundo Castells (2007), a comunicação em rede é fundamental para se pensar na informação como fonte de mudança social. Segundo o autor, a forma como as pessoas pensam determina a base das normas e valores construídos nas sociedades, onde a mudança ocorre a partir da batalha entre fontes de poder e contra-poder. A relação entre tecnologia, comunicação e poder reflete valores e interesses opostos e que englobam uma pluralidade de atores sociais em conflito. A comunicação através de redes de computadores pode ter um papel chave na produção e disseminação de cultura.

A média entre os 645 municípios de São Paulo é de 7,9%, enquanto em Minas Gerais a média entre os 853 municípios é de 3,3% (segundo dados de 2000 do Sistema Nacional de Indicadores Urbanos - SNIU). Os histogramas apresentados na figura 2 apresentam a distribuição dessa variável entre os municípios de São Paulo e Minas Gerais. A distribuição territorial desses dados (figura 3) se assemelha àquela do grau de urbanização, com valores menores no sudoeste de São Paulo e nordeste de Minas Gerais.

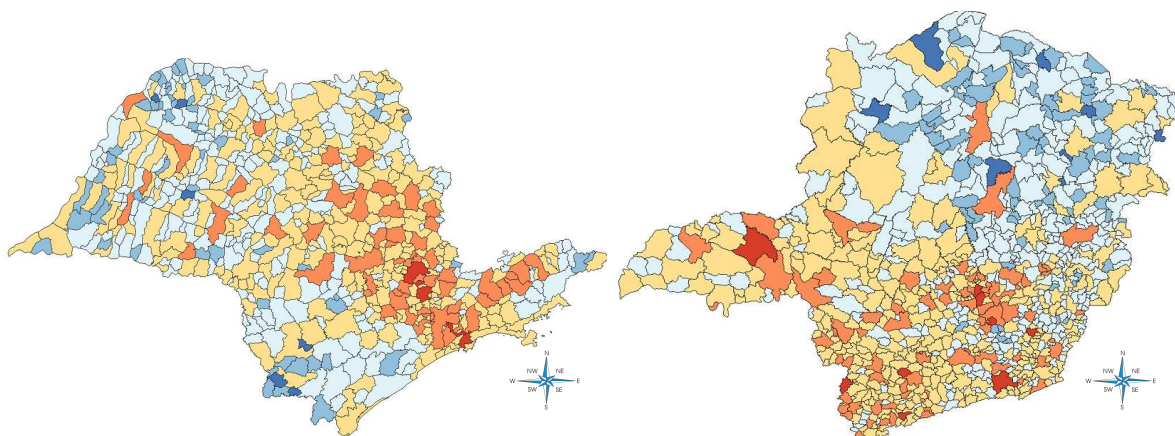
Figura 3. Histogramas e Curva Normal dos Percentuais de Pessoas em Domicílios Particulares que Possuem Computador nos Municípios de SP e MG (2000).



Fonte: Dados do Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (cálculos do autor).

Figura 4. Distribuição Geográfica da média Percentual de Pessoas em Domicílios Particulares que Possuem Computador (por categoria de percentil, SP e MG, 2000).

Classes de Percentis do Consumo de Computador:



Fonte: Dados do Sistema Nacional de Indicadores Urbanos.

4.2.2 Incentivos Verticais às Interações Simétricas

Educação

Esta variável é definida pela média dos anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais residentes nos municípios de SP e MG. A “educação” tem destaque em todas as escolas do comportamento eleitoral. Na escolha racional, uma baixa educação, juntamente com pobreza, estaria ligada ao favorecimento de políticas imediatistas e de curto-prazo, favorecendo contextos eleitorais personalistas. Na perspectiva psicológica da Escola de Michigan, o nível educacional seria um poderoso indicador de níveis de sofisticação e abrangência de questões públicas, comandando a relação entre classe e identidade partidária, devido a sua importância na formação dos níveis de conceitualização política. Na escola sociológica, a educação afetaria as experiências de grupo ao dar sustentação à influência daqueles mais politicamente ativos. Reis (2000) destaca que aspectos intelectuais representam uma dimensão subjetiva do grau de informação sobre questões políticas e do sentimento de desenvoltura e segurança subjetiva nos contatos pessoais. Soares (1967) destacou que uma educação extremamente baixa pode favorecer a permanência de uma cultura tradicional e contribuir para a manutenção do baixo grau de mudança social. Para Soares, ideologias de esquerda sofrem obstáculos não só em

culturas fortemente tradicionais como poderia ser também inibida por comunicação ineficiente e uma taxa baixa de participação.

Aqui, o nível educacional será pensado da mesma forma que nas visões sociológicas, ou seja, como elemento capaz de alterar as formas de comunicação e comportamento. Especificamente, a educação afetaria a interação no sentido da autonomia de opinião, como dado por Piaget. Essa autonomia não é dada simplesmente por opiniões firmes e “automáticas” sobre os temas do debate político, mas concebida pela reflexão de diferentes idéias em ambiente interativo e de conflito e revisões de pontos de vista. Tal processo poderia ampliar consideravelmente a difusão de opiniões que fossem, ao mesmo tempo, consistentes e deliberativas.

Apesar de pretendermos trabalhar espacialmente os efeitos de difusão usando dados agregados por município, abaixo é mostrada uma tabela com dados desagregados, por indivíduo, de pesquisa *survey*, que nos indica a relevância do nível de educação na consistência partidária das intenções de voto. Abaixo, é apresentada uma tabela que relaciona o nível de educação com a intenção de voto em 2002, filtrados pelo voto no partido do candidato das eleições de 1998, no estado de São Paulo. Não havia observações suficientes para a análise em Minas Gerais.

Tabela 4. Intenção de voto no primeiro turno de 2002 e nível educacional, filtrados pela origem do voto do PT (Marta Suplicy) em 1998 e origem do voto do PSDB (Mário Covas) em 1998 (porcentagens na linha, em parênteses).

Nível Educacional	PT 98 (Marta Suplicy)				PSDB 98 (Mario Covas)			
	alckmin (PSDB)	genoíno (PT)	maluf (PPB)	total	alckmin (PSDB)	genoíno (PT)	maluf (PPB)	total
sem instrução até 4ª. série	8 (47,0)	8 (47,1)	1 (5,9)	17 (100)	36 (54,5)	23 (34,9)	7 (10,6)	66 (100)
de 5ª. a 8ª. série	8 (44,4)	10 (55,6)	0 (0,0)	18 (100)	25 (62,5)	9 (22,5)	6 (15,0)	40 (100)
2º. grau ou mais	11 (25,0)	33 (75,0)	0 (0,0)	44 (100)	59 (76,6)	16 (20,8)	2 (2,6)	77 (100)
Total	27 (34,2)	51 (64,5)	1 (1,3)	79 (100)	120 (65,6)	48 (26,2)	15 (8,2)	183 (100)

Fonte: dados do ESEB 2002 (variáveis q440 e q23 filtrados por q53 (352 e 353, respectivamente)).

Obs: desconsiderados intenções de voto “nulo”, “branco”, “não lembra” e “vota em outro estado”.

A partir da tabela, nota-se que à medida que o nível educacional aumenta, maior a consistência do voto por partido. Por exemplo, para quem se localizava na categoria de nível de educação mais baixo e votou em Marta Suplicy (PT) em 1998, se dividiu no

voto entre o candidato do PT (47%) e o candidato do PSDB (47%) em 2002. Já entre os que possuíam maior nível de escolaridade, a porcentagem dos que votaram na candidata do PT em 1998 e em 2002 era de 75% e em Alckmin foi de 34%. Resultado semelhante é encontrado com os que votaram no candidato do PSDB em 1998 e a intenção de voto em 2002. Infere-se da análise que os de maior educação possuem maior probabilidade de possuírem um comportamento consistente na escolha partidária.

Poderia ser argumentado que os resultados da tabela 4 seriam explicados por uma maior inclinação e gosto por determinado partido político entre os mais escolarizados. Contudo, na tabela a seguir, verifica-se que a inclinação pelo PT e PSDB não é significativamente diferenciada entre os graus de escolaridade.

Tabela 5. Escolaridade e Opinião sobre o PT e o PSDB (“0”, não gosta e “10”, gosta muito), respectivamente (% na linha, São Paulo).

	Opinião sobre o PT (%)				Opinião sobre o PSDB (%)			
	<i>0 a 3</i>	<i>4 a 6</i>	<i>7 a 10</i>	<i>(n)</i>	<i>0 a 3</i>	<i>4 a 6</i>	<i>7 a 10</i>	<i>(n)</i>
Escolaridade sem instrução até 4a. série	31,8	23,8	44,4	(214)	49,7	30,3	20,0	(175)
de 5a. a 8a. série	25,3	23,7	51,1	(190)	46,5	35,5	18,0	(172)
2o. grau ou mais	28,5	23,1	48,4	(181)	42,5	32,8	24,7	(259)
Teste do Qui-quadrado ¹⁷	χ^2 de Pearson (4gl.) = 2,48 Sig(0.64)				χ^2 de Pearson (4gl.) = 4,34 Sig(0.36)			
Correlação Gama ¹⁸	(G) = 0.04 Desvio-padrão Ass.=0,05				(G) = 0.09 DPA = 0,06			

Fonte: dados do ESEB 2002 (variáveis q440, q87 e q89) filtrados pela região do estado de SP (q3=35)).

Obs: desconsiderada a categoria de opinião “indiferente” e “não sabe”.

Os resultados da tabela mostram que a inclinação e gosto pelos partidos políticos não se ligam diretamente com o nível de escolaridade. O teste de associação não foi significativo e a correlação gama é muito baixa em ambos os casos. Assim, a consistência partidária não é explicada como sendo formada pelo grau de identificação com o partido, mas principalmente por um processo de reflexão crítica, onde os de mais baixa escolaridade seriam mais vulneráveis às campanhas e propagandas dos meios de

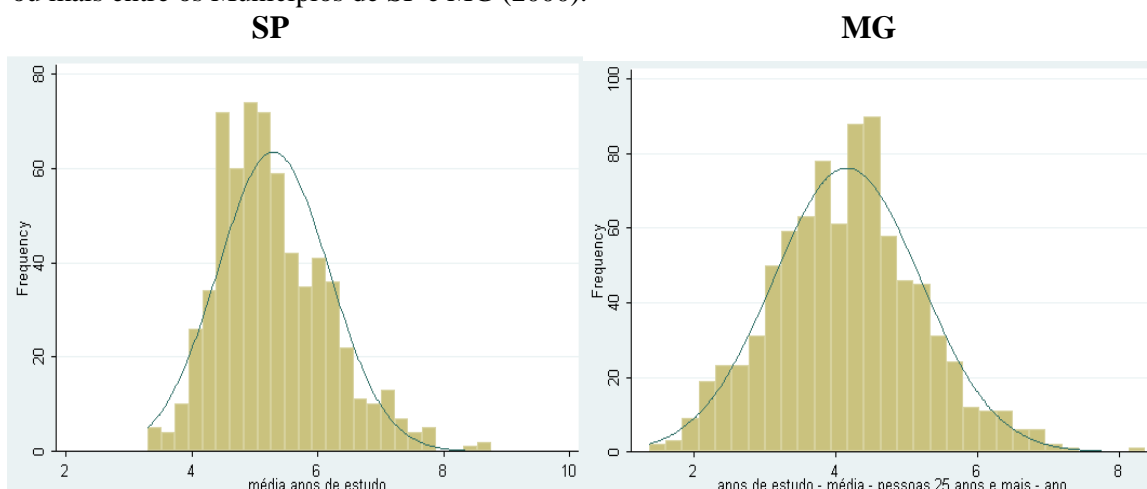
¹⁷ O Qui-quadrado de Pearson é um teste de associação entre produtos cruzados, ou seja, que pode ser usado para determinar a significância de diferenças entre dois grupos com relação à frequência relativa com que componentes dos grupos caem nas diversas categorias. Se as proporções entre as categorias forem iguais, não é caracterizada a interação e se elas diferirem, existe interação (SIEGEL e CASTELLAN Jr., 2006). A hipótese nula é de independência entre as variáveis e quando o teste para essa hipótese é rejeitado, as proporções entre as categorias são significativamente diferentes e podemos considerar uma interação entre as variáveis.

¹⁸ A correlação gama de Goodman e Kruskal (G) é uma medida de correlação não paramétrica apropriada para medir a relação entre duas variáveis em escala ordinal e que considera a direção da mudança em todos os pares de observações, medindo a monotonicidade. Essa estatística é especialmente útil quando os dados podem ser expressos em tabelas de contingência e quando existem muitos empates concordantes e discordantes entre pares de observações referentes às categorias ordenadas (SIEGEL e CASTELLAN Jr., 2006).

comunicação de massa, enquanto os mais escolarizados possuiriam um voto mais deliberativo e reflexivo.

A distribuição percentual municipal da média dos anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais é apresentada na figura a seguir. Entre os 645 municípios de São Paulo, a média da média dos anos de estudo é 5,3, enquanto entre os 853 municípios de Minas Gerais, ela é de 3,2 anos.

Figura 5. Histogramas e Curva Normal da Média dos Anos de Estudo de Pessoas com 25 anos ou mais entre os Municípios de SP e MG (2000).



Fonte: dados do Ipeadata.

Renda

Esta variável é dada pelo sub-índice do Desenvolvimento Humano Municipal referente à Renda (IDHM-Renda) dos Municípios de SP e MG. A desigualdade de renda tem sido, por vezes, tratada como uma condição fomentadora da luta de classes e como fator determinante da instabilidade do sistema político, principalmente em contextos de baixo nível de institucionalização eleitoral e democrática. Huntington (1968) indica que por trás das carências sociais e desigualdades de renda em países da Ásia, África e América Latina, há uma carência de governos com eficiência, autoridade e legitimidade. Contudo, esses dois focos de análise, do fenômeno de classe e de baixa institucionalidade, têm se alterado nos últimos tempos. Na chamada sociedade pós-moderna atual, as identidades trabalhistas e ocupacionais têm concorrido com diversas outras formas de identificações, de efeito igual, senão superior. Contribui para isso a maior complexidade e rotatividade do trabalho, em que pese a grande proporção do

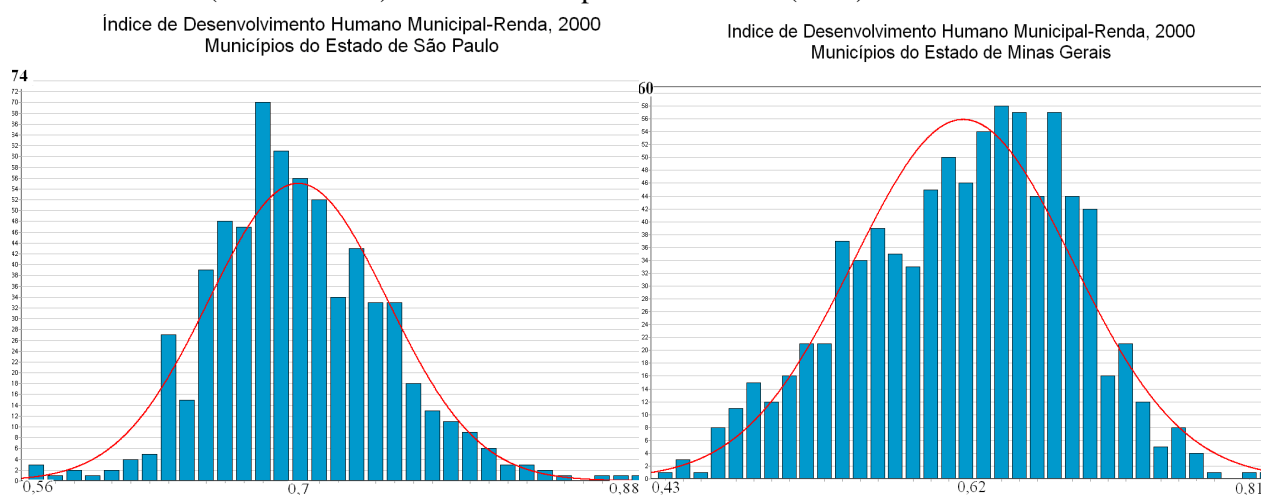
setor de serviços. Outro fator complicador é dado pela falta de um conflito aberto, de nível amplo e internacional, quanto a sistemas alternativos de organização produtiva e econômica. No aspecto institucional, alguns países antes considerados politicamente “subdesenvolvidos”, têm apresentado eleições regulares, estáveis e com regras bem definidas.

Nesse contexto, onde as oposições aceitam as regras e têm de alcançar amplas parcelas da sociedade para obterem um sucesso eleitoral, o fenômeno da desigualdade social tenderia a funcionar mais como empecilho à mudança do que como provocador dela. Reis (1978), apesar de considerar um modelo de classe em que os mais pobres tenderiam a votar na oposição, principalmente em São Paulo, já destacava que os traços intelectuais e psicológicos que se associam à posição periférica de setores dos estratos mais baixos tendem com frequência, na verdade, a resultar em uma maior incidência de conformismo, onde muitos votos seriam dirigidos ao partido da situação, de maior visibilidade e com maior efeito de propaganda. Para Reis, uma condição marginal ou periférica estaria associada a formas de lealdade de tipo clientelístico. Os aspectos da desigualdade social e regional também foram considerados por Gláucio Soares (1967), que destacava que as condições sociais desiguais reproduziriam dimensões particularistas de culturas políticas tradicionalistas, pois o atraso social em algumas regiões teria impacto negativo sobre as organizações sociais, formais e informais, incluindo a organização do sistema de comunicação.

A idéia básica a reter no uso do variável de desigualdade de renda se baseia aqui, uma vez mais, em Piaget. A alta desigualdade social representa um obstáculo às interações e formação de opiniões autônomas ao desestimular igualdade de reconhecimento entre as pessoas, impondo uma hierarquia social. A desigualdade é inerente ao sistema capitalista e não será aqui analisada. Conforme apresentado na introdução, a desigualdade de funções é até uma característica favorável à sociedade de acordo com Aristóteles, por permitir que a complementaridade torne o todo maior que a soma de diferentes contribuições funcionais. Contudo, defende-se aqui, que a eficiência da desigualdade encontraria limites na marginalização, formal e informal, de regiões e setores mais pobres da sociedade.

Abaixo são apresentadas as distribuições do sub-índice do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) relativo à dimensão Renda¹⁹. A média do IDHM-Renda entre os municípios de São Paulo é de 0,7, enquanto para os municípios de Minas Gerais é de 0,62.

Figura 6. Histogramas e Curva Normal do sub-índice do Desenvolvimento Humano Municipal referente à Renda (IDHM-Renda) entre os Municípios de SP e MG (2000).



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

4.3 Índice de Comunicação Social e Simétrica

A partir das variáveis descritas, relacionados às interações sociais dos tipos horizontal e vertical, e das perspectivas teóricas apresentadas, procura-se, nessa seção, construir um índice que capaz de agregar os indicadores socioeconômicos para que possamos analisá-lo conjuntamente com os agrupamentos territoriais de votação. Para a construção do índice será usado o método de Componentes Principais.

A Análise de Componentes Principais (ACP) é uma técnica útil para a redução e classificação de dados. Reduz-se a dimensionalidade de um banco de dados de uma amostra a um número menor de índices (componentes principais), que são combinações lineares das variáveis utilizadas, encontrando um novo conjunto de variáveis, menor do que o conjunto original, perdendo-se no processo um mínimo de informação. As

¹⁹ Seus valores são obtidos a partir do indicador de renda *per capita* média através da fórmula: $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{limite inferior})] / [\ln(\text{limite superior}) - \ln(\text{limite inferior})]$ onde os limites inferior e superior são equivalentes em reais a US\$100,00 e US\$40000,00 para o ano de 2000, limites utilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no cálculo do IDHM-Renda dos países.

variáveis precisam ser correlacionadas no início do processo e não é necessário fazer suposições iniciais a respeito da distribuição de probabilidade das variáveis originais.

As novas variáveis, chamadas de componentes principais, são ortogonais e ordenadas pela parcela da variabilidade total. A primeira componente principal é aquela que explica a maior variabilidade global das variáveis e, assim, sucessivamente. Elas são formadas a partir dos autovalores e autovetores associados à matriz de correlação. Do autovalor extrai-se a variância do respectivo componente principal, enquanto os elementos do autovetor fornecem os coeficientes para se obter os componentes principais (MINGOTI, 2007).

Abaixo, temos a análise de componentes principais com os dados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente.

Tabela 6. Matriz de autovetores ou participação relativa de indicadores para a análise de componentes principais para São Paulo.

	<i>Componentes</i>			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Grau de urbanização	0,403	0,909	0,024	0,101
Posse de computador	0,526	-0,310	-0,253	0,751
Média de anos de estudo (pessoas com idade \geq 25 anos)	0,534	-0,153	-0,551	-0,623
IDHM - Renda	0,525	-0,232	0,795	-0,196
Variância Explicada	80%	15%	3%	2%
Autovalores	3,2	0,6	0,1	0,1

Tabela 7. Matriz de autovetores ou participação relativa de indicadores para a análise de componentes principais para Minas Gerais.

	<i>Componentes</i>			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Grau de urbanização – URB	0,462	0,874	0,046	0,143
Posse de computador – CPU	0,495	-0,351	0,732	0,311
Média de anos de estudo – E25 (pessoas com idade \geq 25 anos)	0,538	-0,145	-0,082	-0,827
IDHM – Renda	0,503	-0,303	-0,675	0,447
Variância Explicada	81%	10%	7%	2%
Autovalores	3,2	0,4	0,3	0,1

Pelas tabelas 6 e 7, pode-se inferir que podemos reduzir as quatro variáveis analisadas em um componente, para ambos os estados analisados. Nos dois casos, a variância explicada pela primeira componente chega a 80%. Como o peso de cada variável na

primeira componente, dado pelos autovetores, é semelhante, pode-se calcular o índice dando um peso igual para cada variável. O índice será, portanto, gerado a partir da soma de cada indicador após eles serem padronizados de forma a terem média igual a zero e desvio-padrão igual a um. O índice, denominado de Índice de Comunicação Social e Simétrica (ICSS) é dado pela seguinte fórmula:

$$ICSS = \frac{[(IDHM-Rendp + E25p + URBp + CPUp) + |mín|]}{máx} \times 10$$

onde, “p” indica que as variáveis foram padronizadas de forma a terem média igual a zero e desvio-padrão igual a 1. O valor mínimo (mín) e o valor máximo (máx) são utilizados no cálculo para ajustar o índice para que os valores fiquem dispostos numa escala de zero a dez. Os municípios paulistas com maior ICSS foram São Caetano do Sul (10), Águas de São Pedro (9,7), Santos (9,2), Campinas (8,1), Santana do Parnaíba (7,9), Vinhedo (7,8) e São Paulo (7,8). Entre os municípios mineiros, os de maior destaque foram Belo Horizonte (10), Juiz de Fora (8,6), Itajubá (8,0), Nova Lima (8,0) e Uberlândia (7,9).

Como os dados socioeconômicos analisados são geralmente decenais, sendo os apresentados aqui colhidos em 2000, suas relações com os resultados eleitorais serão usadas somente para as análises de 1998 e 2002. Para os anos de 1994 e 2006 as conclusões são mais restritas a análise espacial do voto.

4.4 Análise Exploratória de Dados Espaciais – AEDE

Para a Análise Exploratória dos Dados Espaciais com os dados eleitorais, foram utilizadas as bases de dados do TSE referentes às eleições nos anos de 1994, 1998, 2002 e 2006, que indicam o resultado de votos válidos²⁰, por candidato e por município. Os valores a serem analisados representam a porcentagem de votos dos candidatos a governador em cada município dos estados de São Paulo e Minas Gerais, com ênfase naqueles que efetivamente participaram da disputa.

²⁰ A legislação considera como válido o voto dado diretamente a um determinado candidato ou a um partido (voto de legenda).

A AEDE, através do uso de dados georreferenciados, descreve e visualiza padrões espaciais [Anselin (1998)]. A variação desses padrões por localização torna-se fonte de várias indagações referentes aos efeitos espaciais, como dependência e heterogeneidade espaciais. A AEDE foca em técnicas que descrevem e visualizam distribuições espaciais, identifica localidades atípicas (*outliers*), encontra agrupamentos de observações semelhantes (*clusters*) e sugere formas de heterogeneidade espacial. A técnica particular usada aqui consiste na detecção de padrões locais de autocorrelação através da implementação de estatísticas LISA (em português, Indicadores Locais de Associação Espacial) (Anselin, 1995). A autocorrelação espacial pode ser traduzida pela idéia de que coisas próximas estão mais relacionadas do que coisas distantes.

O LISA faz a decomposição do índice de Moran ou “I de Moran” (estatística global) em indicadores locais permitindo avaliar a contribuição individual de cada observação (Anselin, 1995). Ela é calculada a partir da estimação da correlação da porcentagem de votos de um município em relação à média da porcentagem de votos de seus vizinhos. A evidência dependerá da significância estatística do teste de autocorrelação espacial (5%), indicando áreas com grande semelhança em relação a seus vizinhos ou áreas possuidoras de uma heterogeneidade significativa. O somatório dos indicadores locais é proporcional ao indicador de autocorrelação espacial global. Para o seu cálculo foi usado o software *Spacestat 1.91* e sua visualização, mostrada aqui em figuras geográficas, foi obtida a partir do software *Arcview Gis 3.2*. Abaixo são apresentadas os cálculos dos índices de autocorrelação espacial global e local.

Formalmente o Moran Global pode ser expressado como:

$$I = \frac{n}{\sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n w_{ij}} \frac{\sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n w_{ij} (y_i - \bar{y})(y_j - \bar{y})}{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2} \quad (01)$$

E o Moran Local possui a seguinte expressão:

$$I_i = \frac{(y_i - \bar{y}) \sum_{j=1}^n w_{ij} (y_j - \bar{y})}{\frac{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}{n}} \quad (02)$$

onde “n” é o número de áreas espaciais (no caso, municípios), “w_{ij}” representa a matriz de pesos espaciais (no caso, vizinhança de municípios contíguos de ordem um), “y_i” é o valor da votação no município “i” e “ \bar{y} ” representa o valor médio da vizinhança.

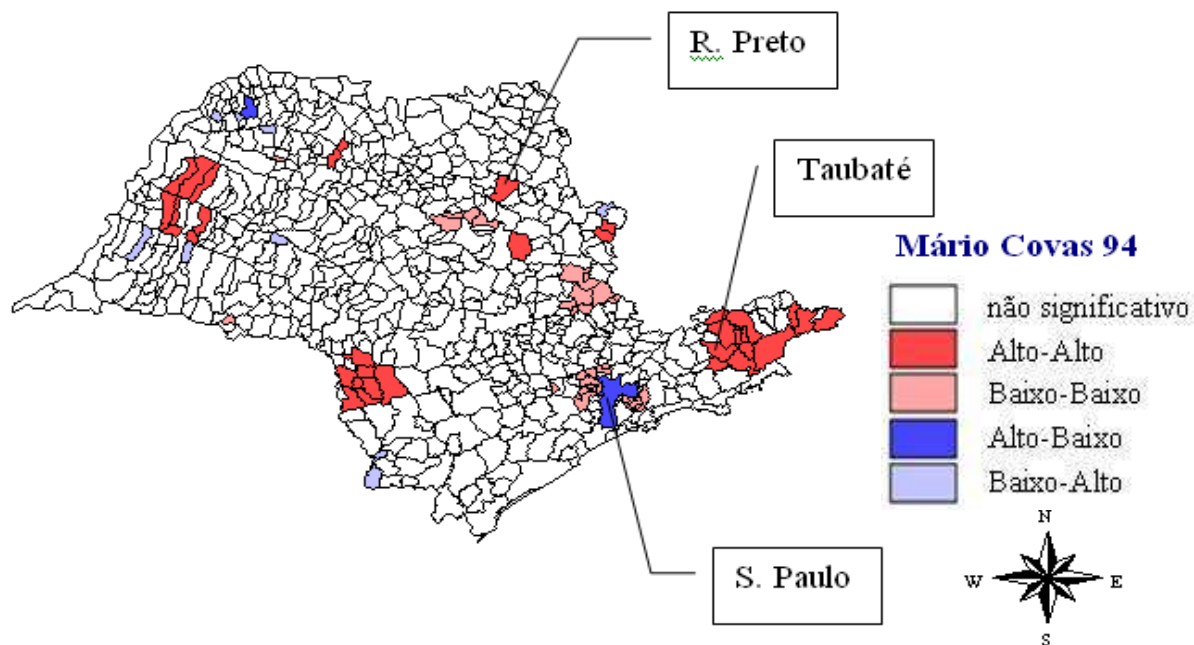
A tipologia indicada nos resultados dos LISAs a serem apresentados possui quatro formatos: alto-alto, baixo-baixo, alto-baixo ou baixo-alto. O primeiro e o segundo indicam que o grupo de municípios apresenta valores semelhantes entre eles, altos em relação à média dos vizinhos no primeiro caso, e baixo em relação à média no tipo baixo-baixo, segundo caso. Os demais tipos indicam a heterogeneidade espacial.

4.5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

São Paulo 1994

Em 1994, quatro candidatos estiveram na disputa pelo governo do estado de São Paulo com votos válidos acima de 10%. Mário Covas confirmava o auge do PSDB na política nacional, chegando aos 47% de votação no primeiro turno. Através do LISA nota-se a presença de claros *clusters* (figura 7). Interessante foi sua alta votação na capital, ao mesmo tempo em que encontrou uma forte contraposição em municípios vizinhos (tipo Alto-Baixo). Destaque para a região que contém Taubaté e para a alta votação na região de Ribeirão Preto. A figura mostra que Covas conseguiu nessas eleições aliar forças metropolitanas e áreas interioranas.

Figura 7. LISA(SP) - Porcentagem de votos em Mário Covas (PSDB) – 1994.

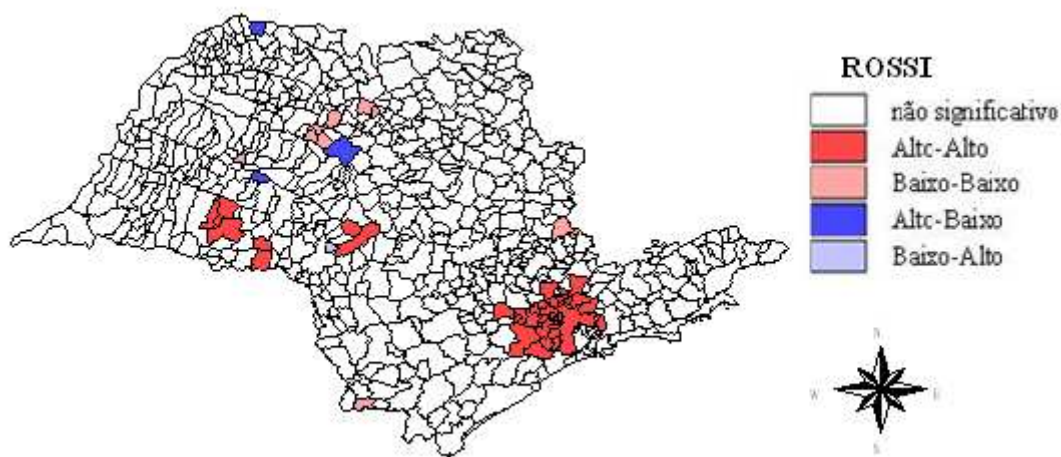


Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

Já o PT e o PDT, partidos que representavam a ascensão da esquerda, tiveram destaques ligados a áreas predominantemente metropolitanas. Francisco Rossi de Almeida do PDT aparece no segundo lugar, com 22,3% dos votos no primeiro turno, e ainda alcançando 43,8 % no segundo. O sucesso de Rossi também se deu muito à votação na grande São Paulo, tomando o *hot cluster* que vai de Suzano à Sorocaba (figura 8). José Dirceu, que obteve 14,85% dos votos no estado, teve bons resultados de Santos à Piracicaba, além de Sorocaba, ascendendo em grandes distritos eleitorais (figura 9).

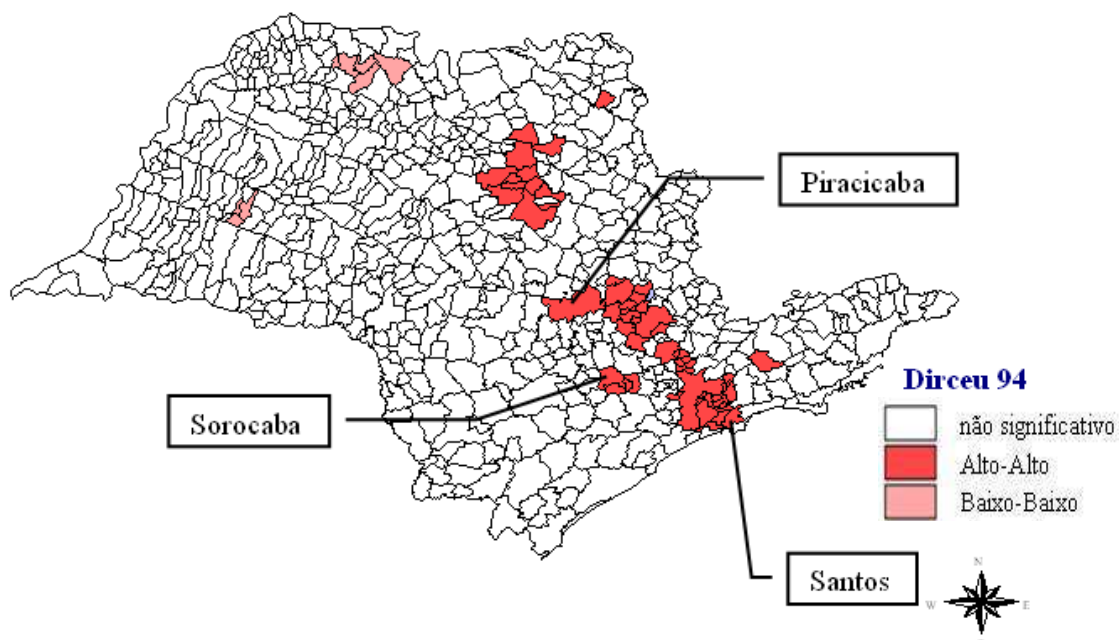
O PMDB trouxe o candidato José Antônio Barros Munhoz, que obteve 11,29% dos votos. O ponto fraco do candidato foram as áreas mais urbanas, com exceção de Moji-Guaçu. Aparentemente a sua força se encontrou na dispersão do voto.

Figura 8. LISA (SP) - Porcentagem de votos em Francisco Rossi (PDT) - 1994.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

Figura 9. LISA (SP) - Porcentagem de votos em J. Dirceu (PT) - 1994.



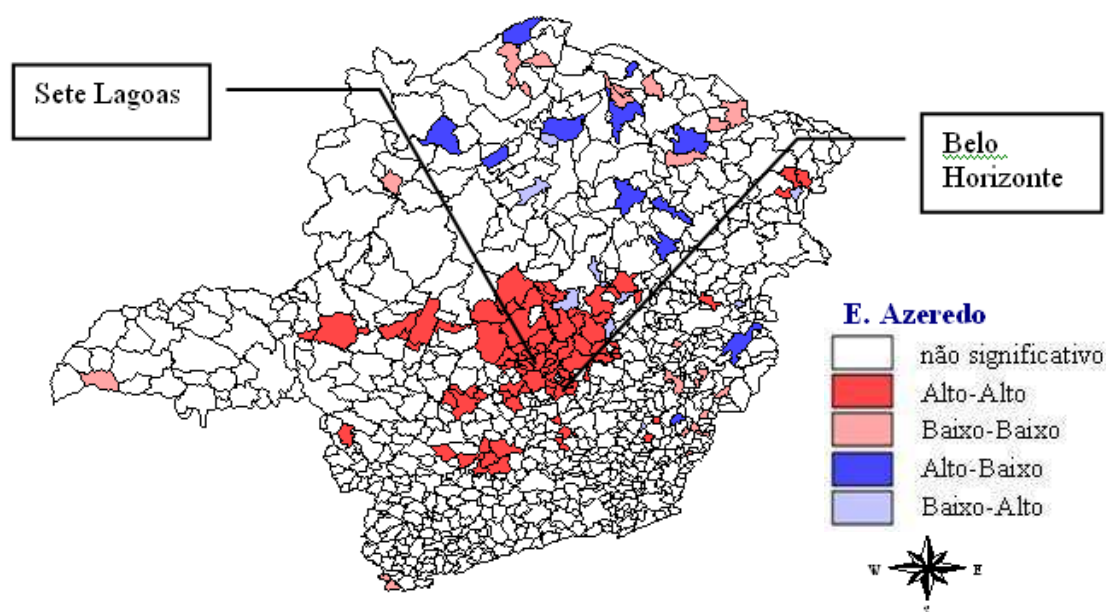
Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

Minas Gerais 1994

Em Minas, o aspecto mais interessante dessas eleições foi a virada no segundo turno de Eduardo Azeredo (PSDB) sob Hélio Costa (PP). Hélio Costa liderou o primeiro turno com 48,3% dos votos, mas obteve somente 41,35% no segundo turno contra 58,65% de Eduardo Azeredo, que obteve 27% no primeiro turno. O LISA revela a maior dispersão espacial da votação de Hélio Costa, com *hot clusters* que não contêm nenhum dos

grandes distritos eleitorais municipais²¹. Já o candidato do PSDB apresenta altas votações em importantes distritos, como Belo Horizonte, Contagem e Sete Lagoas (figuras 10). A virada no segundo turno sugere uma maior fragilidade na definição ideológica de parte do eleitorado, principalmente no eleitorado de Hélio Costa. Esse contexto também indica a importância dos grandes colégios municipais na consistência do voto, o que pode guardar relação com a vitória de Azeredo.

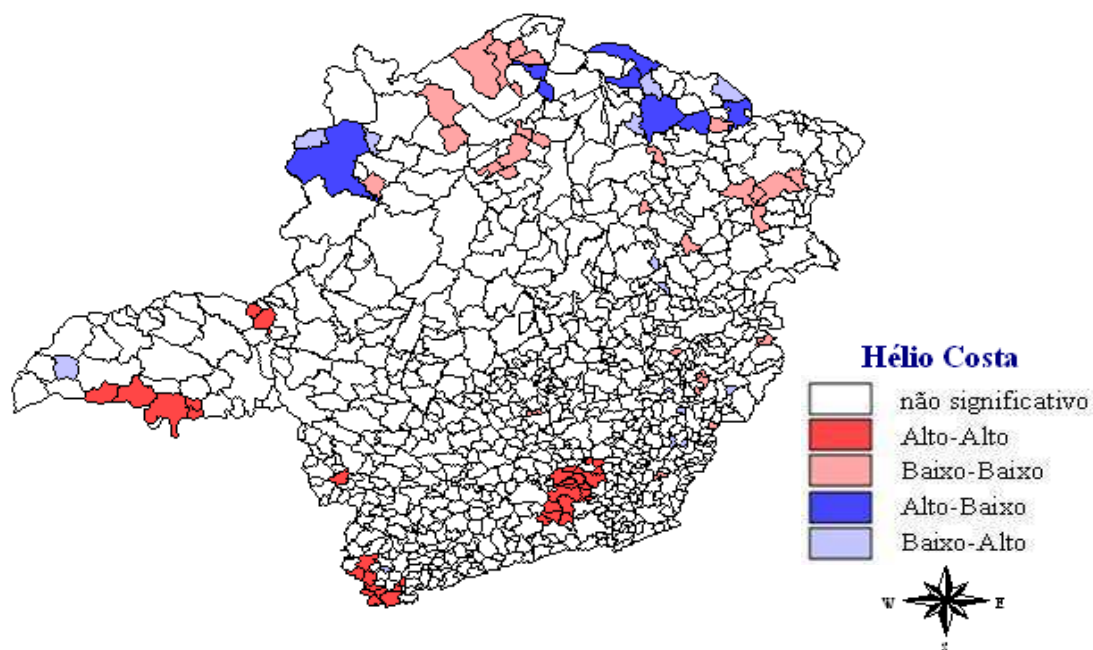
Figura 10. LISA (MG) – Porcentagem de votos em Eduardo Azeredo (PSDB) - 1994.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

²¹ Em Minas, os dez maiores colégios eleitorais municipais em 1994 eram: Belo Horizonte, Contagem, Juiz de Fora, Uberlândia, Uberaba, Governador Valadares, Montes Claros, Ipatinga, Divinópolis, Betim e Sete Lagoas.

Figura 11. LISA (MG) – Porcentagem de votos em Hélio Costa (PP) - 1994.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

José Alencar do PMDB obteve 10,71% dos votos, com destaque para a Zona da Mata mineira e o distrito de Juiz de Fora. Em Minas Gerais, o PT na figura de Antônio Carlos Pereira, alcançou 9,77% dos votos. O PT obteve configuração diferente daquela de São Paulo. Em ambos os estados o PT alcançou relativamente a mesma porcentagem de votos (em torno de 10%), com destaque para a base operária. Entretanto, em São Paulo, essa base se concentrou nos grandes centros urbanos, e em Minas Gerais não necessariamente, pois a força do PT nessa campanha se concentrou na região do Vale do Aço, destacando-se o distrito eleitoral de Ipatinga, mas não alcançando a grande BH.

Através da visualização de *clusters* eleitorais de 1994, nota-se a relevância que os grandes distritos eleitorais tiveram para a consistência do voto. Ou seja, aqueles que obtiveram uma votação considerável no resultado geral e, além disso, alta votação nos grandes centros urbanos, obtiveram avanços no segundo turno. Tal padrão adverte para a possibilidade da consistência do voto nos grandes distritos poder influenciar a decisão do voto em outras localidades no segundo turno. Em São Paulo, o candidato do PDT se aproximou bastante de Covas no segundo turno. Em Minas Gerais, O candidato do PSDB, chegou mesmo a ultrapassar largamente o candidato do PP, que teve uma retração no segundo turno, lembrando que Hélio Costa (PP) não obteve *clusters* de tipo alto-alto em nenhum dos dez maiores colégios no primeiro turno. Isso já indica a

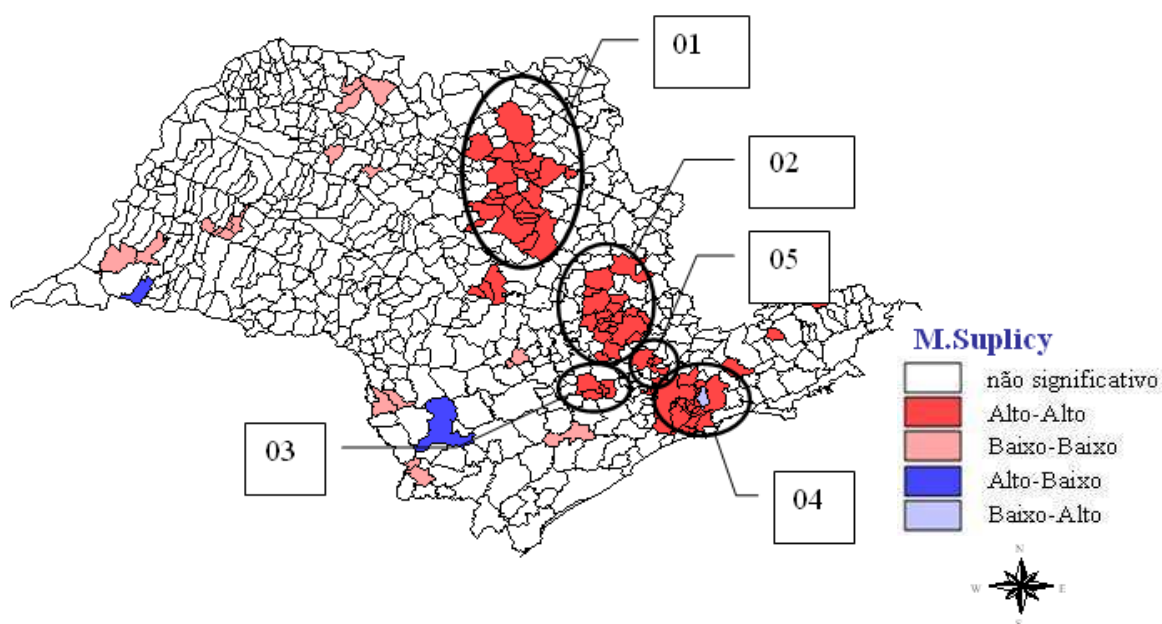
possível configuração de grupos consistentes e grupos mais conformados, o que pode ser mais aprofundado nas análises de 1998 e 2002, com a análise mais detalhada de cada *hot cluster* eleitoral (tipo Alto-Alto).

São Paulo 1998

Nesse ano, a disputa foi ainda mais acirrada que em 1994. Marta Suplicy ampliou o espaço de destaque petista que Dirceu obteve anteriormente, mostrando que o crescimento do PT possuiu uma base bem fundamentada. Os vários *hot clusters* encontrados também indicam a forte concentração do voto petista (figura 12).

A análise das bases territoriais de acordo com o Índice de Comunicação Social e Simétrica (ICSS) é realizada a partir da tabela 8, que apresenta a média do índice em cada agrupamento alto-alto, ponderada pelo eleitorado. No caso do PT, verificam-se valores altos em todos os *clusters*. Esses resultados fortalecem a idéia da relação entre a maior definição ideológica dos eleitores petista e o ICSS, o que configuraria espaços mais consistentes. Interessante seria se a candidata petista fosse para o segundo turno para ver a capacidade de influência desses eleitores, mas Marta (que obteve 22,5% dos votos úteis) perdeu por meio ponto a segunda colocação para Covas, que buscava a reeleição.

Figura 12. LISA (SP) – Porcentagem de votos em Marta Suplicy (PT) - 1998.



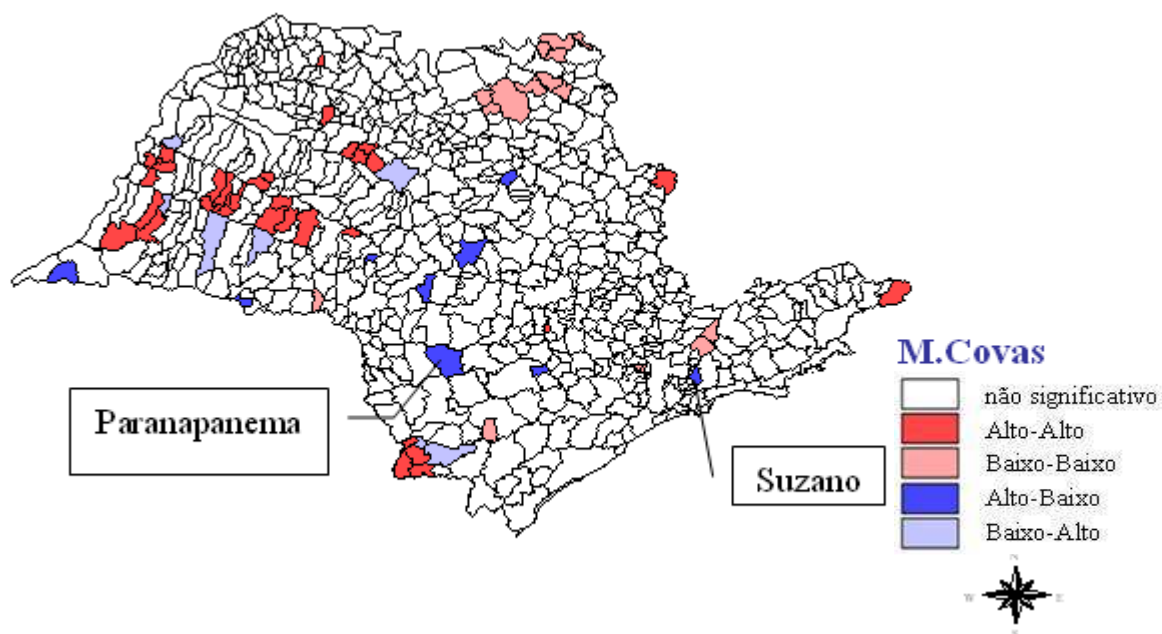
Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

Pela figura 13, nota-se que nessa eleição a votação de Mário Covas se apresentou mais distribuída, perdendo *clusters* de destaque em relação a 1994, como aquele de Taubaté e Ribeirão Preto. Destaca-se a inexistência de *hot clusters* (alto-alto) com população significativa, porém com a presença de regiões heterogêneas de tipo alto-baixo como Suzano e Paranapanema. Percebe-se como essa falta de *clusters* fragilizou a posição de Covas em relação às eleições de 94. Contudo, Covas consegue a reeleição no segundo turno contra Maluf, com 55% dos votos. Contudo, ainda podemos relacionar a instabilidade de Covas ao baixo ICSS das suas áreas de destaque. Do ponto de vista do ICSS, os candidatos Covas e Maluf tinham pouca diferença (tabela 8).

Os maiores valores de Maluf nos clusters 2 e 3 foram puxados por Presidente Prudente e Praia Grande, respectivamente (figura 14). No *cluster* de maior número de municípios, Maluf obteve o ICSS mais baixo. Em ambos os candidatos, o destaque público e publicitário parece ter contribuído para a maior distribuição do voto que ambos já tinham. Maluf já havia sido governador nomeado do estado de 1979 a 1982, quando filiado da Arena, e duas vezes prefeito da cidade de São Paulo, em 69 e 93, além de ter sido destaque no legislativo federal no regime militar. Covas também já havia tido destaque na Câmara dos Deputados, tinha sido preso em 69, foi nomeado prefeito de São Paulo em 83, tentou a presidência em 1990 e foi eleito governador do estado em 1984.

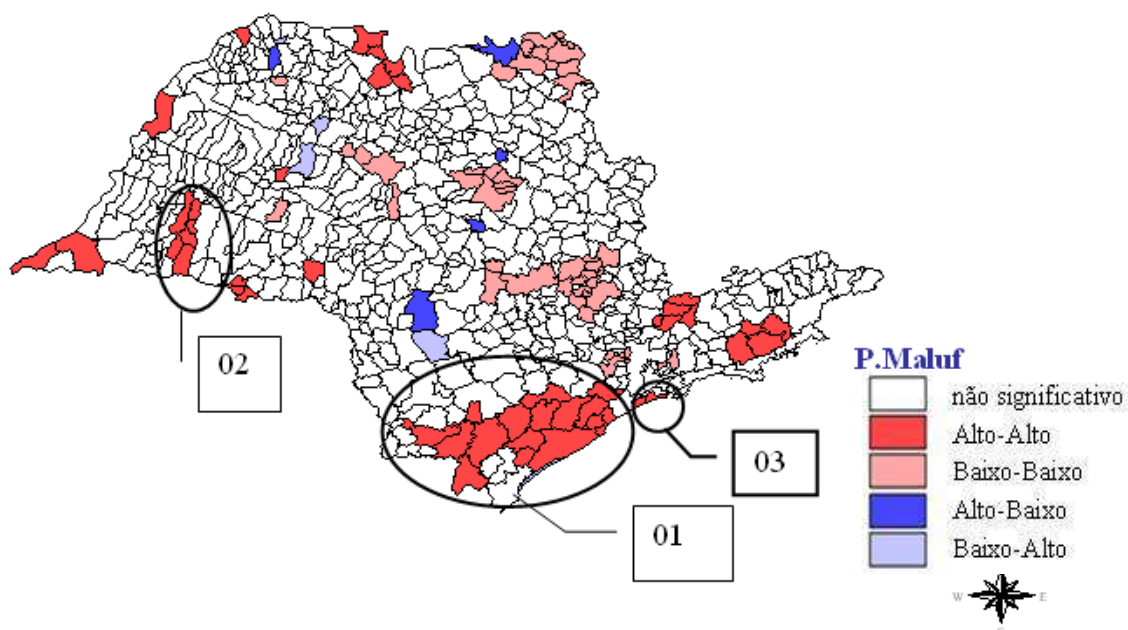
O candidato pedetista, Francisco Rossi, obteve área de destaque quase equivalente a 94. O *cluster 01* representa quatro municípios a leste da capital, liderados por Suzano e o *cluster 02* representa os vizinhos a oeste da capital (ver anexo). Os “outros” representam alguns municípios do interior oeste paulista. Destaca-se que apesar da menor votação em relação a 94 (17% em 98 e 22% em 94), Rossi apresentou as mesmas áreas de tipo alto-alto, com ICSS global alto (maior que PSDB e PPB) e, portanto, em acordo com comportamento de grupo consistente.

Figura 13. LISA (SP) – Porcentagem de votos em Mário Covas (PSDB) - 1998.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

Figura 14. LISA (SP) – Porcentagem de votos em Paulo Maluf (PPB) - 1998.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

Tabela 8. Valores do ICSS por *cluster* (ponderado pela população) - SP (1998).

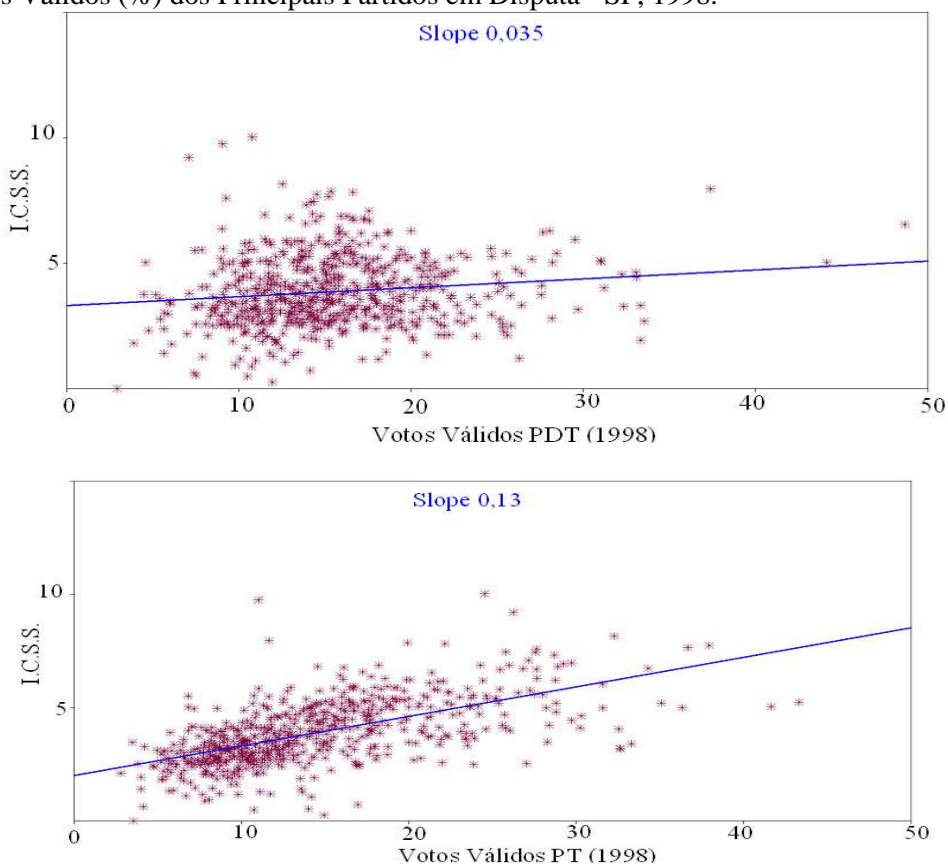
Índice Representativo da Capacidade Informacional - ICSS							
	Cluster01	Cluster02	Cluster03	Cluster04	Cluster05	Outros	Global
M. Suplicy	6,2	6,6	6,4	7,5	6,3	5,7	7,2
PT98	914551	1612897	372154	10417780	354208	192214	13863804
M. Covas	-	-	-	-	-	4,0	4,0
PSDB98						224688	224688
P. Maluf	3,1	6,3	5,3	-	-	3,3	4,5
PPB98	202328	152909	263653			163750	782640
F. Rossi	7,3	4,8	-	-	-	6,2	7,2
PDT98	9471663	210288				367300	10049251

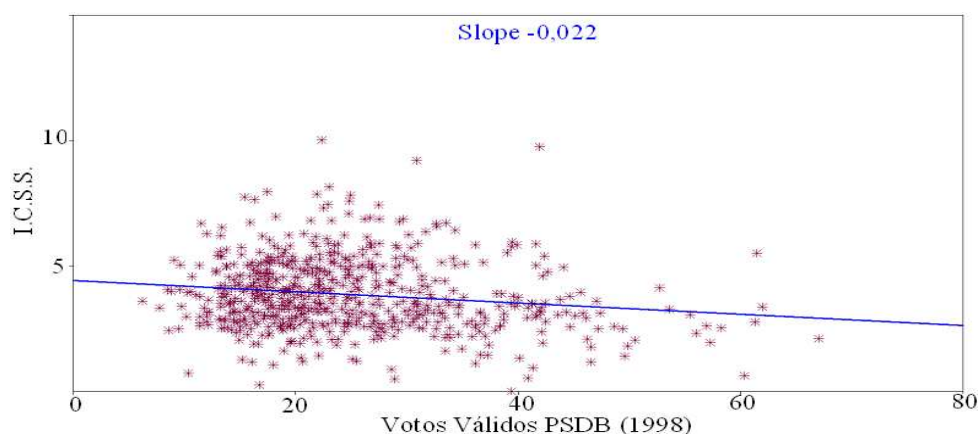
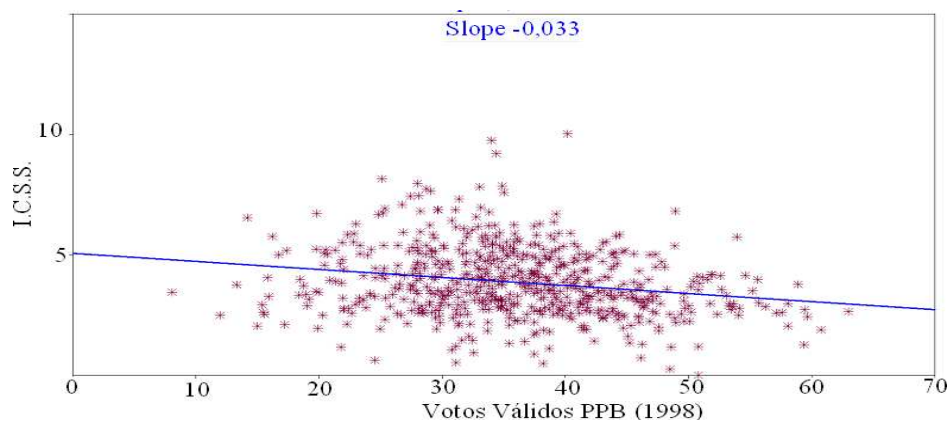
*Para São Paulo foram considerados *clusters* os grupos de municípios contíguos de tipo alto-alto que possuem população maior que 200 mil pessoas. “Outros” representam a soma de todos outros tipos alto-alto.

**Os valores em parênteses representam o eleitorado formado por cada agrupamento. Para uma análise mais detalhada ver tabelas do anexo.

Complementando a análise de *cluster* espacial, a associação entre o ICSS em cada município e a média da porcentagem do voto nos municípios vizinhos é ilustrada abaixo. A inclinação negativa das retas para Maluf e Covas, e positiva para Suplicy e Rossi, dão suporte à análise dos *hot clusters*, havendo uma relação inversa no caso dos primeiros e direta no caso do PT e PDT.

Figura15. Diagramas de Dispersão entre o Índice de Comunicação Social (ICSS) e o Percentual de Votos Válidos (%) dos Principais Partidos em Disputa - SP, 1998.



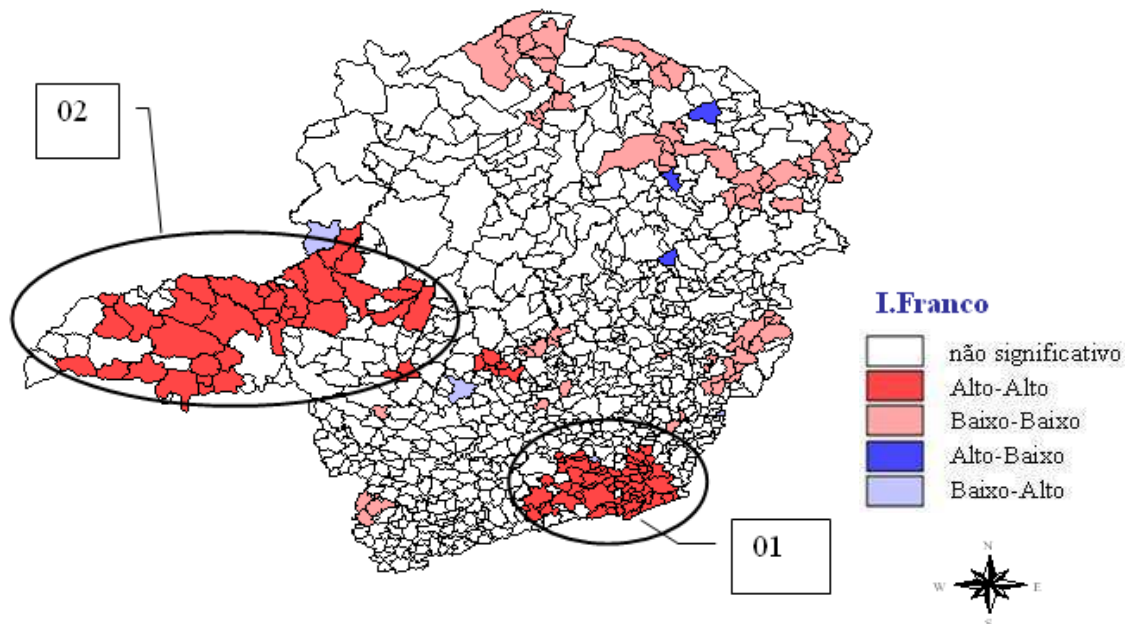


Minas Gerais 1998

Em Minas, três candidatos dominaram a disputa. Itamar Franco já havia exercido a presidência e dominou a sua área de origem, Juiz de Fora e a Zona da Mata, além do Triângulo Mineiro, destacando Uberlândia, Patos de Minas e Araguari. Suas áreas possuem alto ICSS (tabela 9), o que indicaria maior consistência para o segundo turno em relação à Azeredo, o que aconteceu, pois sua vantagem de 6 pontos percentuais foi ampliada para 15 pontos no segundo turno.

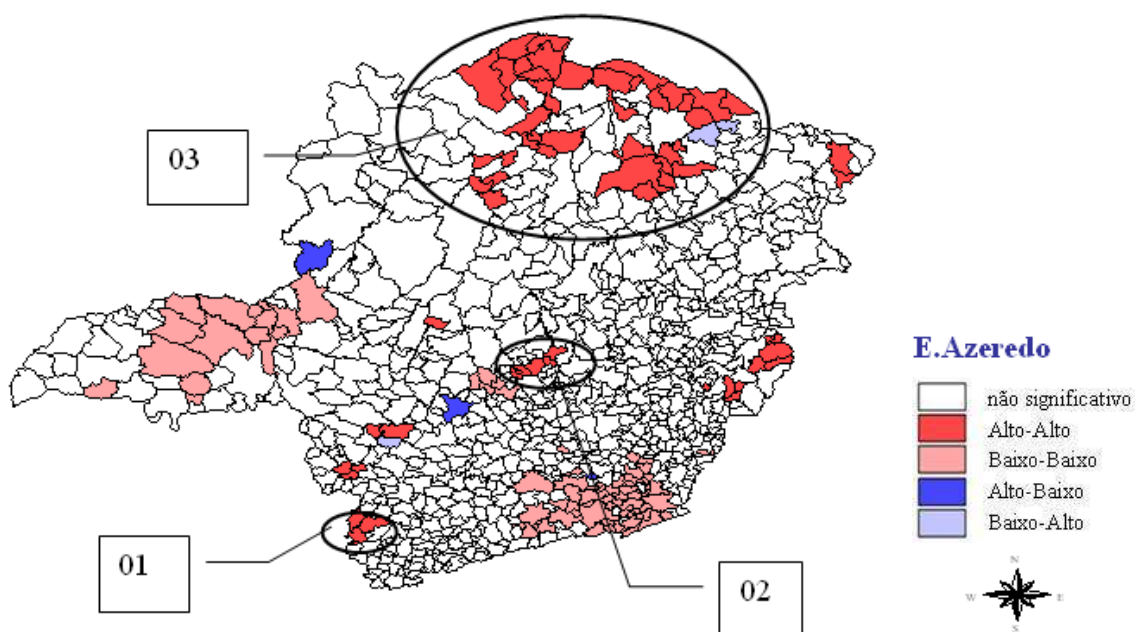
Eduardo Azeredo obteve *hot clusters* diferentes de 1994. O candidato perdeu o apoio da região central e contou com o norte e a força de Sete Lagoas no cluster 02 e Poços de Caldas no 01 (figura 16). O ICSS do *cluster 03*, assim como o índice no *cluster 01* do candidato do PT, denota a desigualdade entre o sul/sudoeste e o norte/nordeste do estado em relação aos indicadores sócio-econômicos. Com ICSS global semelhante ao desempenho do PSDB em São Paulo, podemos considerar que a posição do candidato ficava mais frágil em relação à sólida ascensão de Itamar Franco.

Figura 16. LISA (MG) – Porcentagem de votos em Itamar Franco (PMDB) – 1998.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

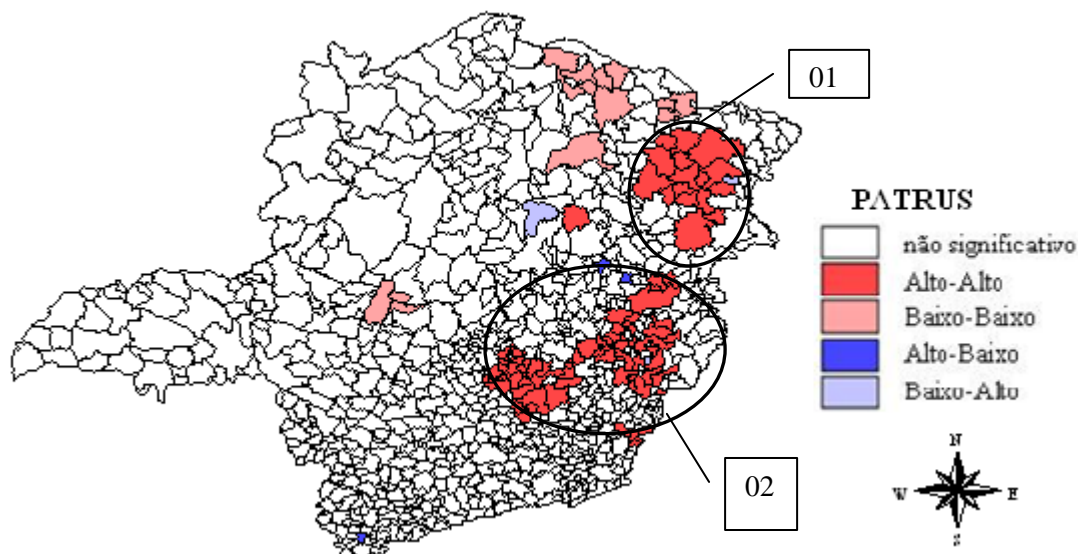
Figura 17. LISA (MG) – Porcentagem de votos em Eduardo Azeredo (PSDB) – 1998.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

Apesar de distante do segundo colocado, Patrus Ananias do PT ampliou a área de destaque do PT. Agora a região de apoio é ampliada por um corredor que parte do Vale do Aço, Governador Valadares e Ipatinga, até alcançar Belo Horizonte. Mais uma vez, ainda há expressão no *cluster* a nordeste do estado, com destaque para Teófilo Otoni. O ICSS global mostra a consistência do PT no estado, mas ainda com uma concentração muito alta da base eleitoral.

Figura 18. LISA (MG) – Porcentagem de votos em Patrus Ananias (PT) – 1998.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

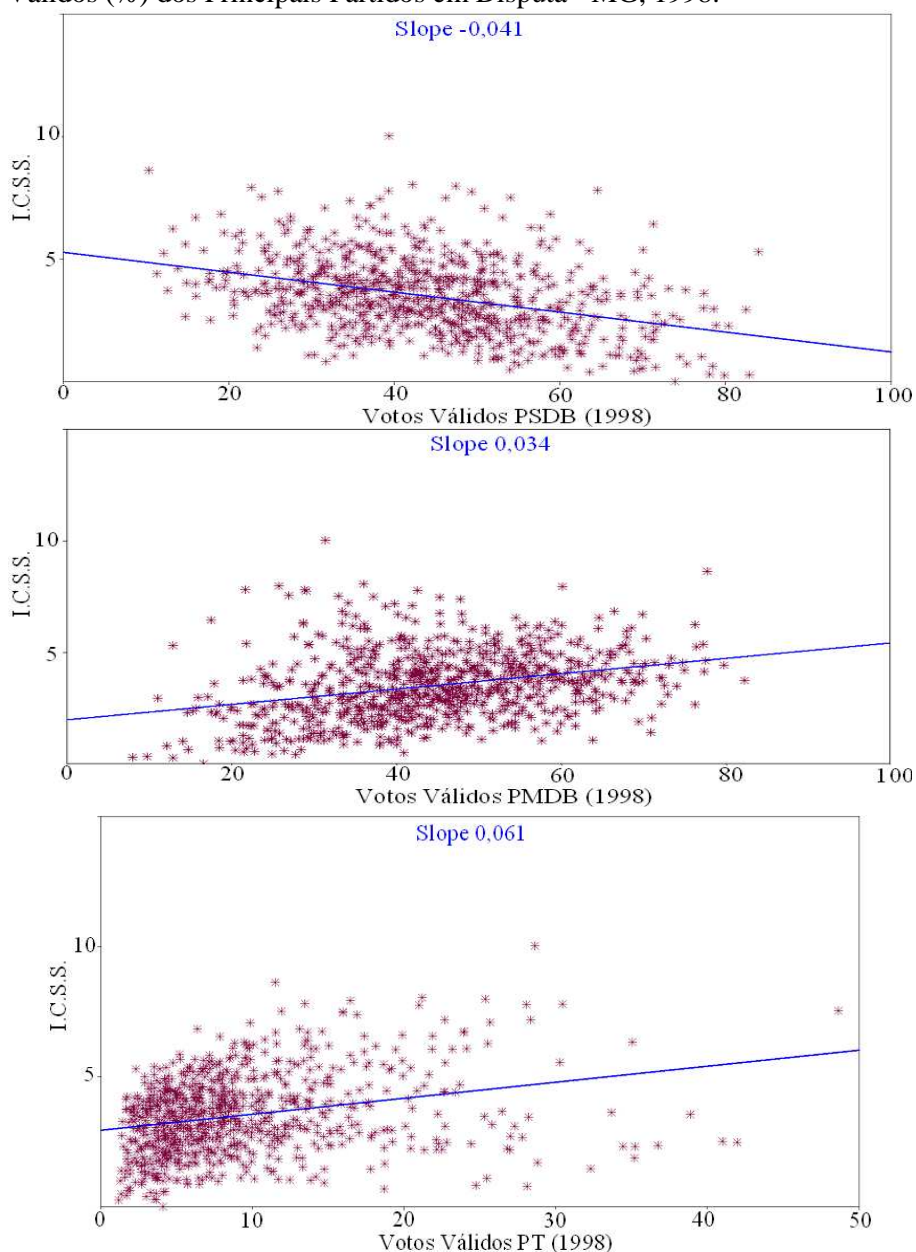
Tabela 9. Valores do ICSS por cluster (ponderado pela população) – MG (1998).

Índice de Comunicação Social e Simétrica - ICSS					
	Cluster01	Cluster02	Cluster03	Outros	Global
E. Azeredo PSDB98	7,0 (116301)	6,1 (125000)	1,4 (219876)	3,0 (83022)	3,9 (544199)
Itamar F. PMDB98	6,4 (834516)	6,2 (829233)	-	5,3 (74757)	6,3 (1738506)
P. Ananias PT98	3,2 (244890)	7,6 (3613436)	-	3,3 (33358)	7,3 (3891684)

*Em Minas Gerais, são considerados *clusters* os grupos que possuem mais de 1% da população do estado ou mais de 180 mil habitantes (Censo 2000). Os valores do ICSS mostrados foram ponderados pelos eleitorados de cada município e o valor global foi ponderado pelo eleitorado de cada *cluster*.

Pelo diagrama de dispersão temos que, assim como em São Paulo, o PSDB apresentou relação inversa entre o voto e o Índice de Comunicação Social e Simétrica. Itamar e Ananias se beneficiaram das regiões com rede de comunicação social mais densa.

Figura 19. Diagramas de Dispersão entre o Índice de Comunicação Social (ICSS) e o Percentual de Votos Válidos (%) dos Principais Partidos em Disputa - MG, 1998.



Nas eleições de 1998 verifica-se a ascensão do PT que, apesar de não ter alcançado o segundo lugar em nenhum dos dois estados, ampliou sua votação com forte apoio das mesmas áreas de destaque de 1994. Apresentando as áreas de maior ICSS global entre os competidores, encontra-se que os grupos petistas são os mais consistentes quanto a sua definição partidária, apesar de que em São Paulo o ICSS foi alto em todos os *clusters* enquanto em Minas Gerais já houve uma diferença considerável, mostrando uma maior concentração do grupo consistente.

Em São Paulo os candidatos que foram para o segundo turno foram os que apresentaram menos *clusters* e ICSS global mais baixo. A ausência de *clusters* pode indicar uma

maior dispersão das bases eleitorais desses candidatos no primeiro turno. Contudo o ICSS baixo pode indicar a presença de grupos de apoio conformista, ou seja, mais vulneráveis quanto a sua opinião. Em Minas Gerais, nota-se que Azeredo não foi capaz de atrair votos diante de um candidato que apresentava apoio de grupos consistentes do estado, mesmo que não representativos da região central, mas regiões mais desenvolvidas do sul e oeste, como ilustrado pelos *clusters* de Itamar Franco.

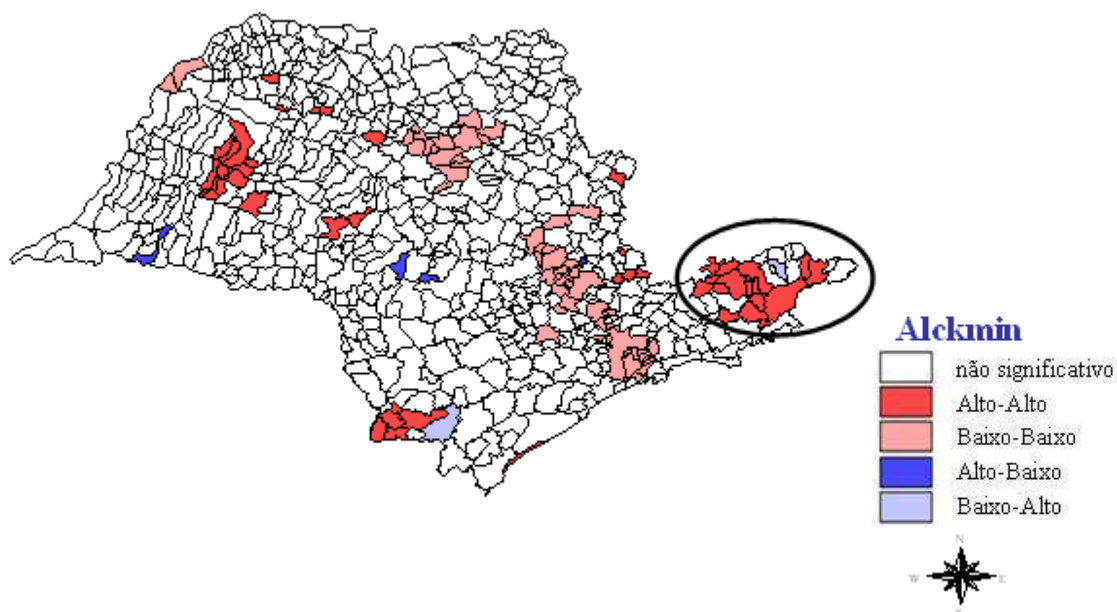
São Paulo 2002

O LISA referente a Geraldo Alckmin (figura 20) mais uma vez mostra a maior distribuição do voto do eleitorado do PSDB. Suas áreas de destaque diferem daquelas de Mário Covas, em acordo com o baixo ICSS global encontrado para Covas e a idéia da vulnerabilidade de grupos mais conformistas do ponto de vista da baixa comunicação simétrica. Destaca-se, a favor de Alckmin, o *cluster* no Vale do Paraíba Paulista, incluindo Guaratinguetá e Pindamonhangaba. O ICSS do PSDB foi mais uma vez o mais baixo, contudo maior que o de Covas em 1998.

O candidato petista, José Genoíno ampliou a margem de votos do PT em relação a 1998, obtendo 32% dos votos válidos e chegando ao segundo turno, logo, com base na sólida tendência do partido em 1994 e 1998, apesar de perder o apoio de municípios fundamentais como São Paulo, Guarulhos e Mogi das Cruzes (figura 21).

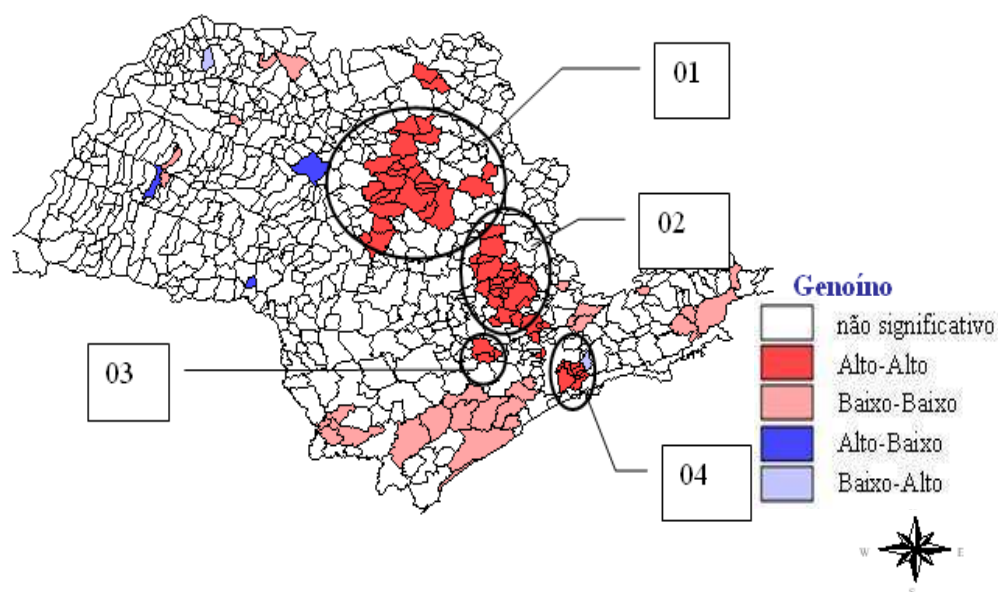
Paulo Maluf apresentou menor apoio do eleitorado. Suas áreas de apoio foram os dois pequenos *clusters* de 1998, um liderado por Presidente Prudente e outro por Praia Grande. O *cluster* que em 1998 tinha maior número de municípios, o de número 01, e mais baixo ICSS, já não está mais presente em 2002. Os de maior ICSS foram consistentes.

Figura 20. LISA (SP) – Porcentagem de votos em Geraldo Alckmin (PSDB) - 2002.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

Figura 21. LISA (SP) – Porcentagem de votos em José Genoíno (PT) - 2002.



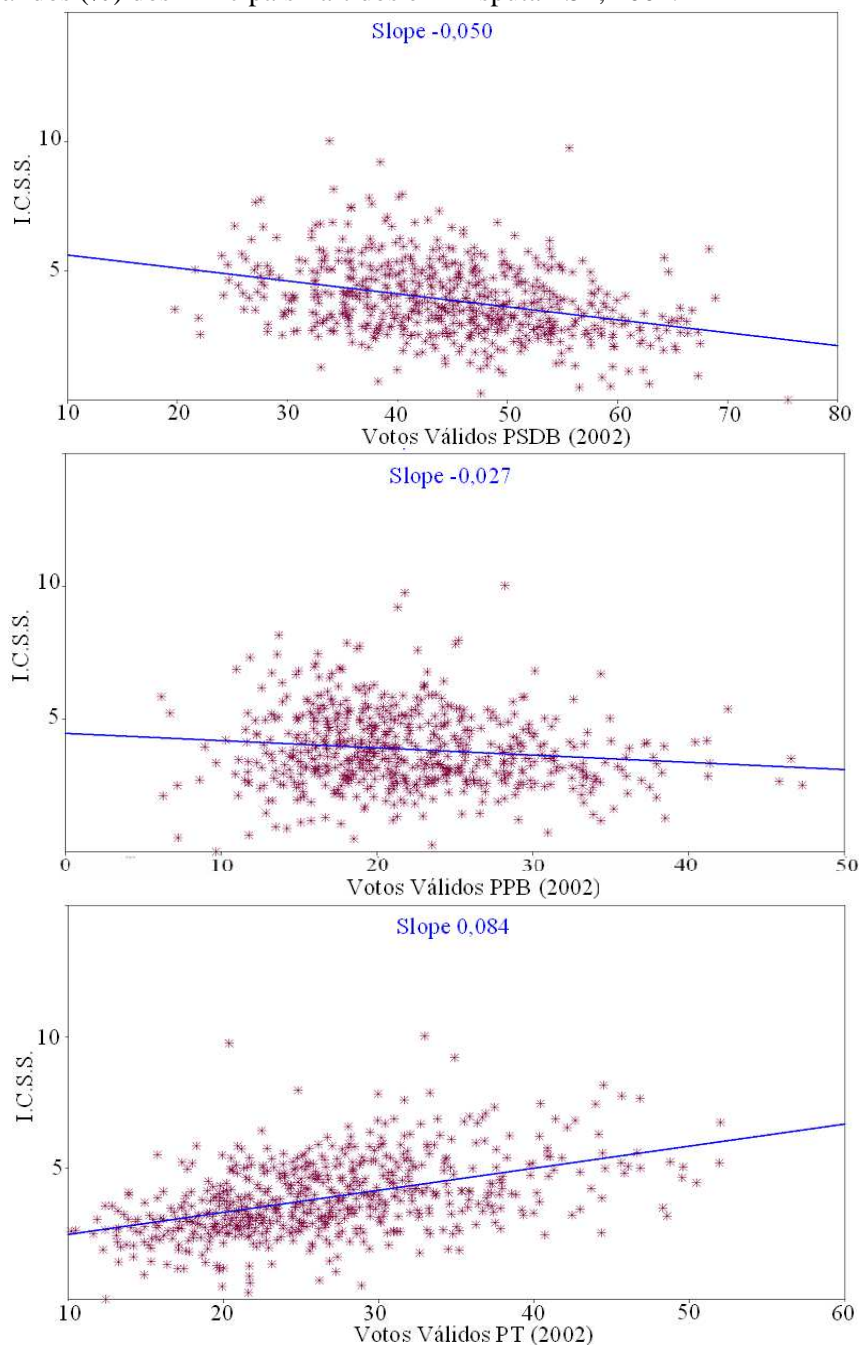
Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

Tabela 10. Valores do ICSS por cluster (ponderado pela população) – SP (2002)

Índice de Comunicação Social e Simétrica - ICSS						
	Cluster01	Cluster02	Cluster03	Cluster04	Outros	Global
G Alckmin	5,1	-	-	-	4,0	4,6
PSDB2002	(296450)				(238201)	(534651)
P. Maluf	6,7	6	-	-	4,0	4,9
PPB2002	(141961)	(145014)			(390168)	(677143)
J Genoíno	5,6	6,5	6,5	6,9	6	6,4
PT2002	(725959)	(2243644)	(400149)	(1747382)	(707107)	(5824241)

Na análise dos diagramas de dispersão de 2002 (figuras abaixo), não houve uma alteração significativa com relação a 1998. PSDB e Maluf mantêm relação inversa com ICSS e PT segue se beneficiando com a correlação positiva entre ICSS municipal e desempenho eleitoral.

Figura 22. Diagramas de Dispersão entre o Índice de Comunicação Social (ICSS) e o Percentual de Votos Válidos (%) dos Principais Partidos em Disputa - SP, 2002.



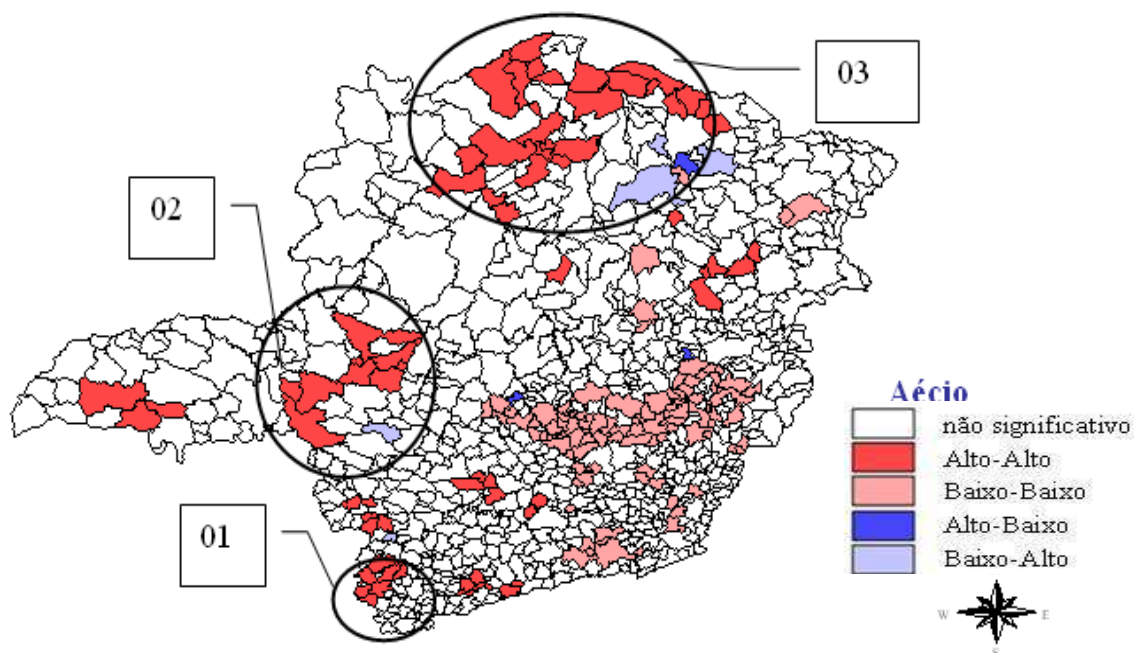
Minas Gerais 2002

Em Minas Gerais, o voto se polariza em torno do PSDB e PT, sem a ocorrência de segundo turno. Com uma votação alta, Aécio Neves do PSDB apresenta novo espaço de apoio em relação a Azeredo em 1998 representado pelo *cluster 02*. Mais uma vez conta com municípios do norte e pequena área a sudoeste, *cluster 01*, apesar de Poços de Caldas não compor esse agrupamento dessa vez. Pela população menor dos *clusters* de Aécio Neves, podemos afirmar que sua alta votação foi bem distribuída no espaço, apesar do menor apoio da região central.

Seguindo a sólida tendência de crescimento dos outros anos, o PT amplia sua votação em 2002, chegando a 30% dos votos válidos. Contudo, assim como em São Paulo, o PT parece encontrar um limite na sua expansão espacial. Sua área de destaque, apesar de sólida não consegue se desconcentrar significativamente (figura 24).

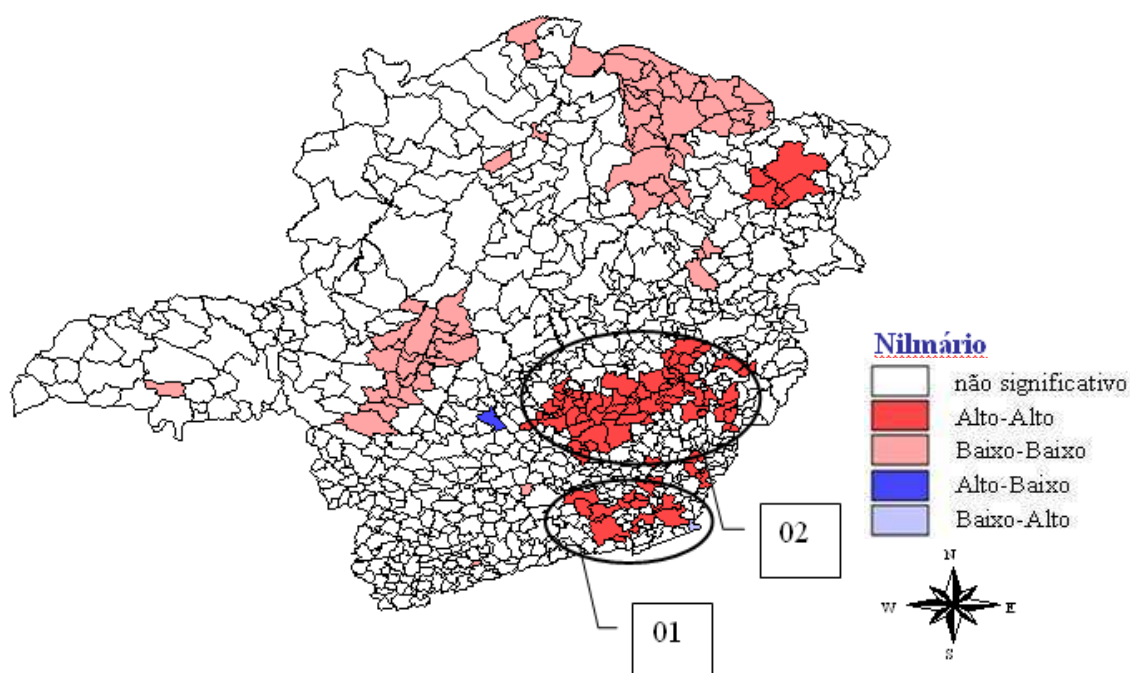
Contudo, nenhum dos dois candidatos foi capaz de construir um *hot cluster* eleitoral na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o que denota a dificuldade da oposição petista em se contrapor ao candidato do PSDB e consolidar sua representação político-eleitoral no espaço social mais avançado do Estado.

Figura 23. LISA (MG) – Porcentagem de votos em Aécio Neves (PSDB) – 2002.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

Figura 24. LISA (MG) – Porcentagem de votos em Nilmário (PT) – 2002.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

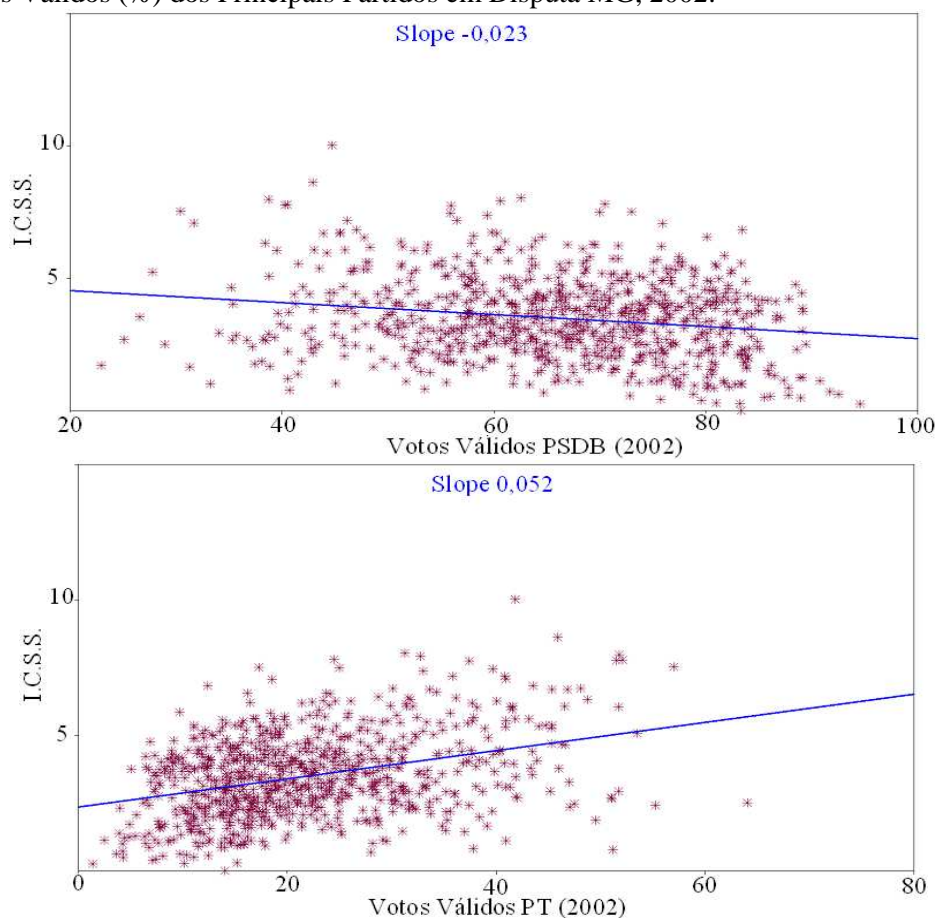
Tabela 11. Valores do ICSS por cluster (ponderado pela população) – MG (2002).

Índice de Comunicação Social e Simétrica - ICSS					
	Cluster01	Cluster02	Cluster03	Outros	Global
Aécio N.	5,1	5,5	1,7	3,7	3,7
PSDB2002	(81171)	(157797)	(209389)	(242701)	(691058)
Nilmário	7,0	7,7	-	2,7	7,5
PT2002	(769200)	(3751451)		(94732)	(4615383)

*Em Minas Gerais, são considerados *clusters* os grupos que possuem mais de 1% da população do estado (Censo 2000) ou mais de 180 mil habitantes. Os valores do ICSS mostrados foram ponderados pelos eleitorados de cada município e o valor global foi ponderado pelo eleitorado de cada *cluster*.

Pela figura 25, percebe-se que em Minas, Aécio apresentou relação ligeiramente negativa, enquanto o PT segue positivo porém sem ampliação de seu reduto já consolidado.

Figura 25. Diagramas de Dispersão entre o Índice de Comunicação Social (ICSS) e o Percentual de Votos Válidos (%) dos Principais Partidos em Disputa MG, 2002.



Nessas eleições encontramos a ascensão em pontos percentuais do PT, mas sem ampliação espacial das suas áreas de destaque. Em São Paulo, Alckmin, que havia sucedido Covas depois que este havia se retirado do cargo por motivos de saúde, ganha o segundo turno contra Genoíno. O petista chega a 41% dos votos válidos no segundo turno, mas Alckmin mantém o domínio do PSDB no governo do estado. Maluf não alcança o segundo turno, diferentemente de 1998, o que talvez tenha sido influenciado pela maior exposição da mídia de denúncias de corrupção e formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Tribunal de Contas do Município de São Paulo contra o ex-prefeito da capital²². Já em Minas, o crescimento do PT não foi capaz de enfrentar a forte ascensão da figura de Aécio Neves, que ganha a disputa no primeiro turno.

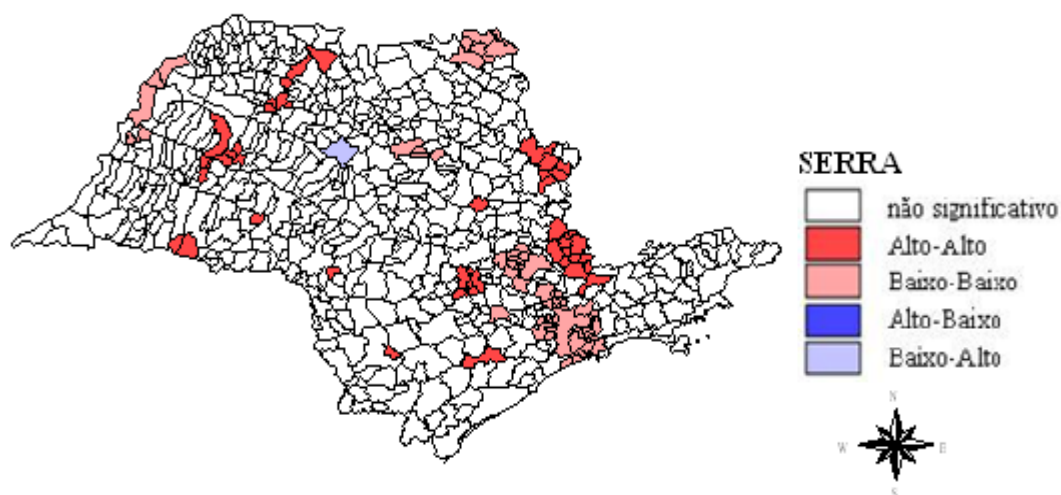
São Paulo 2006

Agora, encontra-se uma polarização das eleições entre o PT e o PSDB nos dois estados. Com o voto mais distribuído e baixo ICSS não surpreende a alteração dos *clusters* do

²² Folha de São Paulo, 27/08/2001, “Maluf superfaturou R\$ 432,5 mi, diz CPI”.

PSDB. Não existe para Serra, o mesmo agrupamento a leste de São Paulo que havia para Alckmin. Os municípios que se destacam mais são medianos em tamanho da população e não pertencem ao entorno direto da capital. Os principais são Bragança Paulista, Mococa, Itapira e Amparo, os quais não tiveram destaque em Alckmin. O ex-presidenciável José Serra venceu no primeiro turno com 58% dos votos válidos contra 32% do candidato petista.

Figura 26. LISA (SP) – Porcentagem de votos em José Serra (PSDB) - 2006.

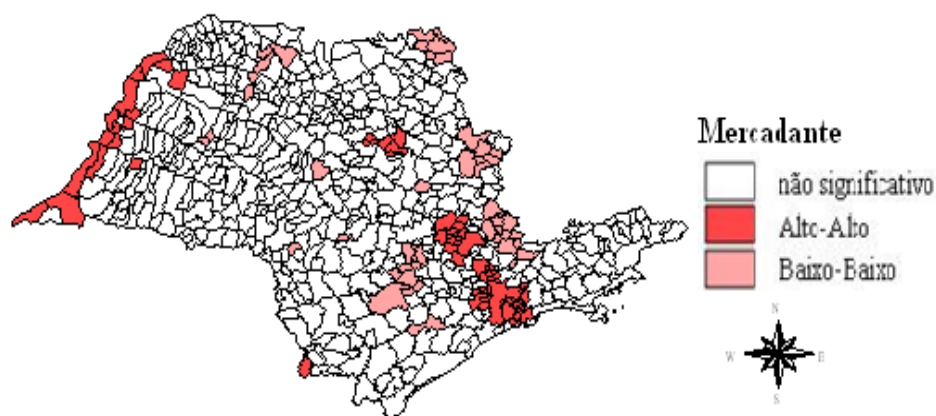


Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

A influência de poder municipal é buscada em algumas estatísticas com base na escolha das prefeituras em 2004. O PSDB obteve vitória em 193 municípios bem distribuídos pelo estado, somando 48% da população do estado, vários deles não coincidindo com as áreas de destaque da escolha estadual, como a própria capital, e outros grandes como São José dos Campos, Ribeirão Preto e Sorocaba.

O deputado Aloísio Mercadante do PT obteve praticamente a mesma votação de Genoíno em 2002, mas as áreas de destaque do PT, apesar da mesma localização de 2002, diminuíram, o que reforça a idéia de saturação da difusão do voto em 2002. Os *hot clusters* se restringiram ao entorno da capital, de Santos à Jundiaí, mais a área de Campinas até Limeira, além de um novo agrupamento de municípios que fazem fronteira com o Mato Grosso do Sul, de Rosana até Ilha Solteira.

Figura 27. LISA (SP) – Porcentagem de votos em Aloísio Mercadante (PT) - 2006.



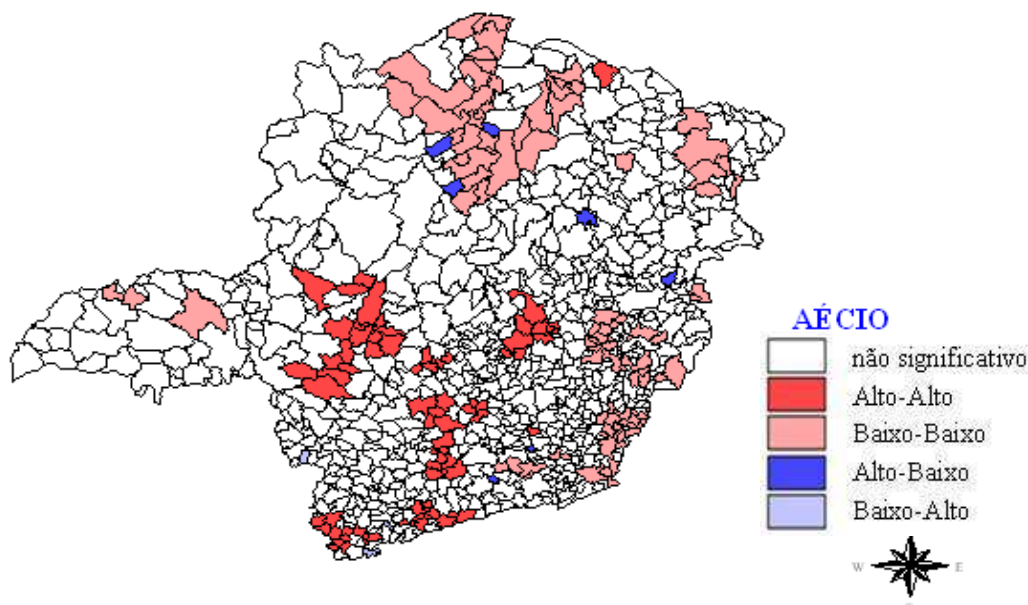
Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

As prefeituras do PT também não coincidem com as áreas de destaque do voto estadual. Foram 58 municípios, bem distribuídos no estado, que totalizaram 14% da população.

Minas Gerais 2006

Em Minas Gerais, Aécio Neves foi reeleito com 77% contra 22% do mesmo candidato petista de 2002, Nilmário Miranda. A configuração em Minas já mostra diferenças significativas nesse ano. O *cluster* norte de Aécio em 2002, de mais baixo ICSS, desaparece em 2006 e forma-se ainda no norte um agrupamento do tipo baixo-baixo. Aécio ainda começa a avançar sobre a região metropolitana. Nilmário obteve menos pontos do que na última eleição, apesar de manter as mesmas áreas de destaque, o que também reforça a idéia de que os espaços consistentes do PT em 2002 estavam no limite da sua expansão e influência. Alterações do PSDB mineiro em direção a áreas mais metropolitanas indicam certo descolamento deste em relação ao PSDB paulista.

Figura 28. LISA (MG) – Porcentagem de votos em Aécio Neves (PSDB) – 2006.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

4.5 Panorama Espaço-Descritivo do Voto

Nesse capítulo, procurou-se encontrar padrões geográficos do voto determinados por formas de influência e dependência espacial, relacionando a consistência entre as áreas de destaque alto-alto de um candidato e um índice social que reúne características que potencializam as interações interpessoais e a difusão ideológica. Verificou-se que as forças da “situação” apresentaram bases eleitorais menos visíveis espacialmente, sendo mais dispersas e inconsistentes, o que era esperado, mas que, por outro lado, forneciam a maioria nas urnas, indicando que uma boa proporção do eleitorado não se alinhava ideologicamente e era mais suscetível a fenômenos de campanha e visibilidade dos candidatos ou siglas mais conhecidos.

Verificou-se que o PT e o PDT, partidos de esquerda, foram aqueles que apresentaram grande número de concentrações e com valores mais altos do índice social criado. Além disso, destaca-se que, diferentemente dos partidos de centro, as concentrações da esquerda persistem no tempo, indicando que o índice se relaciona diretamente com a coesão eleitoral.

O PSDB, partido mais vitorioso, demonstrou a importância da dispersão do eleitorado, principalmente no primeiro o turno. A falta de concentração das bases eleitorais desse

partido sugere que a maior parte do eleitorado não é alinhada diretamente a partidos políticos, mas que podem ser mais suscetíveis a tendências inerciais, sendo pouco atingidos por idéias de mudança, o que pode ser inferido a partir dos baixos valores encontrado no índice social nos poucos *clusters* alto-alto encontrados.

Os demais partidos analisados, PMDB, PDT e PP²³, obtiveram destaques eleitorais mais esporádicos, indicando que o voto foi em grande parte influenciado pela figura política dos candidatos e, talvez, menos por uma vinculação partidária, indicando, portanto, uma configuração mais personalista. Esses candidatos apresentaram *hot clusters* com concentração e consistência moderados, indicando que para esse grupo uma estratégia eficiente deve aliar a exploração publicitária para alcançar mais indecisos e com ênfase no caráter regionalista. Além disso, parece ser eficiente para esses candidatos enfatizarem feitos do passado para poderem captar eleitores mais ligados a valores tradicionais e que possuem expectativas mais definidas quanto ao comportamento desses candidatos.

O caso mineiro é interessante pelo grande tamanho do seu território e sua localização central no país, tornando capaz de aproximar, cultural e economicamente, as áreas urbanas mineiras mais longe da capital das regiões de outros estados, com prováveis conseqüências para a continuidade política mineira. Aplicando um modelo gravitacional para o país capaz de delimitar pólos econômicos e suas áreas de influência, Lemos, Diniz, Guerra e Moro (2003) verificaram que o pólo de Belo Horizonte possui capacidade limitada de polarização sobre o espaço geográfico de mineiro, influenciando somente um entorno industrial direto e regiões menos desenvolvidas e de subsistência. O Triângulo Mineiro seria mais atraído por pólos de São Paulo, a Zona da Mata pelo pólo do Rio de Janeiro e o Noroeste incorporado pelo pólo Brasília-Goiânia.

Através da análise, foi possível detectar que, de modo geral, as bases oposicionistas, principalmente as de esquerda, apresentaram um índice de comunicação social maior. Além disso, essas bases apresentaram maior consistência no tempo que as outras, o que corrobora a teoria da inovação de que as novas forças políticas, para se sustentarem, deveriam apresentar um comportamento consistente, a fim de se difundirem. Contudo o

²³ O Partido Progressista, criado em 1994, fundiu-se com o Partido Progressista Reformador (PPR) em 1995, criando o Partido Progressista Brasileiro (PPB), que passou a se chamar Partido Progressista (PP) em 2003.

sucesso eleitoral, não ocorrido, parece indicar limites na insuficiência dos canais de interação horizontal e vertical.

Desse contexto, podemos identificar e indicar algumas estratégias eficientes para os partidos oposicionistas, restando como estratégia para a situação combater as eventuais oportunidades que podem ser aproveitadas pelos desafiantes. Como o objetivo nesse capítulo não era encontrar parâmetros que mensurassem a competição partidária, o que será feito posteriormente, as conclusões desenhadas para esse capítulo enfatizam estratégias pensadas e definidas geograficamente.

Von Thunen (1826) desenvolveu uma teoria sobre a organização econômica no espaço a partir da idéia de que os insumos agrícolas se dispunham na forma de anéis concêntricos, onde a maximização dos rendimentos dos produtores se dava pela minimização do custo de transporte, destacando a importância estratégica da cidade, bem como sua posição central em relação aos anéis espaciais. Os processos elaborados por Von Thunen influenciaram áreas de estudo além da economia, devido à importância de pensar a organização espacial a partir de uma estratégia territorial. Um ramo de estudos que foi influenciado pelo autor possui referência na Geopolítica, envolvendo conceitos que envolvem a conquista de espaço político, inspirados nos fundamentos geográficos da *realpolitik* alemã. Segundo Steinberger (1997), os temas geográficos eram problemas cruciais para a sociedade alemã não unificada, devido, em grande parte, à falta de articulação entre as várias regiões de fala alemã, que eram organizadas enquanto estados autônomos, o que indicava uma ausência de centralidade geográfica.

Usando o arcabouço realista no fenômeno eleitoral, ou seja, dando um sentido anárquico ao objetivo partidário de conquistar a maioria dos votos, podemos pensar a estratégia eleitoral de forma paralela à necessidade de conquista de espaços político-territoriais enfatizado na geopolítica de Friedrich Ratzel, através do conceito de espaço vital ou *lebensraum*²⁴. Assim, sugere-se, no contexto da dispersão e desigualdade territorial dos elementos socioeconômicos, uma estratégia dual para os oposicionistas na sua busca pela sobrevivência e conquista de espaços eleitorais no longo e curto prazos, descritas abaixo:

²⁴ O paralelo com o conceito de espaço vital é realizado numa conotação científica ligada ao pensamento estratégico do território, sem qualquer referência política a teorias pangermânicas ou racistas.

1. Estratégia fundada em *Heartlands*²⁵ ou estratégia a ser implementada em regiões coesas e centrais do ponto de vista de melhores canais de interação social, horizontal e vertical. Nessas regiões, valeria à pena adotar posições ideológicas diferenciadoras, pois os canais de interação são mais eficientes e maiores são as possibilidades de mudança devido a uma maior concentração de energias centrífugas. Além disso, as melhores condições para um comportamento consistente indicam que essas regiões são fundamentais para a influência dos partidos políticos no longo prazo. Como táticas eficientes são ainda indicadas a fomentação da militância partidária e o desenvolvimento de atividades e eventos formadores de redes sociais virtuais ou presenciais, de maior discussão política.
2. Estratégia fundada em *Hinterlands* (ou Áreas de Borda ou do Interior, em contraposição às áreas centrais) ou estratégia voltada para regiões menos desenvolvidas e de menor fluxo comunicacional e interativo. Nesses locais, seria mais indicada uma estratégia *Blitzkrieg* (pré-eleitoral, de curto-prazo, e pragmática), ou seja, baseada na aproximação em relação às forças vigentes, pois a influência deve ser mais favorecida por aspectos tradicionais e de visibilidade, com menor espaço para a mudança ideológica. Enfatiza-se, portanto, efeitos de propaganda, disseminados por meios de comunicação de massa, por alto investimento em publicidade, com conteúdos pessoais e de imagem dos candidatos e com discursos pouco intensivos em conteúdos ideológicos.

²⁵ A Área-Pivô ou *Heartland* foi o termo utilizado por Halford Mackinder (1962) para caracterizar uma causalidade geográfica determinada por um centro espacial que capacitava a expansão do poder estatal pelo favorecimento do desenvolvimento militar e econômico, sendo, portanto, uma área determinante para a sobrevivência do Estado. O *Heartland* possuiria a qualidade de ser cercado por uma área “amortizadora”, o Crescente Interno, capaz de proteger a manutenção do centro e representando uma área de segurança para a defesa territorial. O termo é utilizado nesse trabalho somente como um paralelo espacial, no sentido de serem regiões essenciais para a sobrevivência num longo prazo, não se inserindo na concepção de uma ordem internacional determinada por um espaço físico, mas sim numa estrutura eleitoral baseada em um espaço social coeso importante para a difusão ideológica geradas por um comportamento consistente.

5. PEEMEDEBIZAÇÃO DO PT: FENÔMENO SOCIAL E ESPACIALMENTE DETERMINADO?

O objetivo desse capítulo é verificar se as condições sociais estruturam a competição partidária, principalmente em um contexto de espaços socialmente desiguais. A idéia principal a ser investigada é a de que se os espaços sociais no território são pouco coesos e não contínuos, não oferecendo, assim, condições para as novas idéias e posicionamentos se difundirem numa velocidade eficiente, eles poderiam incentivar a oposição a caminhar para o centro do espectro ideológico, numa estratégia mais pragmática e de curto-prazo. Procurar-se-á verificar tal possibilidade no contexto dos resultados eleitorais do PT na escolha para o governador de São Paulo e Minas Gerais através de modelos econométricos que levem efeitos espaciais em consideração.

5.1 Contextualização do Partido dos Trabalhadores

O Partido dos Trabalhadores surge como uma novidade histórico-partidária, por seu projeto político socialista, por seus estreitos vínculos com entidades da sociedade civil e por sua estrutura organizativa distinta à dos demais partidos brasileiros (MENEGUELLO, 1989). A organização do PT se afastava da esquerda de tradição populista, de base getulista e ligação estreita com o Estado. Além da participação do movimento sindical na fundação do partido em São Paulo, contou-se também com intelectuais, com o movimento estudantil, partidos clandestinos de tendência marxista-leninista, além de católicos progressistas (BRAGA, 2009). Sua atuação inicial era baseada numa estrutura organizacional forte, com sólida coerência programática e administrativa, sendo considerado como o mais próximo, no Brasil, do modelo um partido de massa clássico (SAMUELS, 2006; MELO, 2007; BRAGA, 2009)²⁶.

O PT alcança resultados eleitorais mais expressivos a partir de 1986, depois de assumir uma estratégia específica de retorno às bases e maior relação com os movimentos sociais organizados, principalmente o sindical (como o apoio à fundação da Central Única dos Trabalhadores em 1983). Essa linha de ação possui fundamentos na chamada

²⁶ No modelo de partido de massa descrito por Weber, ou por Michels ou por Duverger, há uma burocracia administrativa que permite que os líderes mantenham uma ligação estreita com os filiados, através de estruturas verticais fortes, decisões colegiais, financiamento interno e ênfase na ideologia (PANEBIANCO, 2005)

“política de acúmulo de forças” orientada por proposições centrais de organicidade política dos trabalhadores e estruturação como uma força socialista, objetivando um governo democrático e popular através da aliança transformadora entre trabalhadores assalariados e a pequena burguesia urbana e rural (TELLES, 1997).

Apesar dessa estratégia de crescimento inicial, foi verificado um brusco desvio na evolução eleitoral do PT, que teria passado a adotar uma estratégia intensiva em fatores pragmáticos e personalistas, com referência principal na eleição que consagrou a vitória de Lula nas eleições presidenciais, em sua quarta tentativa, numa tática baseada na ampliação de alianças e moderação do discurso. Ainda na década de 90, o partido já não dependia mais de captações internas e colaborações dos filiados, mas passou a contar com contribuição de grandes financiadores privados, como bancos e empreiteiras, se diferenciando menos dos partidos tradicionais no que se refere a organização interna (RIBEIRO, 2009).

David Samuels (2004) coloca que a vitória eleitoral de Lula e do PT nas presidenciais em 2002 se deu pela sua surpreendente guinada em direção ao centro. O autor destaca que a transformação do partido foi instigante por ninguém esperar uma estratégia tão pragmática e flexível. Samuels coloca que o PT descartou elementos fundamentais e originais do seu programa partidário e até mesmo se comprometeu a manter o elemento “neoliberal” do programa do governo anterior. O PT ainda ampliaria sua aliança estratégica ao se coligar com o Partido Liberal, de centro-direita, tendo como seu vice, um membro desse partido, além de contar com o apoio de figuras tradicionais, como José Sarney. O PMDB também viria a compor a base governista do governo, tanto em 2002, quanto 2006, apesar de não se coligar formalmente com o PT nas eleições. Segundo Samuels (2009):

“Lula’s campaign successfully bolstered his image as a political moderate, but it also suggested to Lula’s core supporters that he was willing to sacrifice ideology in the name of expediency.” (Samuels, 2009, pg. 207).

Ao analisar as coligações municipais do PT em 2000 e 2004, Miguel e Machado (2007) encontraram que o partido ainda era visto como oposição no plano municipal, com uma baixa capilaridade e se lançando sozinho, na maioria das vezes. Ainda assim, dentre as coligações verificadas, observou-se que elas foram mais pragmáticas (com partidos do centro e direita) em municípios pequenos e menos urbanizados, sendo mais ideológicas

(com PC do B, PSB e PPS) nos grandes centros. Em 2004, a capilaridade aumentou, assim como a maior abertura a coligações, apesar de ainda apresentar uma baixa taxa de vitórias frente aos partidos mais tradicionais e de maior inserção (PMDB, PSDB, PTB, PFL e PP). Esperava-se um aumento do pragmatismo entre 2000 e 2004 dada a transformação do partido no âmbito nacional e a permissividade do arranjo institucional brasileiro em relação à orientação ideológica dos participantes. Segundo os autores:

“Dois elementos, em especial, ilustram as transformações do petismo. O primeiro é a construção da imagem pública de Lula, sobretudo nas eleições. Do "trabalhador igual a você" nos anos 1980, em que a especificidade e o valor da condição operária eram afirmados com radicalidade, chega-se em 2002 ao negociador, ao conciliador e ao líder político vitorioso, que claramente não é "igual a você". (Miguel e Machado, 2007, pg. 758).

Analisando a primeira participação de Lula nas eleições presidenciais de 1989, Singer (1993) defendeu que a diferenciação ideológica, observada através da auto-localização dos eleitores na escala esquerda-direita foi determinante na escolha do voto no segundo turno, na disputada com Collor. Esperava-se que os votos em Lula viessem de classes mais baixas, e de Collor, das classes mais altas. Contudo, o autor observou um paradoxo social: a preferência por Collor crescia à medida que caía a renda do eleitor, ocorrendo o contrário com Lula. Porém, foi captada uma coerência entre o voto em Lula dos que se auto-localizavam na esquerda e em Collor dos que se auto-localizavam na direita. O autor concluiu que a atração pelas concepções ideológicas de direita se dava entre os mais pobres e a concepção ideológica de esquerda entre os que possuíam maior renda.

Contudo, com o ganho de visibilidade adquirido a partir de sucessivas disputas eleitorais presidenciais, mais fontes de financiamento e uma estratégia intensiva em propaganda e de tom ideológico mais moderado, as características do eleitorado de Lula se alteraram significativamente. Se em 1989 seus votos aumentaram de acordo com a classe social, como descrito por Singer, nos segundos turnos de 2002 e 2006, a escolha em Lula vai alterando de configuração, já não diferenciando a escolaridade em 2002 e mais concentrada entre os de menor escolaridade em 2006, como podemos notar nas tabelas abaixo:

Tabela 12. Escolaridade e Intenção de Voto no Segundo Turno de 2002 (Brasil).

	<i>sem instrução</i>	<i>até 4a série</i>	<i>de 5a. a 8a. Série</i>	<i>2º grau</i>	<i>superior</i>	<i>Total</i>
Lula	83	367	342	431	103	1.326
(%)	6,26	27,68	25,79	32,5	7,77	100
José Serra	40	177	148	194	46	605
(%)	6,61	29,26	24,46	32,07	7,6	100
Outros*	8	39	38	36	11	132
(%)	6,06	29,55	28,79	27,27	8,33	100
Total	131	583	528	661	160	2.063
	6,35	28,26	25,59	32,04	7,76	100

*Outros: “não votou”, “justificou”, “branco”, “nulo” e “não lembra”.

Fonte: ESEB2002

Tabela 13. Escolaridade e Intenção de Voto no Segundo Turno de 2006 (Brasil).

	<i>analf/primário</i>	<i>ginásio</i>	<i>colégio</i>	<i>superior</i>	<i>Total</i>
Lula	225	150	147	41	563
(%)	39,96	26,64	26,11	7,28	100
Alckmin	56	50	72	44	222
(%)	25,23	22,52	32,43	19,82	100
Outros*	33	30	21	8	92
(%)	35,87	32,61	22,83	8,7	100
Total	314	230	240	93	877
	35,8	26,23	27,37	10,6	100

*Outros: “justificou”, “nulo”, “branco”, “não lembra” e “não sabe”.

Fonte: ESEB2006²⁷.

Em artigo recente sobre as raízes do lulismo, Singer (2009) destaca o realinhamento de parte do eleitorado numa configuração que mistura elementos de esquerda e direita, com destaque para a análise da chamada classe de subproletariados, como grupo de baixíssima renda e difícil de organizar. O autor argumenta que tal fração da sociedade, dada a sua inserção marginal no sistema produtivo, necessita de alguém que possa receber a projeção de suas aspirações, levando à expectativa de um Estado forte para diminuir a desigualdade, mas que não ameace a ordem estabelecida. Singer alega que para acessar o subproletariado, Lula estaria mais se adaptando a ele, ou “amoldando-se”, do que modelando esse subproletariado.

Kinzo (2005) indica que são amplamente utilizadas, no Brasil, estratégias pragmáticas que estimulam a personalização da competição e a indistinção partidária, demonstrados pelo alto grau de volatilidade eleitoral e impacto televisivo. Nesse contexto, os

²⁷ O Estudo Eleitoral Brasileiro de 2006 (ESEB2006) é uma pesquisa realizada com uma amostra representativa da população brasileira com mais de 16 anos de idade, realizada em 70 municípios e estratificada por região administrativa. A amostragem possui formato probabilístico e por cotas, contando com 1000 entrevistas, realizadas entre 17 e 27 de dezembro de 2006, com margem de erro de aproximadamente 3,2%. Mais informações podem ser encontradas no endereço eletrônico: www.cesop.unicamp.br.

discursos personalizados e campanhas partidárias podem se tornar estratégias amplamente empregadas, guiando o eleitorado a conceber superficialmente ou equivocadamente termos ideológicos, ou seja, ausente de percepções estruturadas com base em conteúdos e valores econômicos e políticos. Analisando um conjunto de *surveys*, Carreirão (2002) encontrou que o significado predominante de “esquerda” e “direita” reportado pelo eleitorado era definido como “ser de oposição” e “ser contra o governo”, no primeiro, enquanto o segundo era definido como “quem está no poder”, “quem é da situação” ou “quem apóia o governo”, mesmo entre os mais escolarizados.

Em um estudo qualitativo recente realizado na capital mineira, com análises de grupos focais, Telles (2008) não encontrou significados de “direita” e “esquerda” similares e consistentes nos grupos, mesmo com o controle de escolaridade e identidade partidária, destacando a pouca convicção entre os participantes, além da dificuldade em tratar o tema. Utilizando *surveys* também realizados na capital mineira e explorando a variável de auto-localização numa escala entre esquerda e direita, Telles e Storni (2009) verificaram que a escala não é um preditor eficiente de atitudes ideológicas entre esquerda e direita quando ligadas a questões mais concretas sobre incentivos capitalistas e valores democráticos. Tais estudos demonstram que apesar da chegada de Lula ao poder, em que era esperado uma definição de esquerda diferente da idéia de oposição, a diferenciação ideológico-partidária não se sustentou, e uma confusão maior foi formada em torno dos conceitos e valores ideológicos, seja devido à personalização dos discursos seja pela dificuldade de idéias inovadoras e intensivas em conteúdos programáticos se disseminarem.

Devido às transformações do PT a partir do governo Lula, algumas pessoas têm questionado sobre a conformação de um processo de *peemedebização* desse partido. Em entrevista²⁸, Fábio Wanderley Reis argumenta que o PT correria o risco de uma *peemedebização*, pela fragmentação ideológica do partido e uma dependência em relação à imagem carismática de Lula.

A *peemedebização* poderia ser caracterizada pelas cisões internas guiadas por dissidências com maior compromisso ideológico e, ainda, pelo incremento e adesão de membros oportunistas e pragmáticos. Tal processo, ocorrido na evolução do PMDB nos

²⁸ Entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, de 24 de julho de 2005.

anos 80 e 90, teria conduzido os insatisfeitos com as orientações do partido a compor o PC do B, o PSB, o PCB (atual PPS) e, mais tarde, o PSDB. No caso do PT, essa possibilidade de fragmentação partidária devido a sacrifícios ideológicos e orientação para o centro teria sinais na própria campanha de reeleição do Lula, que disputou a eleição presidencial com dois candidatos dissidentes do PT, a senadora Heloísa Helena do PSOL (partido representativo da cisão de ex-membros do PT) e Cristovam Buarque, ex-ministro da educação do governo Lula e agora filiado ao PDT. Destaca-se, ainda, em 2009, a saída de outra importante figura do partido, a senadora, ex-ministra do meio ambiente e pré-candidata à presidência da república, Marina Silva, que ingressou no Partido Verde (PV).

Por vezes, argumenta-se que a transformação do PT no sentido de uma acentuada desideologização, uma moderação, uma acomodação e formação de relações mais fracas e descontínuas com o eleitorado seria um fenômeno natural dos partidos contemporâneos dentro da tendência a generalização de partidos de tipo “pega-tudo” (ou *catch-all*), numa sociedade moderna caracterizada pela diminuição das identidades trabalhistas, e que levaria um partido maximizador de votos a transformar-se em um *catch all*. Contudo, tendo em conta a influência social, considera-se, aqui, que mesmo em um contexto com parte significativa do eleitorado sendo apático, o que já era observado por Schumpeter como uma falta de vontade efetiva de grande parte dos eleitores, partidos opositores ainda podem ter incentivos a serem intensivos em conteúdos programáticos e originais em um ambiente social e territorialmente coeso. As possibilidades de escolha estratégica entre ações programáticas ou pragmáticas a partir da influência social são ilustradas no exemplo da seção seguinte.

5.2 Estratégias Pragmáticas ou Programáticas a partir de um exemplo baseado em Jogos

Em Downs, posições mais diferenciadoras programáticas ou mais pragmáticas (em direção ao centro) dependem da distribuição dos eleitores no espectro político. Para o autor, essa distribuição é determinada exogenamente. Contudo, aqui, procura-se explorar a endogeneidade dessa distribuição de acordo com a estrutura de mudança determinada pela teoria da inovação de Moscovici, com ênfase para o contexto social.

Abaixo serão ilustrados processos de determinação de posições pragmáticas ou programáticas analisando dois períodos, a partir de uma abordagem baseada na teoria dos jogos, descritos numa forma normal. Primeiramente é descrito o processo de decisão onde a distribuição dos eleitores é exógena, mas com destaque para o efeito de visibilidade. Na segunda análise, a distribuição é endógena ao tempo, seguindo a lógica do processo de inovação caracterizado anteriormente por Moscovici. O esquema demonstra que quando a distribuição depende da coesão social, a velocidade de difusão da inovação em relação aos ganhos com visibilidade é determinante para a escolha partidária entre estratégias intensivas em conteúdos programáticos ou estratégias intensivas em atitudes pragmáticas..

Efeito Visibilidade

- a) Os jogadores são determinados por dois tipos de partidos: um partido vigente (SITUAÇÃO); e um partido introdutor de inovação (OPOSIÇÃO).
- b) Cada partido possui duas opções de ação: adotar uma posição mais programática e diferenciadora ou adotar uma posição mais pragmática (baseada em campanha e em visibilidade). Assim, são definidas 4 pares de estratégias. A matriz de resultados está representada no quadro abaixo, definindo os *payoffs* (as recompensas) de cada jogador. À direita de cada célula dos quadros é destacado o *payoff* da Oposição, e à esquerda, o *payoff* da Situação.
- c) Os *payoffs* dependem da distribuição dos eleitores, definidos em três tipos distintos: apáticos, alinhados com as idéias novas da oposição e os alinhados aos valores da situação, somando 100% dos eleitores. A distribuição dos eleitores será assim definida:

<i>Alinhados com as idéias novas da oposição</i>	<i>Apáticos</i>	<i>Alinhados com os valores da situação</i>
20%	60%	20%

- d) A escolha entre programático ou pragmático está relacionada ao tipo de eleitor: o pragmatismo volta-se para o eleitor apático e uma ação programática está voltada para os eleitores alinhados. Assim, por exemplo, o par de estratégias (Programático, Programático) indica que cada partido irá garantir 20% daqueles que estão alinhados com eles. Como as escolhas não se voltaram para os apáticos e como o voto é obrigatório (todos votam), os apáticos vão se dividir, de tal modo que os *payoffs* desse

par de estratégias é (50,50) (ver quadro 2). Como demonstrado no quadro abaixo, cada *payoff* é determinado pela soma de dois valores: o primeiro é o valor garantido pela estratégia, e o segundo é o resto dos eleitores não garantidos, divididos por 2.

e) Os *payoffs* da relação entre a ação pragmática e os apáticos variam no tempo, no formato abaixo:

- 1º período: num primeiro momento, o partido insurgente, de oposição, não é conhecido, não tem visibilidade e não possui “poder” e dinheiro para ser aplicado em campanha. Por isso, nesse primeiro momento, uma estratégia do partido de oposição de viés pragmático não atrairá nenhum apático. Já o partido de situação, com muito mais visibilidade, representando o *status quo* político da sociedade, ao adotar uma atitude pragmática irá captar todos os apáticos. Assim, por exemplo, se os dois partidos adotarem uma estratégia pragmática, par (Pragmático, Pragmático), a Situação vai garantir todos os apáticos (60%) dos eleitores, e a Oposição não captará apáticos (0%) dos eleitores, os que sobraram vão se dividir, formando o resultado (80% Situação, 20% Oposição) (ver quadro 2). Em outro exemplo, de par (Pragmático-Situação, Programático-Oposição), teremos resultados garantidos de 60% (apáticos) para a Situação e 20% (alinhados) para a oposição, e o resto se dividindo entre os dois partidos, resultando no par final (70, 30).
- 2º período: nesse período, o partido de oposição já ganhou mais reconhecimento e visibilidade, além de já captar parte dos recursos direcionados à campanha. Então, diferentemente do primeiro período, ao adotar uma estratégia pragmática a Oposição garante a metade dos apáticos. O partido de situação, no segundo momento, possui condições de visibilidade e financiamento igual ao partido de oposição, atraindo também, ao adotar uma posição pragmática, metade dos apáticos.

Quadro 2. Jogo de Estratégias Partidárias do Período Inicial.

		OPOSIÇÃO			
		Programático		Pragmático	
SITUAÇÃO	Programático	20+30= 50	20+30= 50	20+40= 60	0+40= 40
	Pragmático	60+10= 70	20+10= 30	60+20= 80	0+20= 20

Na análise desse jogo notamos que a estratégia (Pragmático, Programático) para a situação e a oposição, respectivamente, representa o único equilíbrio de Nash²⁹ da primeira etapa do jogo. Além disso, o mesmo par é um equilíbrio em estratégias dominantes, ou seja, não importa qual a ação que o outro jogador tomar é melhor para a Situação ser pragmática e para a Oposição ser programática. A conclusão do jogo indica então que, quando da emergência de um partido com um conjunto de idéias novas, a melhor estratégia para esse partido, nesse primeiro momento, é adotar uma estratégia diferenciadora, apesar de não alcançar a maioria.

Quadro 3. Jogo de Estratégia Partidária do Período 2.

SITUAÇÃO		OPOSIÇÃO			
		Programático		Pragmático	
		Programático	Pragmático	Programático	Pragmático
SITUAÇÃO	Programático	20+30= 50	20+30= 50	20+25= 45	30+25= 55
	Pragmático	30+25= 55	20+25= 45	30+20= 50	30+20= 50

Nesse segundo momento do jogo, as condições de visibilidade mudaram, devido à familiaridade com a imagem do partido e dos candidatos com o tempo. Pela análise, temos que nesse segundo momento e mantendo a distribuição dos eleitores como no primeiro período, o equilíbrio de Nash, caracterizado em vermelho, indica que a situação e a oposição adotam um comportamento pragmático.

Efeito Visibilidade e Efeito Inovação Social

Agora serão analisados Segundos Períodos diferentes do analisado anteriormente, pois agora consideramos que após o primeiro período dado anteriormente, a distribuição dos eleitores é alterada. Como descrito no processo de inovação social de Moscovici, quando o ator inovador, no caso a Oposição, adota uma estratégia baseada em conteúdos mais programáticos e diferenciados, como encontrado no primeiro período, ela atrai mais pessoas que se alinham às novas idéias apresentadas, alterando a

²⁹ Um vetor de resultados representa um Equilíbrio de Nash se não for benéfico para nenhum jogador se desviar tomando como dado que todos os outros jogadores não se desviam de suas estratégias jogadas no vetor de resultados de Nash. Formalmente: para cada jogador i , $i=1,2,\dots,N$,

$$\pi_i(\hat{a}_i, \hat{a}_{-i}) \geq \pi_i(a_i, \hat{a}_{-i}) \text{ para todo } a_i \in A_i,$$

onde o vetor de resultados $\hat{a} = (\hat{a}_1, \hat{a}_2, \dots, \hat{a}_N)$ e π_i é uma função de *payoffs* para cada jogador, $\pi_i(a)$, para todo resultado do jogo (SHY, 1996).

distribuição dos tipos de eleitores em um segundo momento. Abaixo serão analisados dois tipos de alterações na distribuição. Uma, em contexto de interatividade mais baixa e, portanto, de menor difusão das idéias novas e menor alteração na distribuição dos eleitores. E outro ambiente, de contexto mais interativo, onde a distribuição é alterada mais significativamente. Assim temos, após o Primeiro Período, dado anteriormente, duas possíveis novas distribuições para o Segundo Período.

Nova Distribuição em um Segundo Período de Ambiente de Baixa Interatividade

<i>Alinhados com as idéias novas da oposição</i>	<i>Apáticos</i>	<i>Alinhados com os valores da situação</i>
25%	55%	20%

Nova Distribuição em um Segundo Período de Ambiente de Alta Interatividade

<i>Alinhados com as idéias novas da oposição</i>	<i>Apáticos</i>	<i>Alinhados com os valores da situação</i>
30%	50%	20%

Quadro 4. Jogo de Estratégia Partidária do Período 2 – Contexto de Baixa Interatividade.

		OPOSIÇÃO			
		Programático		Pragmático	
SITUAÇÃO	Programático	$20+27,5=$ 47,5	$25+27,5=$ 52,5	$20+26,25=$ 46,25	$27,5+26,25=$ 53,75
	Pragmático	$27,5+23,75=$ 51,25	$25+23,75=$ 48,75	$27,5+22,5=$ 50	$27,5+22,5=$ 50

Nesse jogo, apesar da Oposição ter atraído parte dos apáticos para um alinhamento com suas idéias, a atração não foi suficiente para superar o ganho de visibilidade que o partido teve, incentivando uma estratégia pragmática da oposição no segundo período. Tal conclusão é feita a partir do equilíbrio de Nash (Pragmático, Pragmático) encontrado acima.

Quadro 5. Jogo de Estratégia Partidária do Período 2 – Contexto de Alta Interatividade.

		OPOSIÇÃO			
		Programático		Pragmático	
SITUAÇÃO	Programático	$20+25=$ 45	$30+25=$ 55	$20+27,5=$ 47,5	$25+27,5=$ 52,5
	Pragmático	$25+22,5=$ 47,5	$30+22,5=$ 52,5	$25+25=$ 50	$25+25=$ 50

Em um ambiente mais coeso, a atração das novas idéias é maior, superando a visibilidade alcançada no tempo e determinando o incentivo ao partido opositor a continuar adotando nos períodos seguintes uma estratégia intensiva em conteúdos programáticos, ilustrado acima pelo equilíbrio de Nash (Pragmático, Programático).

A conclusão desse exercício é a de que a Situação ou a Oposição podem adotar estratégias programáticas ou pragmáticas mesmo quando procuram maximizar os votos. Nas condições ilustradas, a Situação tendeu a adotar, recorrentemente, estratégias dominantes em pragmatismo. Enquanto isso, a Oposição, que possuía uma estratégia inicial voltada para se diferenciar e adotar um discurso mais programático, teria incentivos a mudar de estratégia com o ganho de visibilidade, se movendo para o centro. Contudo, em condições sociais de maior interação e coesão, a atração de parte da maioria para as idéias apresentadas pela minoria poderia ser significativa, levando o efeito de atração pela inovação passar a superar o ganho em visibilidade.

Notamos, ainda no exemplo, que tanto indivíduos com posições firmes quanto os indivíduos com posições mais móveis são importantes para o equilíbrio democrático. Contudo, devemos ter em mente que há diferentes tipos de alinhados e diferentes tipos de mobilidade de opinião. Assim como Hirschman (1989) coloca, os indivíduos automaticamente alinhados (*knee jerks*) podem criar obstáculos à competição e aparição de novas forças e idéias políticas, mas também, como colocado por Kinzo (2005), indivíduos que são mais facilmente influenciados por fatores de curto-prazo dificultam uma atuação política contínua, diminuindo o *accountability* (escrutínio) em relação aos políticos e também atrapalhando a competição ideológica. O ambiente mais favorável a evolução política é indicado pela interação interpessoal indicada pela aquisição de opiniões autônomas no processo indicado de Piaget, ou seja, a partir de um contato com um grande número de opiniões de indivíduos simétricas e que ensejem a reflexão. A reflexão obtida pelas interações é a condição para a mudança de escolha de forma autônoma ou para a manutenção de uma opção, também de forma autônoma.

5.3 Efeitos Sociais e Espaciais nas eleições em São Paulo e Minas Gerais

No capítulo anterior foram encontrados padrões espaciais na distribuição do voto no PT que indicavam bases eleitorais que se formavam em espaços coesos, concentrados em

algumas regiões de alta capacidade interativa (dada pelo índice de comunicação social e simétrica), sugerindo formas de dependência espacial. Contudo, apesar de se observar uma ampliação espacial das bases eleitorais da esquerda, o que se mostrou em acordo com a inovação social a partir de um comportamento consistente, os resultados eleitorais na escolha para os governos de SP e MG favoreceram, recorrentemente, ao “centro”. Tal contexto pode representar um incentivo para que o PT nesses estados adotasse uma estratégia mais pragmática, à semelhança da transformação da estratégia petista no nível federal, ou seja, ampliando alianças, diminuindo o discurso ideológico e maximizando a captação de recursos para apresentar campanhas intensivas em visibilidade.

Procurar-se-á nessa seção, analisar a evolução eleitoral do PT a partir de modelos econométricos que levem em consideração a espacialidade para que se possa examinar e visualizar o processo de difusão no espaço a partir da consistência na escolha pelo partido. Para tal fim, serão utilizados modelos de regressão espacial localmente linear.

5.3.1 Método de Expansão Espacial Localmente Linear de Casetti

Geralmente o propósito da análise de regressão linear é encontrar relações entre uma variável dependente e um conjunto de variáveis explicativas, o que pode ser expresso pelo modelo de regressão padrão:

$$y = X\beta + \varepsilon \quad (03)$$

onde y é a variável dependente representada por um vetor com N linhas; X é a matriz com os elementos observados em K variáveis explicativas, com N linhas e K colunas; β é o vetor com K coeficientes da regressão ($K \times 1$); e ε é o erro aleatório, dado por um vetor de N linhas. Os coeficientes e erros não são observáveis, mas podem ser estimados (um vetor “ b ” como estimativa de β e um vetor “ e ” como estimativa para ε). O método mais comum para estimação desses parâmetros é através da minimização dos quadrados dos erros ou método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Quando o MQO cumpre certo número de critérios, entre eles o de não-autocorrelação entre as observações e de apresentar erros esféricos ou homocedásticos³⁰, normalmente

³⁰ Erros esféricos são dados pela expressão: $E(\varepsilon\varepsilon'/X) = \sigma^2I$, onde ε é, como visto anteriormente, o vetor aleatório dos termos de erro, σ^2 é a variância do erro da população e I é uma matriz identidade $N \times N$. (GREENE, 2002, pg. 16)

distribuídos³¹ e i.i.d. (independente e identicamente distribuídos), o MQO é o melhor estimador linear não-viesado. Contudo, alguns desses pressupostos podem não ser obedecidos.

Dificuldades empíricas podem ser causadas por estruturas espaciais e dependência espacial, indicando que a variável dependente em um ponto do espaço pode ser funcionalmente relacionada aos seus valores em algumas ou outras localidades no sistema ($E[y_i y_j] \neq 0$, para localidades vizinhas i e j). Além disso, vários problemas de medida, externalidades espaciais e efeitos de transbordamento podem levar a dependência dos termos de erro ($E[\varepsilon_i \varepsilon_j] \neq 0$) (ANSELIN, 1988).

O desenvolvimento do campo da estatística espacial é diretamente relacionado às formas de detecção da presença de autocorrelação espacial, que possui referência necessária nos trabalhos de Moran (1948) e Geary (1954). Em paralelo ao desenvolvimento com a estatística espacial, o campo da econometria espacial passou a envolver métodos que pudessem lidar com efeitos espaciais nos modelos econométricos. Uma das considerações do problema de heterogeneidade espacial foi tratada pelo método de expansão espacial de Casetti (1972, 1973). A expansão representa um método de estimação que procura acomodar a heterogeneidade espacial permitindo que parâmetros do modelo variem com a localização espacial dos dados amostrais. Nesse modelo, a heterogeneidade é refletida na falta de estabilidade dos parâmetros sobre as unidades de observação. Assim, parâmetros poderiam variar em função das informações sobre as localidades, que podem ser representadas por coordenadas de latitude e longitude de cada observação. Ao serem incorporadas as informações de localidade na especificação do modelo, ele poderia ser estimado através de mínimos quadrados para produzir as estimativas dos parâmetros espaciais.

Se a expansão do modelo terminal possuir a especificação correta, então as estimativas do parâmetro do modelo inicial serão enviesadas, devido ao problema de variável omitida (ANSELIN E GRIFFITH, 1988). A questão não é necessariamente se a expansão espacial nos parâmetros elimina a autocorrelação espacial nos termos de erro, mas lidar com a heterogeneidade para evitar uma má especificação que implique na instabilidade dos coeficientes.

³¹ A distribuição normal dos erros pode ser expressa por: $\varepsilon/X \sim N(0, \sigma^2 I)$. (GREENE, 2002, p. 17)

Na expansão espacial, a informação das coordenadas geográficas são gravadas numa matriz Z com os elementos $Z_{xi}, Z_{yi}, i=1, \dots, n$, que representa as coordenadas de latitude e longitude de cada observação (LESAGE, 1999, pg. 181). Como os parâmetros do modelo primário variam em função das coordenadas geográficas temos que o vetor β da equação (03) é estimado como:

$$\beta = Z J \beta_0 \quad (04)$$

onde:

$$y = \begin{pmatrix} y_1 \\ y_2 \\ \vdots \\ y_n \end{pmatrix} \quad X = \begin{pmatrix} x'_1 & 0 & \dots & 0 \\ 0 & x'_2 & & \\ \vdots & & \ddots & \\ 0 & & & x'_n \end{pmatrix} \quad \beta = \begin{pmatrix} \beta_1 \\ \beta_2 \\ \vdots \\ \beta_n \end{pmatrix} \quad \varepsilon = \begin{pmatrix} \varepsilon_1 \\ \varepsilon_2 \\ \vdots \\ \varepsilon_n \end{pmatrix}$$

$$Z = \begin{pmatrix} Z_{x1} \otimes I_k & Z_{y1} \otimes I_k & 0 & \dots \\ 0 & \ddots & \ddots & \\ \vdots & & Z_{xn} \otimes I_k & Z_{yn} \otimes I_k \end{pmatrix} \quad J = \begin{pmatrix} I_k & 0 \\ 0 & I_k \\ \vdots & \\ 0 & I_k \end{pmatrix}$$

$$\beta_0 = \begin{pmatrix} \beta_x \\ \beta_y \end{pmatrix}$$

Substituindo (04) em (03) temos que:

$$y = X Z J \beta_0 + \varepsilon \quad (05)$$

Em (05) notamos que X , Z e J representam informações disponíveis ou dados observados e somente β_0 representa o parâmetro a ser estimado no modelo.

Esse modelo também pode ser implementado a partir de um vetor de distâncias gerado pelas coordenadas geográficas de uma localidade central, permitindo dar pesos diferentes às observações com base numa origem central. Como os parâmetros do modelo primário variam em função do vetor de distâncias, temos que o vetor β da equação (03) é estimado como:

$$\beta = D J \beta_0 \quad (06)$$

onde β_0 representa um vetor de parâmetros $k \times 1$ para a localidade central, J representa uma matriz $n \times k$ ($J = (I_k, I_k, I_k, \dots, I_k)'$) e D é uma matriz diagonal dado pelas distâncias em relação à observação central ($D = \text{diag}(d_1, d_2, \dots, d_n)$), em que

$$d_i = \sqrt{(Z_{xi} - Z_{xc})^2 + (Z_{yi} - Z_{yc})^2} \quad (07)$$

gerada a partir das diferenças das coordenadas latitudinais e longitudinais entre uma determinada observação e a observação central.

Substituindo (06) em (03) temos o modelo final:

$$y = X D J \beta_0 + \varepsilon \quad (08)$$

Em (08) notamos que X, Z e J representam informações disponíveis ou dados observados e somente β_0 representa o parâmetro a ser estimado no modelo. O modelo poderia captar a heterogeneidade espacial ao permitir variações similares dos parâmetros em observações vizinhas. Assim, à medida que a localização variasse, as relações na regressão mudariam para acomodar o ajuste linear através de *cluster* de observações em proximidade uma com a outra a partir de uma referência central.

O método de expansão não é visto como um procedimento para construir modelos conceituais complexos, mas uma resposta às inadequações do paradigma da ciência espacial em se remeter à realidade das dependências contextuais de modelos operacionais. O modelo operacional terminal produz um ou mais aspectos da variação aplicada em um contexto. A sensibilidade do modelo ao seu contexto particular pode ser tratada através dos testes estatísticos de significância. Os parâmetros podem ser interpretados através de um conhecimento maior das especificidades da geografia regional ou podem servir de estímulo a investigações posteriores. (FOSTER, 1991)

As variáveis dependentes a serem analisadas são as proporções da votação nos candidatos petistas aos governos de São Paulo e Minas Gerais em 1998, 2002 e 2006, por município, utilizando como variáveis explicativas: as votações no PT nas eleições anteriores como indicadores da consistência da adesão e avanço da votação no partido; a votação em Lula da Silva para a presidência do partido como indicador de um efeito de visibilidade pela influência do nível federal no plano regional, principalmente depois que Lula chegou ao poder através de uma campanha e estratégia mais pragmática; e o

índice de comunicação social e simétrica (ICSS) criado no capítulo anterior como indicador dos incentivos verticais e horizontais para o crescimento da oposição.

O efeito da consistência é chave na explicação do voto na oposição e avanço dela, por considerar prerrogativas da teoria da inovação social, em que a minoria exerce uma influência mais direta em marco normativo de originalidade que difunde a partir de comportamentos consistentes. Analisar o avanço levando em consideração suas variações no território pode ser um elemento de grande relevância para analisar tendências futuras e que podem representar importantes informações para as decisões estratégicas dos partidos no sentido de serem intensivos em pragmatismo ou em conteúdos programáticos originais. Modelos alternativos para captarmos a expansão no espaço do efeito consistência e avanço do voto dado pela variável de votação anterior no candidato do partido serão elaborados levando em consideração as coordenadas espaciais latitudinais e longitudinais, instrumentalizando-as de acordo com as indicações do método de Casetti descrito anteriormente. As coordenadas geradas nesse estudo foram obtidas a partir dos centróides de cada município.

Serão, ainda, utilizados modelos com as variáveis de distância com referência a alguns centros populacionais de destaque (Ribeirão Preto e Presidente Prudente, em São Paulo, e Belo Horizonte, Juiz de Fora e Montes Claros, em Minas Gerais). Ribeirão Preto e Presidente Prudente serão analisados em São Paulo para tentarmos captar os efeitos espaciais do avanço do PT através de duas cidades populosas (com a maior população das respectivas mesorregiões) e, ao mesmo tempo, distantes da origem do PT na Grande São Paulo. Os dados das votações nessas regiões indicam um avanço inicial nos grandes centros e de forma mais defasada no resto do território de cada mesorregião, como indica a tabela abaixo. A mesma lógica pode ser aplicada para as cidades utilizadas nos modelos referentes a Minas Gerais.

Tabela 14. Votos Válidos no Partido dos Trabalhadores em Ribeirão Preto, Presidente Prudente e respectivas Mesorregiões, por período eleitoral (%).

	1994	1998	2002	2006
Ribeirão Preto	12,5	27,6	31,6	22,6
Média entre os municípios da Mesorregião de Ribeirão Preto	9,2	16,7	29,6	24,2
Presidente Prudente	9,8	14,6	29,9	26,1
Média entre os municípios da Mesorregião de Presidente Prudente	6,6	9,9	24,8	29,1

Tabela 15. Votos Válidos no Partido dos Trabalhadores em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Montes Claros e respectivas Mesorregiões, por período eleitoral (%).

	1994	1998	2002	2006
Belo Horizonte	9,9	28,6	41,9	15,8
Média entre os municípios da Região Metropolitana de BH	7,1	12,5	28,3	16,4
Juiz de Fora	13,7	11,5	45,9	30,8
Média entre os municípios da Zona da Mata	9,3	9,6	27,3	24,0
Montes Claros	9,1	15,0	37,7	33,2
Média entre os municípios do Norte de Minas	5,0	5,5	14,4	26,4

Verificamos que o centro urbano de cada mesorregião parece liderar o avanço inicial do partido oposicionista, o PT. Modelos serão construídos para tentarem captar a influência da eleição anterior de acordo com a distância desses centros destacados. Outros centros urbanos não foram acrescentados à análise devido ao fato das variáveis de expansão espacial serem bastante correlacionadas entre si, podendo repercutir em problemas de multicolinearidade, o que acarretaria na inflação dos erros-padrões dos coeficientes e perda de eficiência e confiança na significância testada.

5.3.2 Resultados dos Modelos de Regressão para São Paulo

Os resultados dos modelos de regressão para São Paulo estão apresentados na Tabela 16. Primeiramente, podemos analisar os modelos de São Paulo que não possuem as interações com variáveis de localização espacial (modelos SP1a, SP1b e SP1c). Foram utilizados todos os municípios do estado³². Observamos nesses modelos que, nos três períodos analisados, todos os coeficientes obtiveram alto grau de significância e alto grau de ajuste dados pelo coeficiente de determinação R², que varia de 0 a 1. Observa-se que os betas da variável da influência do voto em Lula cresceram significativamente nesses três períodos, enquanto a variável de consistência e avanço dado pela votação na eleição anterior decaiu de 1998 a 2006. Destaca-se que os betas do Índice de Comunicação Social e Simétrica foram positivos para todos os períodos analisados, como esperado, dado os resultados encontrados no capítulo descritivo. A influência do ICSS foi maior no início do período, quando, de acordo com a especificação do modelo, a cada aumento de um ponto no índice, levava ao aumento de 1,32% dos votos válidos na candidata do PT, Marta Suplicy. De modo geral, pode-se colocar que as três variáveis afetaram positivamente a votação nos candidatos do PT em todo período

³² Exceto pelos modelos referentes a 1998, que utilizaram somente 625 dos 645 municípios, pois não havia os dados das votações de 1994 das seguintes unidades: Pratânia, Nantes, Jumirim, Nova Castilho, Quadra, Santa Cruz da Esperança, Ipiгуá, Arco-Íris, Paulistânia, Canas, Fernão, Santa Saete, Vitória Brasil, Pracinha, Trabiуu, Gavião Peixoto, Ribeirão dos Índios, Taquaral, Ouroeste e Brejo Alegre.

analisado, diminuindo o efeito da votação anterior, mas que foi compensado pelo poder da visibilidade captada pela influência do voto em Lula. Uma análise complementar pode ser encontrada a partir dos modelos que levam a localização do efeito de avanço em consideração.

Tabela 16. Resultados dos Modelos de Regressão referentes a São Paulo

<i>Variáveis explicativas</i>	1998			2002			2006		
	Modelo SP1a	Modelo SP2a	Modelo SP3a	Modelo SP1b	Modelo SP2b	Modelo SP3b	Modelo SP1c	Modelo SP2c	Modelo SP3c
<i>Votos Válidos em Lula (%)</i>	0.379*** (0.0233)	0.370*** (0.0232)	0.363*** (0.0231)	0.618*** (0.0217)	0.599*** (0.0225)	0.597*** (0.0224)	0.735*** (0.021)	0.722*** (0.0201)	0.692*** (0.0217)
<i>Índice de Comunicação Social e Simétrica (ICSS)</i>	1.320*** (0.105)	1.189*** (0.105)	1.196*** (0.103)	0.532*** (0.113)	0.577*** (0.108)	0.562*** (0.109)	0.805*** (0.108)	0.680*** (0.105)	0.599*** (0.104)
<i>Votos Válidos na candidato do PT na eleição anterior (%)</i>	0.452*** (0.0402)	3.739*** (0.631)	0.490*** (0.0668)	0.377*** (0.0305)	0.0882 (0.498)	0.548*** (0.0489)	0.151*** (0.0235)	-1.29*** (0.299)	0.073*** (0.0244)
<i>Variável longitudinal (oeste-leste) e votação na eleição anterior</i>		0.046*** (0.00841)			-0.015** (0.00773)			-0.0097** (0.00391)	
<i>Variável latitudinal (sul-norte) e votação na eleição anterior</i>		0.0482*** (0.0128)			0.0184** (0.00903)			-0.045*** (0.0064)	
<i>Distância em relação a Ribeirão Preto e votação na eleição anterior</i>			-0.062*** (0.0127)			-0.0298*** (0.00883)			0.0484*** (0.0057)
<i>Distância em relação a Presidente Prudente e votação na eleição anterior</i>			0.0270*** (0.00739)			-0.0236*** (0.00643)			0.0153*** (0.00285)
<i>Constante</i>	-3.051*** (0.389)	-2.377*** (0.407)	-2.162*** (0.402)	-7.629*** (0.778)	-7.641*** (0.768)	-7.259*** (0.767)	-7.455*** (0.662)	-7.195*** (0.579)	-7.117*** (0.572)
Observações		625			645			645	
R2	0.85	0.858	0.86	0.824	0.829	0.831	0.847	0.869	0.87

Erros padrões robustos em parênteses *** p<0.01, **p<0.05, * p<0.1

Os modelos que adicionam as variáveis que relacionam o efeito das eleições anteriores com a localização nos eixos sul/norte e oeste/leste trazem informações interessantes sobre a heterogeneidade espacial e instabilidade dos betas do efeito de avanço na votação dos candidatos petistas. A variância do beta da votação de 1994 com as coordenadas oeste/leste é interpretada a partir da seguinte função:

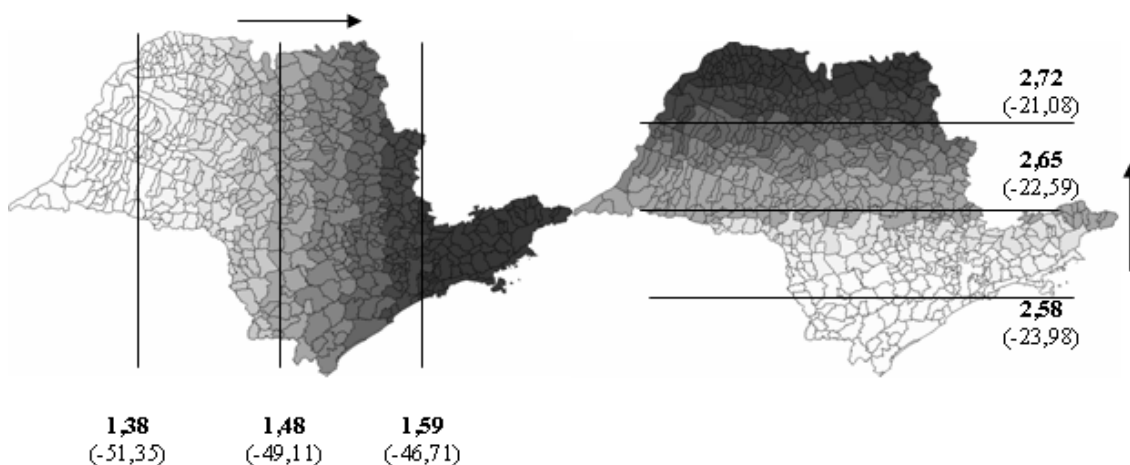
$$\hat{b}_{PT94 \text{ oeste/leste}} = 3,739 + 0,046 \times (\text{“coordenada longitudinal”})$$

A forma análoga é usada para interpretar a variação norte/sul:

$$\hat{b}_{PT94 \text{ sul/norte}} = 3,739 + 0,0482 \times (\text{“coordenada latitudinal”})$$

As variações espaciais do parâmetro do efeito da eleição de 1994 na eleição de 1998 são ilustradas na figura abaixo:

Figura 29. Variação Espacial do Parâmetro da Variável de Votos Válidos do PT em 1994 no modelo de 1998 (em parênteses estão as coordenadas longitudinais, lado esquerdo, e latitudinais, lado direito).



A figura indica que o efeito de avanço do PT (1998 em relação a 1994) foi maior no leste e norte do estado. Tal configuração pode indicar uma maior capacidade de difusão ideológica da oposição baseada em conteúdos programáticos devido a essa região apresentar indicadores sociais melhores (a correlação entre o ICSS e as coordenadas longitudinais é de 0,32). No eixo norte/sul, a variação positiva para o norte não traz perspectivas de avanço ou retração a partir de conteúdos ideológicos no que se refere às perspectivas de melhor comunicação social, pois a associação das coordenadas de latitude com os ICSS é baixa (correlação igual -0,09).

Analisando os modelos de tipo 2 posteriores (SP2b e SP2c), verifica-se que o avanço do PT inverte a sua orientação expansionista, mudando o sinal das variáveis de localização. Essa inversão de sinal e orientação espacial ocorre quando o efeito de visibilidade dado pela votação em Lula aumenta e decai a consistência do voto dado pela eleição anterior. A mudança da configuração do avanço do PT para áreas de ICSS mais baixo, à leste, pode representar um incentivo para a mudança de estratégia no sentido de maior pragmatismo.

Nos modelos de tipo 3 (SP3a, SP3b e SP3c), a interação com as variáveis de localização são investigadas a partir da distância em relação a Ribeirão Preto e Presidente Prudente, gerada a partir dos centróides dos municípios e calculados a partir da equação (07). A variação do beta da variável da votação de 1994 no modelo de 1998 é calculado a partir da significância das duas variáveis que consideram a votação anterior, onde o beta variaria de acordo com a distância em relação a cada cidade, de acordo com a fórmula:

$$\hat{b}_{PT94_{distRP}} = 0,49 - 0,062 \times (\text{“distância de Ribeirão Preto”}),$$

para a variação de acordo com a distancia de Ribeirão Preto e

$$\hat{b}_{PT94_{distPP}} = 0,49 + 0,027 \times (\text{“distância de Presidente Prudente”}),$$

para a variação de acordo com a distância de Presidente Prudente.

Esses efeitos de variação dos betas no modelo SP3a pode ser ilustrado pelas figuras abaixo.

Figura 30. Variação Espacial do Parâmetro da Variável de Votos Válidos do PT em 1994 no modelo de 1998 (em parênteses estão os raios das distâncias em relação a Ribeirão Preto calculados a partir dos centróides).

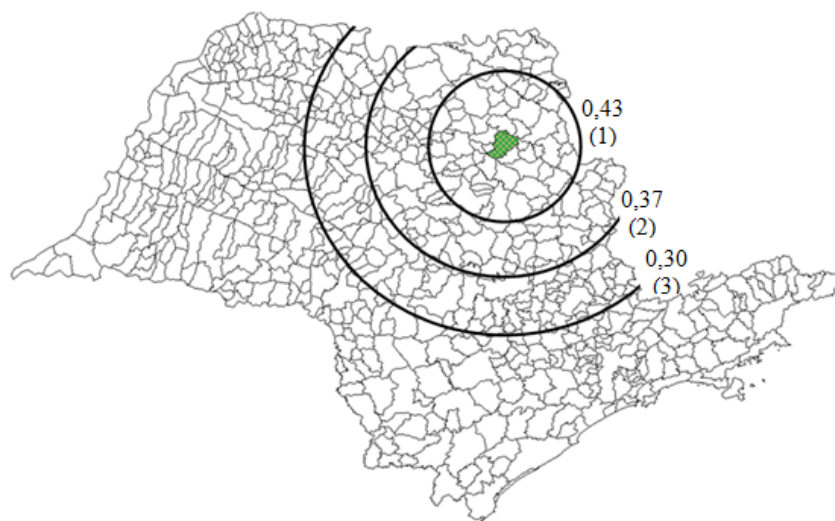
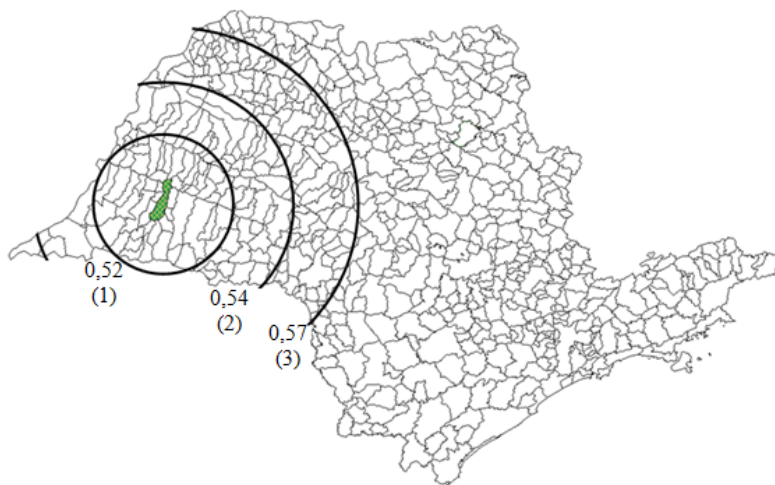


Figura 31. Variação Espacial do Parâmetro da Variável de Votos Válidos do PT em 1994 no modelo de 1998 (em parênteses estão os raios das distâncias em relação a Ribeirão Preto calculados a partir dos centróides).



Através dos parâmetros do modelo SP3a e das figuras acima, observamos que o efeito de avanço do PT entre 1994 e 1998 diminuía a medida que se distanciava de Ribeirão Preto e aumentava em relação a Presidente Prudente, como observado pelo sinal dos coeficientes do modelo. O sinal negativo indica que quanto maior a distância em relação ao ponto de referência, menor o efeito. Nos pontos de referência, em que a distância é zero, o coeficiente de efeito da votação é de 0,49 (SP3a). No modelo seguinte (SP3b), referente a 2002, nota-se, através do sinal dos coeficientes de expansão espacial, que o avanço ainda é maior próximo a Ribeirão e que torna-se mais intenso próximo de Presidente Prudente, que agora apresenta sinal negativo, apontando que o efeito diminui com a distância em relação a essa cidade. No modelo referente a 2006, pode-se notar o efeito já se disseminou a partir desses centros urbanos, indicado pelo sinal positivo dos coeficientes, indicando que o efeito aumenta com a distância em relação às cidades consideradas, no momento em que o efeito Lula é maior e o efeito consistência é menor em relação aos períodos anteriores.

5.3.3 Resultados dos Modelos de Regressão para Minas Gerais

Os resultados para Minas Gerais estão apresentados na Tabela 17. Os modelos do tipo 1 (MG1a, MG1b e MG1c) denotam, assim como em São Paulo, coeficiente positivos, significativos e com alto grau de ajuste, exceto para o modelo de 2006, em que há uma queda no ajuste dos erros e a variável ICSS perde sua significância. O modelo de 1998

não computou 97 pequenos municípios do estado, por não haver os dados da votação desses municípios em 1994³³. A influência do voto em Lula aumenta significativamente entre os modelos de 1998 e 2002 e decai em 2006, mas tendo valor ainda maior que em relação a 1998. A influência do ICSS decai com os períodos analisados. A influência da votação anterior chega a aumentar entre 2002 e 1998, mas decresce significativamente em 2006. De modo geral, os modelos do tipo 1 parecem indicar um forte avanço do PT em 2002, com influência de Lula e incitado pelas unidades de mais alto ICSS. Contudo houve uma queda da influência desses três indicadores em 2006, eleição que repetiu a polarização entre os mesmo candidatos de 2002, mas com Aécio do PSDB se reelegendo com maior vantagem e Nilmário do PT diminuindo seu espaço. Tal contexto de reeleição em 2006 e o baixíssimo gasto na campanha do candidato petista podem estar relacionados à queda dos fatores considerados para explicar o voto no PT.

³³ Entre os municípios em que não havia os dados da votação de 1994 estão: Alto Caparaó, Angelândia, Aricanduva, Berizal, Bonito de Minas, Brasilândia de Minas, Bugre, Cabeceira Grande, Campo Azul, Cantagalo, Catas Altas, Catuti, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Confins, Córrego Fundo, Crisólita, Cuparaque, Curral de Dentro, Delta, Divisa Alegre, Dom Bosco, Franciscópolis, Frei Lagonegro, Fruta de Leite, Gameleiras, Glaucilândia, Goiabeira, Goianá, Guaraciama, Ibiracatu, Imbé de Minas, Indaiabira, Japonvar, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, José Raydan, Josenópolis, Juvenília, Leme do Prado, Luisburgo, Luislândia, Mário Campos, Martins Soares, Miravânia, Monte Formoso, Naque, Natalândia, Ninheira, Nova Belém, Nova Porteirinha, Novo Oriente de Minas, Novorizonte, Olhos-d'Água, Oratórios, Orizânia, Padre Carvalho, Pai Pedro, Patis, Pedra Bonita, Periquito, Piedade de Caratinga, Pingo-d'Água, Pintópolis, Ponto Chique, Ponto dos Volantes, Reduto, Rosário da Limeira, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Cruz de Minas, Santa Cruz de Salinas, Santa Helena de Minas, Santo Antônio do Retiro, São Domingos das Dores, São Félix de Minas, São Geraldo do Baixio, São João da Lagoa, São João das Missões, São João do Pacuí, São Joaquim de Bicas, São José da Barra, São Sebastião da Vargem Alegre, São Sebastião do Anta, Sarzedo, Setubinha, Sem-Peixe, Serranópolis de Minas, Taparuba, Tocos do Moji, União de Minas, Uruana de Minas, Vargem Alegre, Vargem Grande do Rio Pardo, Varjão de Minas, Verdelândia, Veredinha e Vermelho Novo.

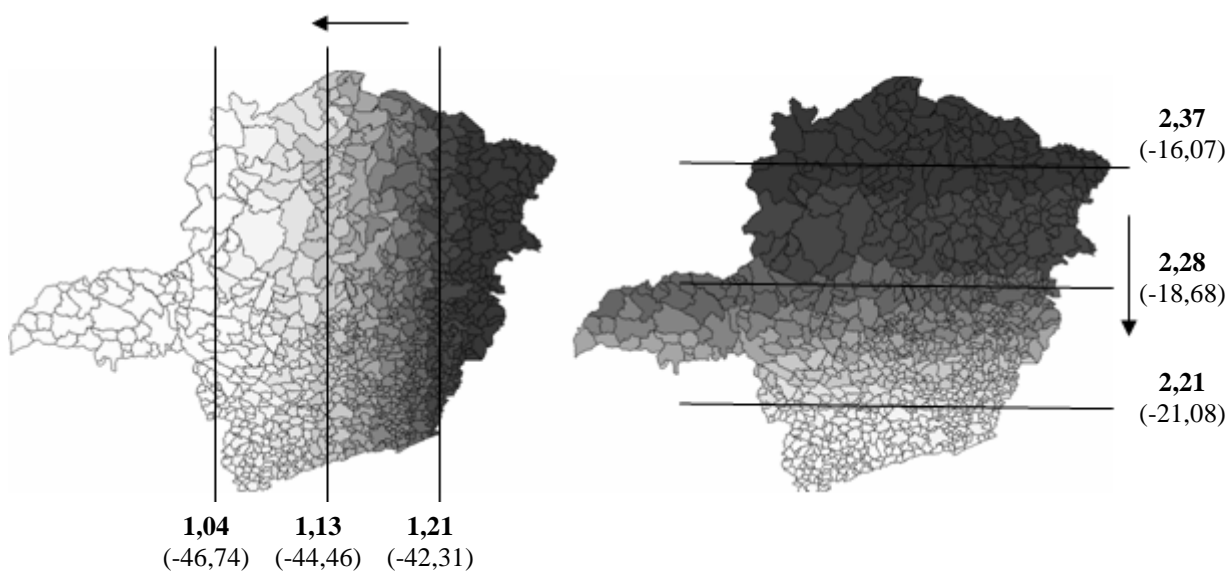
Tabela 17. Resultados dos Modelos de Regressão referentes a Minas Gerais.

<i>Variáveis explicativas</i>	1998			2002			2006		
	Modelo MG1a	Modelo MG2a	Modelo MG3a	Modelo MG1b	Modelo MG2b	Modelo MG3b	Modelo MG1c	Modelo MG2c	Modelo MG3c
<i>Votos Válidos em Lula (%)</i>	0.207*** (0.0186)	0.213*** (0.0182)	0.188*** (0.0183)	0.436*** (0.0211)	0.445*** (0.0208)	0.437*** (0.0205)	0.299*** (0.0293)	0.270*** (0.0302)	0.293*** (0.0282)
<i>Índice de Comunicação Social e Simétrica (ICSS)</i>	0.629*** (0.114)	0.955*** (0.124)	0.768*** (0.111)	0.271* (0.139)	0.475*** (0.165)	0.204 (0.183)	-0.112 (0.226)	0.0337 (0.247)	0.410* (0.224)
<i>Votos Válidos na candidato do PT na eleição anterior (%)</i>	0.619*** (0.0350)	2.879*** (0.414)	0.849*** (0.0960)	0.776*** (0.0409)	2.901*** (0.594)	1.079*** (0.175)	0.319*** (0.0369)	0.749** (0.363)	0.374*** (0.0716)
<i>Variável longitudinal (oeste-leste) e votação na eleição anterior</i>		0.0393*** (0.00983)			0.0717*** (0.0152)			-0.00364 (0.00775)	
<i>Variável latitudinal (sul-norte) e votação na eleição anterior</i>		0.0317*** (0.0114)			-0.0467*** (0.0149)			0.0290*** (0.00804)	
<i>Distância em relação a Belo Horizonte e votação na eleição anterior</i>			-0.174*** (0.0400)			0.153*** (0.0427)			0.186*** (0.0180)
<i>Distância em relação a Juiz de Fora e votação na eleição anterior</i>			0.101*** (0.0284)			-0.163*** (0.0388)			-0.0773*** (0.0145)
<i>Distância em relação a Montes Claros e votação na eleição anterior</i>			-0.0325 (0.0246)			-0.0419 (0.0427)			-0.0514** (0.0160)
<i>Constante</i>	-2.537*** (0.442)	-3.216*** (0.449)	-2.565*** (0.399)	-6.424*** (0.713)	-6.689*** (0.738)	-6.403*** (0.816)	-1715 (1.561)	-1,103 (1.565)	-4.493*** (1.402)
Observações	756			853			853		
R2	0.724	0.740	0.770	0.743	0.755	0.756	0.363	0.374	0.477

Erros padrões robustos em parênteses *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Os modelos de tipo 2 (MG2a, MG2b e MG2c) que utilizam as coordenadas de longitude e latitude não fornecem perspectivas muito animadoras no sentido de incentivar posições ideológicas como estratégia eleitoral para manter crescimento na região em que avançou inicialmente. Os coeficientes da expansão indicam que o efeito de avanço do PT em 1998 se deu em áreas de correlação negativa com o ICSS, à leste e ao norte (ver figura abaixo). O ICSS possui alta associação tanto com as coordenadas do eixo oeste/leste (correlação igual a -0,43) quanto com as coordenadas do eixo sul/norte (correlação igual -0,50), indicando que os indicadores sociais são mais favoráveis a sul e a oeste, o contrário da influência da eleição de 1994 em 1998, indicando que o efeito consistência foi puxado por aqueles municípios de maior ICSS, mas sem perspectivas de se expandir geograficamente.

Figura 32. Variação Espacial do Parâmetro da Variável de Votos Válidos do PT em 1994 no modelo de 1998 (em parênteses estão as coordenadas longitudinais, lado esquerdo, e latitudinais, lado direito).

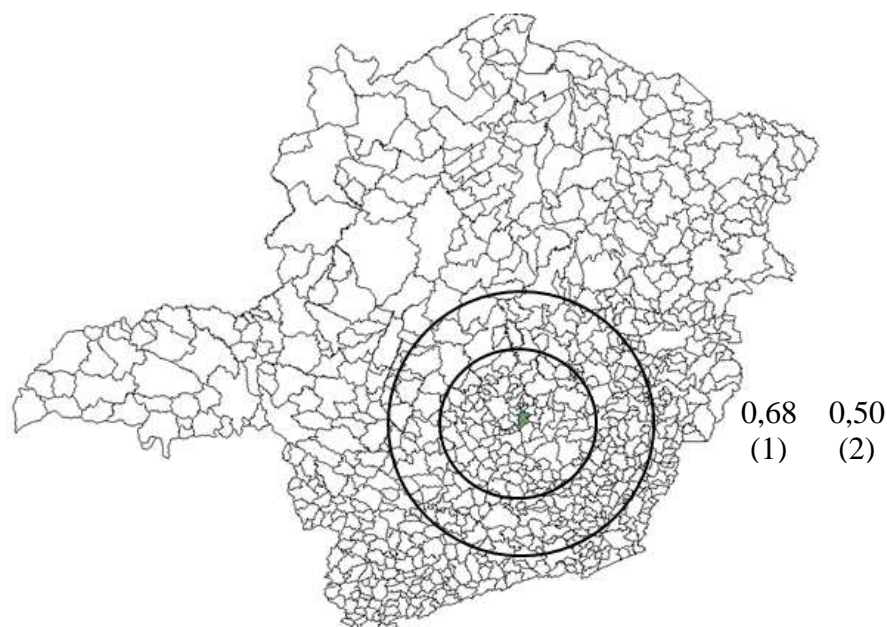


Nos modelos de tipo 3, foram consideradas três grandes centros urbanos afastados geograficamente: Belo Horizonte, Juiz de Fora e Montes Claros. Em relação a Belo Horizonte podemos verificar que o efeito de avanço do PT entre 1994 e 1998 foi maior quanto mais próximo da capital, indicado pelo sinal negativo do parâmetro. Abaixo, é apresentado o cálculo da variação dos betas da influência do voto em 1994 em 1998 a partir de BH:

$$\hat{b}_{PT94_{distBH}} = 0,849 - 0,174 \times (\text{"distância de Belo Horizonte"})$$

Essa variação é ilustrada na figura abaixo:

Figura 33. Variação Espacial do Parâmetro da Variável de Votos Válidos do PT em 1994 no modelo de 1998 (em parênteses estão os raios das distâncias em relação a Belo Horizonte calculados a partir dos centróides).



A figura indica um forte avanço inicial do PT indicado pela alta influência positiva da eleição de 1994 em 1998, mas com grande variação a partir de Belo Horizonte. O sinal do parâmetro de Belo Horizonte tornou-se positivo no modelo de 2002, persistindo assim em 2006, indicando que a influência positiva da eleição anterior se deu com mais intensidade, inicialmente, nas proximidades da capital, mas tornando-se mais intenso quando se afastava de Belo Horizonte nos períodos seguintes. Quanto a Juiz de Fora, nota-se que o efeito da eleição anterior só foi significativo a partir de 2002, quando o parâmetro obteve alto valor de sinal negativo, diminuindo sua força em 2006, mas ainda indicando mais influência nas proximidades de Juiz de Fora. Em Montes Claros, no Norte de Minas, já havia sido detectado a influência positiva das eleições de 1994 nas proximidades da cidade, efeito que se mantém até 2006, o que pode indicar que ele não conseguiu se expandir territorialmente nessa região.

Os modelos analisados para os dois estados foram capazes de denotar a importância positiva da consistência do voto para um partido de oposição. A capacidade de difusão desse efeito de consistência aparece, ainda, relacionada com valores altos da variável de comunicação social e simétrica (ICSS). Essa variável, como visto no capítulo anterior,

apresentava valores mais altos em São Paulo do que em Minas Gerais, indicando maiores dificuldades de uma estratégia programática no estado mineiro. Além disso, o fato do avanço do PT em Minas ter sido puxado por municípios de mais alto ICSS, mas que são localizados em regiões de baixo ICSS, reforça as limitações de proposições diferenciadoras. Finalmente, para os dois estados foi encontrada uma influência crescente da votação em Lula, o que pode representar a superação do efeito de visibilidade sobre o efeito de inovação enquanto o partido não chegava à vitória.

6. CONCLUSÃO

O estudo procurou investigar o dinamismo da democracia a partir de formas de dependência e influência social baseadas em teorias da psicossociologia e geografia política, que relaciona o aparecimento de novas formas de pensamento e influência de minorias com uma comunicação interpessoal realizada a partir de condições de simetria e coesão territorial. Criticou-se análises de tipo atomísticas fundadas na escolha racional individual e indagou-se sobre explicações sociais para analisar eleitores com reduzidos graus de responsabilidade e mais associativos, características que poderiam ser incrementadas pela obrigação do voto. Examinou-se a dinâmica partidária formada a partir de estratégias programáticas ou pragmáticas, incentivadas, uma ou outra, pelas condições sociais. Concluiu-se que as desigualdades sociais intra-regionais representam fatores que limitam a difusão de idéias distintas das tradicionais, limitando o dinamismo democrático.

Na primeira parte da dissertação, apresentou-se a estrutura lógica do comportamento eleitoral de três correntes de estudo que ajudam a definir a complexidade do tema, assim como sua interdisciplinaridade. O caso brasileiro foi apontado como singular por apresentar, historicamente, uma cultura política fortemente tradicionalista, imagens partidárias pouco estruturadas, períodos democráticos instáveis, forte impacto televisivo e alta volatilidade eleitoral, além de uma modernização tardia. Defendeu-se a necessidade de abordar o fenômeno do comportamento eleitoral como sendo semi-consciente e determinado por representações sociais, caracterizado por formas incessantes de comunicação que articulam o conhecimento sobre os temas políticos-eleitorais, numa dinâmica de familiarização. Esse conceito de representação estaria diretamente ligado à projeção territorial da influência eleitoral, com elementos suscetíveis de variação no tempo dados pelas condições de comunicação nos espaços. Essas condições afetariam a forma de influência social, podendo essa ser mais conformista, em que o controle social é utilizado como uma forma de reduzir as divergências entre os indivíduos, ou ativa, em que a minoria opositora procura ampliar a influência de suas opiniões e valores se diferenciando dos valores da maioria e aplicando uma pressão não impositiva, baseada em intercâmbios de opiniões simétricas e fazendo uso de um estilo de comportamento que seja consistente no tempo. A influência dessa minoria residiria no seu comportamento original e inovador. Essas

concepções são utilizadas para se pensar nas estratégias partidárias sendo construídas em termos de maior intensidade em conteúdos pragmáticos, em condições territoriais de influência mais passiva, ou em conteúdos programáticos, em condições de maior comunicação simétrica.

Na segunda parte da dissertação, foi apresentado o contexto empírico que perpassa a análise, em que a esquerda partidária não chegou ao poder executivo em São Paulo e Minas Gerais desde o período da redemocratização após o regime militar. A relevância analítica desses estados se daria pela referência histórica que eles representam na introdução e formação de novas forças políticas, além de serem grandes colégios eleitorais e apresentarem forte dinâmica industrial e urbana. A hipótese investigada é de que se a esquerda desses estados, de caráter originário e ideológico, não chegou ao executivo, ela teria incentivos a abandonar conteúdos programáticos e distintivos, para passar a adotar uma estratégia mais pragmática baseada em ganhos de visibilidade, intensa em atributos pessoais, maximizadora de recursos financeiros e de interesses amplos. Primeiramente, busca-se aprofundar o sentido da hipótese apresentada através da técnica de análise exploratória espacial das formas de concentração do voto nos principais partidos em disputa e sua evolução temporal.

Na análise exploratória espacial foi verificada a perspectiva teórica de que a oposição, representada pelo PT e PDT, cresceu de forma consistente e em territórios coesos, o que foi observado a partir da formação de agrupamentos de municípios com alta votação e com formas de comunicação desenvolvidas, observado a partir de um índice de comunicação social e simétrica. Esses formatos se repetiam no tempo, tanto em Minas Gerais quanto em São Paulo. Enquanto isso, a “situação”, de centro, denotada pelo PSDB, apresentou bases pouco concentradas, dispersas e voláteis, corroborando a hipótese de uma maioria naturalmente pouco consistente e apática, o que deixa para a oposição a iniciativa de ditar a dinâmica democrática.

Tal formato indica a importância da influência social na decisão do voto, justificando o uso dessa investigação através de dados agregados pela dificuldade dessa influência ser captada individualmente dado seu caráter social e semi-consciente.

Propôs-se uma estratégia dual para os partidos opositores no que tange a suas campanhas eleitorais: realizar campanhas intensivas em conteúdos programáticos em regiões mais urbanas, com maior média de escolaridade, com maior rede de computadores e de melhor renda; e usar de maior pragmatismo e baixa diferenciação em regiões que oferecem uma baixa continuidade no que tange à comunicação interpessoal de condições igualitárias. Contudo, deve ser destacado que uma estratégia pragmática para a oposição é sempre perigosa, e só deveria ser praticada de forma ofensiva, para ganhar, com o risco de perder os fundamentos ideológicos originais que sustentam suas bases eleitorais mais consistentes e com maior capacidade de se difundir.

No capítulo final, procurou-se aprofundar o caso da dinâmica territorial do voto no Partido dos Trabalhadores, que se diferenciava na sua origem por ser o partido brasileiro que mais se aproximava de um partido de massas, com uma sólida coerência programática, ligado a movimentos sociais e uma estrutura organizacional forte e vertical, além de contar com um elevado número de militantes. Contudo, devido a algumas transformações pela qual o partido foi submetido e da sua dependência em relação à imagem carismática de Lula, passou-se a indagar sobre o risco de fragmentação ideológica do partido, um deslocamento para o centro e, assim, a conformação de um processo de *peemedebização* do mesmo. Foi ilustrado, através de um exercício didático de jogos não cooperativos entre dois agentes, como podem ser configurados incentivos a estratégias intensivas em pragmatismo ou em originalidade ideológica a partir de efeitos de visibilidade e de inovação social. O objetivo foi demonstrar que maximizar o voto não necessariamente leva a um comportamento pragmático. Seria possível ter incentivos a chegar ao poder através de uma diferenciação programática que aliasse ganhos de visibilidade com ganhos de inovação social, mas que dependia de condições sociais favoráveis para que a inovação fosse eficaz.

Em seguida foram utilizados modelos econométricos para mensurar o efeito das variáveis que seriam relevantes para explicar a evolução do PT (efeito consistência, efeito Lula e efeito das condições de comunicação), levando em conta coordenadas de localização geográfica. Os modelos confirmaram a relevância positiva dessas variáveis.

A análise espacial do efeito consistência se mostrou uma ferramenta interessante para se pensar em estratégias futuras. Em São Paulo, pela consistência ser concebida, inicialmente, em regiões de maior capacidade de comunicação social, a leste do estado, isso representava um incentivo à diferenciação. A prova de que a esquerda ideológica se mostrou forte foi a chegada do PDT no segundo turno em 1994, com uma boa votação, e forte votação do PT, que se tivesse se coligado com o PDT, provavelmente chegariam ao segundo turno. Contudo, ao obter o PT, nos períodos subsequentes, um efeito consistência menor e uma dependência maior da imagem carismática de Lula, o partido teria um incentivo maior ao pragmatismo. Assim, apesar do partido apresentar uma origem única no sentido da mudança, mantendo núcleos ideológicos significativos em níveis locais, principalmente em contextos mais urbanos, como mostrado recorrentemente pela literatura de geografia eleitoral, a necessidade de moderação quando da nacionalização do partido, devido a extensão continental do Brasil, a presença de baixos indicadores sociais e conseqüente descontinuidade territorial, pode transformar o PT no médio e longo prazo no sentido de incentivos a tomada de posições fortemente pragmáticas.

Ao analisar o efeito de consistência no PT a partir de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, observou-se que esse efeito se deu mais rapidamente em Ribeirão Preto e somente depois alcançou Presidente Prudente, indicando que essas defasagens estão ligadas a problemas de continuidade no estado, como um todo, com implicações temporais no avanço da oposição sobre as regiões mais afastadas das regiões centrais de surgimento da ideologia programática. De modo geral, em São Paulo o dilema entre pragmatismo ou programatismo se mostrou complicado, pois as características territoriais ofereceram suporte para um avanço programático inicial, mas perdendo força com o tempo pela maior influência do efeito Lula. O dilema se impõe pela decisão de risco que é para um partido de oposição adotar uma posição pragmática, com implicações para suas bases consistentes e pelo risco de irreversibilidade, exemplificado pelo PMDB. Conclui-se que o cenário esperado de desideologização do PT em São Paulo não se deu pelo contexto particular do estado, visto que ele vinha crescendo numa base consistente e em regiões de alta capacidade de comunicação social. Essa tendência seria formada pela influência da guinada do PT ao centro no nível federal e pela forte dependência da figura de Lula.

Em Minas Gerais, as variáveis também se mostraram relevantes para explicar positivamente o voto crescente nos candidatos do PT, apesar destes nunca chegarem ao segundo turno. Pelo efeito consistência ser puxado pelos municípios de maior ICSS, mas concentrados inicialmente em regiões de mais baixo ICSS, o modelo não mostrou boas perspectivas de expansão a partir de estratégias programáticas. Os modelos que utilizaram as distâncias a partir de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Montes Claros, colocam problemas ainda maiores na defasagem de tempo em relação à chegada da oposição às regiões mais afastadas, denunciando a maior falta de continuidade no estado mineiro, já evidenciados em estudos regionais.

O caso mineiro passa a ser interessante quando analisado a partir da conjuntura das eleições municipais de 2008, quando houve uma aliança informal entre o PSDB e o PT em torno do candidato do PSB. Tal aliança poderia não fazer sentido na capital que é governada por coalizões de esquerda desde 1993. O que se seguiu após a primeira administração petista em BH foi o rodízio na administração, com outro partido também de esquerda: o PSB. Apesar do predomínio municipal, a aliança poderia fazer maior sentido para o PT no nível estadual, em que um pragmatismo ousado, conciliador e intenso em visibilidade poderia levar finalmente o PT ao governo do estado em 2010, particularmente se for através da figura de Fernando Pimentel (PT), que se mostrou bem próxima a do governador Aécio Neves (PSDB). Em Minas, conclui-se que o cenário de deslocamento do partido em direção ao centro obedece a um contexto regional de descontinuidade econômica e cultural dos centros urbanos mais afastados da região metropolitana de Belo Horizonte, com implicações para a velocidade de difusão de idéias distintas. Apesar do crescimento inicial do PT se dar em municípios desenvolvidos, as áreas desse crescimento apresentavam baixa capacidade de oferecer uma comunicação social de qualidade.

No geral, as condições de desigualdade socioeconômica se apresentaram como barreiras para o dinamismo da democracia no sentido do forte incentivo aos partidos opositores a caminharem pragmaticamente para o centro do espectro político depois de terem algum crescimento com bases programáticas. Essa estrutura teria impacto direto na capacidade do eleitor de utilizar comparações retrospectivas já que os partidos não teriam incentivos a apresentarem uma lógica ideológica que se sustente no tempo, além da noção de situação e oposição. Isso pode ajudar a explicar a má avaliação das instituições

políticas na América Latina. Esses fatores não são combatidos ou abrandados pelas regras do sistema eleitoral brasileiro, pelo contrário, a permissão de um financiamento privado quase ilimitado num ambiente em que visibilidade e imagem têm grande poder de influência, dado a passividade do eleitor, representa um incentivo à transferência da noção de *accountability* (escrutínio) desse eleitor para as empresas e grupos financiadores, além de fomentar à formação de “caixa dois” e uso da máquina pública, ainda que ilegais.

Quanto às indagações sobre perspectivas de mudança dessa “peemedebização estrutural” do PT com a expansão da internet de banda-larga através de projetos de inclusão digital, é possível questionar se essa cobertura será realmente capaz de fomentar a construção de densas redes virtuais se não for acompanhada de uma melhoria no acesso e na qualidade da educação, com o risco, sem essa sustentação, de haver uma reprodução de indivíduos passivos que continuarão utilizando uma gama de informações restritas a um número concentrado de canais com alta escala de investimento, imitando os meios tradicionais. Destaca-se, ainda, a importância da redução das desigualdades sócio-econômicas, através, por exemplo, da melhoria da educação no campo e da reforma agrária ambiciosa e ampla, que contribuiriam para dar uma continuidade ao território no que se refere à difusão de idéias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKERLOF, George A. Social Distance and social decisions. **Econometrica**, Chicago, v. 65, n. 5, p. 1005-1027, Set. 1997.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ANSELIN, Luc; GRIFFITH, Daniel A. Do spatial effects really matter in regression analysis? **Papers of the Regional Science Association**, Cambridge, v. 65, n. 1, p. 11-34, Dec. 1988.

ANSELIN, Luc. **Spatial econometrics: methods and models**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1988.

ANSELIN, Luc. Local indicators of spatial association – LISA. **Geographical Analysis**, Columbus, v. 27, n. 2, p. 93-115, Apr. 1995.

ANSELIN, Luc. **Spatial Econometrics**. Center for Spatially Integrated Social Science. 1999. (CSSI Working paper) Disponível em: <www.csiss.org/aboutus/presentations/#anselin>. Acesso em: 21 jun. 2006.

ANSELIN, Luc. Spatial externalities, spatial multipliers and spatial econometrics. **International Regional Science Review**, Philadelphia, v. 26, n. 2, p. 153-166, Apr. 2003.

ANSELIN, Luc; CHO, Wendy T. Spatial effects and ecological inference. **Political Analysis**, Ann Arbor , v.10, n.3, p. 276-297, Summer 2002.

ANSELIN, Luc; SYABRI, Ibnu; SMIRNOV, Oleg. Visualizing multivariate spatial correlation with dynamically linked windows. 2002. Disponível em: <<http://www.real.illinois.edu/d-paper/02/02-t-8.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

AVELAR, Lúcia; WALTER, Maria I. T. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. **Opinião Pública**, Campinas, v.14, n. 1, p. 96-122, jun. 2008.

AXELROD, Robert. **The complexity of cooperation: agent-based models of competition and collaboration**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

ARISTÓTELES. **Política**: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2002.

BECKER, Bertha. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 50, n. 2, p. 99-125, 1988. Número especial.

BERELSON, Bernard, LAZARFELD, Paul; McPHEE, William. **Voting: a study of opinion formation in a presidential campaign**. Chicago: University of Chicago Press, 1966.

BONE, Hugh; RANNEY, Austin. **A política e o eleitor**. Rio de Janeiro: Presença, 1966.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Partido dos trabalhadores: condições de origem e variações estaduais. In: ANGELO, Vitor Amorim; VILLA, Marco Antônio. **O partido dos trabalhadores e a política brasileira (1980-2006):** uma história revisitada. São Carlos: EduFSCar, 2009.

BROCK, William A; DURLAUF, Steven. **Discrete choice with social interactions I:** theory. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1995.

BUCHANAN, James. Individual choice in voting and the market. **The Journal of Political Economy**, Chicago, v. 62, n. 4, p. 334-343, Aug. 1954.

CAMPBELL, Angus, *et al.*. **The american voter**. New York: Wiley, 1960.

CAMPBELL, Angus, *et al.* **Elections and the political order**. New York: John Wiley and Sons, 1967.

CARREIRÃO, Yan. **A decisão do voto nas eleições presidenciais no Brasil (1989 a 1998):** a importância do voto por avaliação de desempenho. 2000. 255 f. Tese Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARREIRÃO, Yan. Identificação ideológica e voto para presidente. **Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 54-79, maio 2002.

CARREIRÃO, Yan; BARBETTA, Pedro. A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região da Grande São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 75-93, out. 2004.

CARVALHO, Fátima L. Continuidade e inovação: conservadorismo e política da comunicação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15, n. 43, p. 147-162, jun. 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Manuel R. **E no início eram as bases:** geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CASETTI, Emilio. Generating models by the expansion method: application to geographical research. **Geographical Analysis**, Columbus, v. 4, n. 1, p. 81-91, Dec. 1972.

CASETTI, Emilio. Testing for spatial-temporal trends: an application to urban population density trends using the expansion method. **Canadian Geographer**, Ottawa, v. 17, n. 2, p. 127-137, Jun. 1973.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. Communication, power and counter-power in the network society. **International Journal of Communication**, Los Angeles, v. 1, n. 1, p. 238-266, 2007.

CASTRO, Mônica Mata Machado de. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, n. 20, p. 26-30, out. 1992.

CHEIN, Flávia, LEMOS, Mauro B.; ASSUNÇÃO, Juliano J. **Desenvolvimento desigual: evidências para o Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33, 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, ANPEC, 2005.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CONVERSE, Philip E. The problem of party distance in models of voting change, In: JENNINGS, M. Kent; ZEIGLER, L. Harman (Ed.). **The electoral process**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1966.

CONVERSE, Philip E. Public opinion and voting behavior. In: GREENSTEIN, Fred; POLSBY, Nelson. **Handbook of political science**. Princeton: Addison-Wesley, 1975.

CONVERSE, Philip E. Os sistemas de crenças. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (Org.). **Política & sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

CONVERSE, Philip E. Researching electoral politics. **American Political Science Review**, Washington, v. 100, n. 4, p. 605-613, Nov. 2006.

CRESPI, Irving. **The public opinion process: how the people speak**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1997.

DAHL, Robert A. **Democracy and its critics**. New Haven: Yale University Press, 1989.

DALTON, Russell, MCALLISTER, Ian; WATTENBERG, Martin. The consequences of partisan dealignment. In: DALTON, Russel; WATTENBERG, Martin. **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p.37-63.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 2001.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1998.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos políticos**. Brasília: UnB, 1980.

FAGERBERG, Jan. Technological progress, structural change and productivity growth: a comparative study. **Structural Change and Economic Dynamics**, Oxford, v. 11, n. 4, p. 393-411, Dec. 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 10. ed. São Paulo: Globo, 2000.

FERES Jr., João; EISENBERG, José. Dormindo com o inimigo: uma crítica ao conceito de confiança. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 457-481, 2006.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto**: democracia e racionalidade. São Paulo: Sumaré: ANPOCS, 1991.

FINIFTER, Ada W. Dimensions of political alienation. **The American Political Science Review**, Washington, v. 64, n. 2, p. 389-410, June 1970.

FOSTER, Stuart A. The expansion method: implication for geographic research. **Professional Geographer**, Washington, v. 43, n. 2, p. 131-142, May 1991.

FREEMAN Christopher; SOETE, Luc. **The economics of industrial innovation**. Londres: Pinter, 1997.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GEARY, Robert C. The contiguity ratio and statistical mapping. **The Incorporated Statistician**, London, v. 5, n.2, p. 115-145, Aug. 1954.

GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481-510, Nov. 1985.

GREENE, William H. **Econometric analysis**. New Jersey: Prentice Hall, 5th ed. 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HEIDER, Fritz. **The psychology of interpersonal relations**. New York, Wiley, 1958.

HIRSCHMAN, Albert. **Exit, voice and loyalty**. Cambridge,: Harvard University Press, 1970.

HIRSCHMAN, Albert. Having opinions: one of the elements of well-being? **The American Economic Review**, Nashville, v. 79, n. 2, p. 75-79, May 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOTELLING, Harold. Stability in competition. **Economic Journal**, London, v. 39, n. 153, p. 41-57, Mar. 1929.

HUNTINGTON, Samuel P. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

INFORME latinobarómetro 2008. 2009. Disponível em: <www.latinobarometro.org>. Acesso em: 23 jun. 2010.

JACOB, César R. *et al.* As eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura militar: continuidade e mudança na geografia eleitoral. **Alceu**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 102-151, jul./dez. 2000.

JODELET, Denise. Les représentations sociospatiales de La ville. In: DERYCKE, P. H. (Ed.), **Conceptions de l'espace**. Paris: Université Paris X-Nanterre, 1982. p. 145-177.

KINZO, Maria D'Alva. Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 65-81, fev. 2005.

KRUGMAN, Paul; FUJITA, Masahisa; VENABLES, Anthony. **Economia espacial**. São Paulo, Futura, 2002.

KRUGMAN, Paul. Space: the final frontier. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 12, n. 2, p. 161-174, Spring 1998.

LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique. **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LAZARSELD, Paul, BERELSON, Bernard; GAUDET Hazel. **The people's choice**. New York: Columbia University Press, 1948.

LAZARSELD, Paul; MERTON, Robert. Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. p. 230-253.

LEMOS, Mauro B. *et al.* A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 665-700, out./dez. 2003.

LESAGE, James P. **The theory and practice of spatial econometrics**. 1999. Disponível em: <<http://www.spatial-econometrics.com>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

LEVY-BRUHL, Lucien. La morale naturelle. In : _____. **La morale et la science des mœurs**. Chicoutimi: 1927 cap. 7, p. 129-145. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/levy_bruhl/morale/morale.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2009.

LIPSET, Seymour M. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LIPSET, Seymour; M., ROKKAN, Stein. Cleavage structures, party systems and voter alignments: cross-national perspectives. In: LIPSET S.M.; ROKKAN S. (Org.). **Party systems and voter alignments: cross-national perspectives**. New-York: Free Press, 1967. p. 1-64.

MACKINDER, Halford J. The geographical pivot of history. **Geographical Journal**, London, v. 23, n. 4, p. 421-442, Apr. 1904.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARQUES, Jales R.; FLEISCHER, David V. **PSDB: de facção a partido**. Brasília: Editora Positiva, 1999.

MAS-COLLEL, Andreu; WINDSTON, Michael D.; GREEN, Jerry R. **Microeconomic theory**. Nova York: Oxford University Press, 1995.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The agenda-setting functions of the mass media. **Public Opinion Quarterly**, Chicago, v. 36, n. 2, p. 176-87, Spring 1972.

MELO, Carlos R. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: elementos para a análise do sistema político brasileiro. In: MELO, Carlos Ranulfo; ALCÁNTARA SAEZ, Manuel. (Org.). **A Democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 267-302.

MENEGUELLO, Raquel. **PT: a formação de um partido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MICHELS, Robert. **Political parties: a sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy**. Nova York: Collier, 1962.

MIGUEL, Luís F. Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro. **Opinião Pública**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 91-111, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p. 757-793, 2007.

MINGOTI, Sueli A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora. UFMG, 2007.

MOJCIESZAK, Magdalena; PRICE, Vincent. What underlies the false consensus effect? How personal opinion and disagreement affect perception of public opinion. **International Journal of Public Opinion Research**, Oxford, v. 21, n. 1, p. 25-46, Spring 2009.

MORAN, Patrick A. P. The interpretation of statistical maps. **Journal of the Royal Statistical Society. Series B (Methodological)**, London, v. 10, n. 2, p. 241-251, 1948.

MORENO, Alejandro. **Partisan cues, candidate images, and political messages: how Mexican voters assimilate campaign information**. ITAM, 2005. (Working papers in political science). Disponível em: http://politica.itam.mx/english_version/papers/papers.html>. Acesso em: 23 fev. 2009.

MOSCOVICI, Serge; DOMS, Machteld. Innovation et influence des minorités. In: MOSCOVICI, Serge (Org.). **Psychologie sociale**. 5^e éd. Paris: Presses Universitaires de France, 1995. p. 51-89.

MOSCOVICI, Serge, LAGE, E.; NAFFRECHOUX, M. Influence of a consistent minority on the responses of a majority in a color perception task. **Sociometry**, Albany, v. 32, n. 4, p. 365-379, Dec. 1969.

MOSCOVICI, Serge. **Psychologie des Minorités Actives**. Paris: PUF, 1979.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. The return of the unconscious. **Social Research**, New York, v. 60, n. 1, p. 39-93, Spring 1993.

MOSCOVICI, Serge. **Social influence and social change**. Londres: Academic Press, 1976.

NELSON, Richard R.; WINTER, Sidney G. **An evolutionary theory of economic change**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

NEMETH, Charlan; SWEDLUND, Mark; KANKI, Barbara. Patterning of minority's responses and their influence on the majority. **European Journal of Social Psychology**, Sussex, v. 4, n. 1, p. 53-64, Mar. 1974.

NEMETH, Charlan, WACHTLER, Joel; ENDICOTT, Jeffrey. Increasing the size of minority: some gains and some losses. **European Journal of Social Psychology**, Sussex, v. 7, n. 1, p. 15-27, Mar. 1977.

NEWCOMB, Theodore M.; CONVERSE, Philip E.; TURNER, Ralph. **Social psychology**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1966.

NISBETT, Richard; WILSON, Timothy. Telling more than we can know: verbal reports on mental process. **Psychological Review**, Washington, v. 84, n. 3, p. 231-259, Mar. 1977.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de partido**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREZ, Carlota. Structural change and assimilation of new technologies in the economic and social systems. **Futures**, Guildford, v. 15, n. 5, p. 357-375, Oct. 1983.

PINHEIRO FILHO, Fernando. A noção de representação em Durkheim. **Lua Nova**, São Paulo, n. 61, p. 139-155, 2004.

PITKIN, Hanna. **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

PIAGET, Jean. La règle morale chez l'enfant. In: ZWEITER Sommerkurs für Psychologie in Luzern. Luzern: Stifturn Lucerna, 1928. Disponível em: <http://www.fondationjeanpiaget.ch/fjp/site/textes/VE/JP28_regle_morale.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2007.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalism and social democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Fábio W. *et al.* **Os partidos e o regime**: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Helvética, 1978.

REIS, Fábio Wanderley. Identidade, política e a teoria da escolha racional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 26-38, fev. 1988.

REIS, Fábio W. **Mercado e utopia**: teoria política e sociedade brasileira. São Paulo: Edusp, 2000.

REIS, Fábio Wanderley; CASTRO, Mônica Mata Machado de. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. **Lua Nova**, São Paulo, n. 26, p.81-131, dez. 1992.

RIBEIRO, Pedro F. O PT, o estado e a sociedade. In: ANGELO, Vitor A.; VILLA, Marco A. **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)**: uma história revisitada. São Carlos: EduFSCar, 2009.

RICATEAU, Philippe. Processus de categorization d'autrui et les mecanismes d'influence sociale, **Bulletin de Psychologie**, Paris, v. 24, p. 909-919, 1970/1971.

ROCHA, Carlos V. Anatomia de uma reforma: descentralização da educação pública de Minas Gerais e mudança institucional. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 557-592, 2003.

SAMUELS, David. From socialism to social democracy: party organization and the transformation of the workers' party in Brazil. **Comparative Political Studies**, Beverly Hills, v. 37, n. 9, p. 999-1024, Nov. 2004.

SAMUELS, David. Brazilian democracy under Lula and the PT. In: ANGELO, Vitor A.; VILLA, Marco A. **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)**: uma história revisitada. São Carlos: EduFSCar, 2009.

SANTOS, Boaventura de S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 1979.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalism, socialism, and democracy**. 4. ed. Londres: Allen & Unwin, 1952.

SCHUMPETER, Joseph A. **Business cycles: a theoretical**, historical and statistical analysis of the capitalist process. New York: McGraw-Hill, 1939.

SHY, Oz. **Industrial organization**. Cambridge: MIT Press, 1996.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2000.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 85, p. 83-102, 2009.

SINGER, Paul I. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968.

SMITH, Eliot R.; SEMIN, Gun R. Socially situated cognition: cognition in its social context. **Advances in Experimental Social Psychology**, San Diego, v. 36, p. 53–117, Sept. 2004.

SMITH, Eliot R.; COLLINS, Elizabeth C. Contextualizing person perception: distributed social cognition. **Psychological Review**, Washington, v. 116, n. 2, p. 343-364, Jul. 2009.

SOARES, Gláucio A. D. The politics of uneven development: the case of Brazil. In: LIPSET S.M.; ROKKAN S. (Org.). **Party systems and voter alignments: cross-national perspectives**. New-York: Free Press, 1967. p. 467-496.

STEINBERGER, Marília. A influência alemã na geografia política do Brasil. In: MENEZES, Albene; KOTHO, Mercedes. **Brasil-Alemanha 1927-1997: perspectivas históricas**. Brasília: Thesaurus, 1997. p. 91-108.

TELLES, Helcimara de S. **O PT e a ordem: identidade, conflito e interação**. 1997. 282 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

TELLES, Helcimara de S. El desempeño de los partidos políticos en las elecciones para la cámara de diputados en Brasil. **America Latina Hoy**, Salamanca, n. 45, p. 141-169, abr 2007.

TELLES, Helcimara de S. Campanha e decisão de voto para prefeito: os eleitores petistas. Artigo apresentado ao **XXXII Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2008.

TELLES, Helcimara de S. El partido de los trabajadores y la red de militantes: en qué creen y lo que piensan sus miembros y candidatos? In: ULIANOVA, Olga. (org.). **Reds Políticas y militantes**. Santiago de Chile: Editora de la Universidad de Santiago de Chile, 2009.

TELLES, Helcimara de S.; STORNI, Tiago P. L. Desvios e similitudes: ideologias, atitudes e decisão do voto em eleitores de direita e esquerda. Artigo apresentado ao **XXXIII Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2009.

TELLES, Helcimara de S.; STORNI, Tiago P. L.; LOURENÇO, Luiz C. Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1 ,p. 91-116, jun. 2009.

VALA, Jorge. Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In: VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta (Org.). **Psicologia social**. 6.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p. 457-502.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 377-392, 1996.

THÜNEN, Johann Heinrich von. **Isolated state**. Oxford: Pergamon, 1966.

WALLEN, Richard. Individuals' estimates of group opinion. **Journal of Social Psychology**, Washington, v. 17, n. 2, p. 269-274, May 1943.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3 ed. Brasília: UnB, 1994.

WOJCIESZAK, Magdalena; PRICE, Vincent. What underlies the false consensus effect? How personal opinion and agreement affect perception of public opinion. **International Journal of Public Opinion Research**, Oxford, v. 21, n. 1, p. 25-46, 2009.

Bancos de Dados:

Atlas do Desenvolvimento Humano

ESEB 2002

ESEB 2006

IPEADATA

Jairo Nicolau

TSE

ANEXO 1A. TABELAS DE ANÁLISE DE *HOT CLUSTERS* DOS PRINCIPAIS CANDIDATOS (SP E MG, 1998 E 2002).

PT Marta SP 1998								
Cluster1								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Américo Brasiliense	16506	4,217	Jaboticabal	42081	5,87	Santa Ernestina	4554	3,452
Araraquara	113560	6,925	Matão	45349	5,049	Santa Lúcia	5733	3,195
Barrinha	13746	3,325	Morro Agudo	14823	3,883	São Carlos	117200	6,96
Bebedouro	45733	5,177	Motuca	2699	2,481	Serrana	20076	4,073
Dobrada	5000	3,464	Nova Europa	5216	3,836	Sertãozinho	56299	5,553
Dumont	3954	4,576	Pitangueiras	19682	3,851	Taquaral	1592	3,154
Guariba	20743	3,636	Pontal Ribeirão	19210	4,089	Viradouro	10075	4,072
Guatapar	3702	2,908	Preto	306150	7,582			
Ibaté	13939	3,973	Rinc	6929	3,397			
Cluster2								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Americana	118775	6,852	Indaiatuba	81659	6,274	Pedreira	21508	5,129
Araras	62821	5,79	Jaguariúna	16871	5,687	Salto	55565	5,627
Artur Nogueira	17620	4,912	Limeira	148837	5,741	Santa Bárbara	90311	5,181
Campinas	597409	8,138	Moji-Guaçu	75884	5,382	Sumaré	94062	4,8
Cordeirópolis	10063	5,437	Monte Mor	20439	4,124	Valinhos	53562	7,439
Cosmópolis	27156	4,983	Nova Odessa	25813	5,576			
Hotolndia	61533	4,623	Paulínia	33009	6,72			
Cluster3								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS			
Alumínio	11182	5,271	Sorocaba	280378	6,793			
Mairinque	25033	4,733	Votorantm	55561	5,184			
Cluster4								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Cubatão	74659	4,963	Moji das Cruzes	193775	6,186	São Bernardo do Campo	423398	7,631
Diadema	233763	5,223	Osasco	425450	6,528	São Caetano do Sul	84309	10
Guarulhos	509305	5,791	Ribeirão			São Paulo	7131342	7,808
Itaquacetuba	105474	3,68	Pires	65543	6,204	Taboão da Serra	122559	5,919
Mauá	210654	5,038	Rio Grande da Serra	25609	4,032	Santos	334593	9,184
			Santo André	477347	7,735			

Cluster5								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS			
Campo Limpo Paulista	36090	5,417	Jundiaí Várzea Paulista	209658	7,423			
Franco da Rocha	56378	4,168		52082	4,435			
Outros								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Barra Bonita	24574	5,543	Jacareí Mineiros do Tietê	117734	6,018	Piquete	11999	5,199
Dois Córregos	13856	4,691		7064	3,936	Tremembé	16987	6,151

PPB Maluf SP 1998								
Cluster 1								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Apiáí	16980	2,57	Juquiá	14022	2,716	Registro Ribeirão Grande	34236	4,344
Barra do Turvo	6010	0,247	Juquitiba	16181	2,658	Sete Barras	4572	0,705
Eldorado	9778	1,881	Miracatu	12638	2,027		9096	1,172
Iguapé	18740	3,676	Pariquera-Açu	10864	3,15	Tapiraí	5176	2,628
Iporanga	2944	1,255	Pedro de Toledo	5781	2,88			
Itariri	7225	2,705	Peruibe	28085	5,032			
Cluster 2								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Anhumas	2612	2,575	Indiana	3911	3,776	Regente Feijó	10993	4,53
Caiabu	3342	2,481	Presidente Prudente	127990	6,798	Taciba	4061	3,08
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Cluster 3		
Mongaguá	162448	4,989	Praia Grande	101205	5,73			
Outros								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Altair	2712	2,853	Igaratá	6723	2,972	Pedrinhas Paulista	2014	5,008
Bom Jesus dos Perdões	8713	4,058	Joanópolis	7004	3,965	Piracaia	14957	4,489
Braúna Campos	3761	3,554	Natividade da Serra	6508	1,163	Redenção da Serra	3229	1,281
Novos Paulista	3236	2,595	Nazaré Paulista	8568	1,611	Rosana	14930	3,489

Castilho	11294	2,972	Nova Granada	11562	3,759	Santa Albertina	4906	3,301
Cruzália	2161	3,077	Orindiúva	2946	4,141	São Luís do Paraitinga	7769	2,546
Florínia	3168	2,97	Paraibuna	11861	2,233	Teodoro Sampaio	13640	3,755
Icém	5544	3,957	Paulo de Faria	6544	3,861			

PSDB Covas SP 1998

Outros								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Adamantina	24620	5,509	Jumirim	1210	3,053	Piquerobi	2765	2,546
Adolfo	2901	3,324	Lucélia	13539	4,107	Pompéia	13011	5,133
Álvaro de Carvalho	2820	2,068	Macaubal	5762	3,746	Pracinha	1215	2,094
Arco-Íris	1824	1,162	Marabá Paulista	2906	1,802	Ribeira	3562	0,522
Bananal	7720	3,721	Mariápolis	3640	2,419	Ribeirão dos Índios	1655	2,527
Barra do Chapéu	3320	0	Mendonça Monte	3043	3,1	Sagres	2262	1,92
Bom Sucesso de Itararé	2097	1,4	Castelo Nova	3952	2,579	Sales	3621	3,149
Caconde	11509	3,152	Guataporang	2454	2,797	Santa Mercedes	2643	2,768
Gabriel Monteiro	2482	3,594	a	21181	4,93	Tupã	42467	5,381
Herculândia	5501	3,119	Oswaldo Cruz	5445	2,272	Tupi	10516	4,766
Inúbia Paulista	2538	3,446	Ouro Verde	1537	2,841	Paulista	2867	2,902
Itapirapuã Paulista	2584	0,62	Parisi	3519	3,332	Ubarana		
			Piacatu					

PDT Rossi SP 1998

Cluster 1								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Araçariguama	6435	3,294	Ibiúna	35232	1,968	Rio das Pedras	16183	4,581
Barueri	133788	6,271	Itapeçerica da Serra	62624	4,611	Santa Bárbara d'oeste	90311	5,181
Cabreúva	15131	3,664	Itapevi	78325	3,997	Santana de Parnaíba	30589	7,942
Caieiras	33914	5,373	Itu	76884	5,91	São Lourenço da Serra	6112	3,833
Cajamar	29224	4,549	Jandira	54231	5,043	São Paulo	7131342	7,808
Capivari	23604	4,796	Mombuca	2313	2,681	São Roque	40962	5,302
Carapicuíba	187151	5,001	Osasco	425450	6,528	Sorocaba	280378	6,793
Cotia	75973	6,22	Pirapora do Bom Jesus	6115	4,101	Suzano	122287	5,004
Embu	111884	4,419	Poá	57625	5,379	Taboão da Serra	122559	5,919
Ferraz de Vasconcelos	66930	4,219	Rafard	7285	4,443	Vargem Grande Paulista	18901	5,137
Franco da Rocha	56378	4,168	Ribeirão Pires	65543	6,204			

Cluster 2								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Angatuba	11640	3,285	Itapetininga	71140	5,12	Macatuba	10673	4,217
Avaré	43872	5,356	Itatinga	9777	3,323	São Manuel	24137	4,576
Guareí	6892	2,222	Lençóis Paulistas	32157	5,196			
Outros								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Alvinlândia	1700	2,926	Gália	5192	3,06	Piratinga	7772	4,794
Assis	56319	6,217	Garça	28195	4,578	Platina	2270	2,487
Bauru	184881	7,076	Moji-Mirim	46403	6,141			
Cândido Mota	20270	4,039	Palmital	14298	4,535			

PMDB Itamar MG 1998								
Cluster1								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Além Paraíba	25472	6,061	Estrela Dalva	2055	3,644	Piraúba	7559	4,163
Alfredo Vasconcelos	3552	3,2	Ewbank da Câmara	2620	4,39	Ressaquinha	3921	3,313
Andrelândia	10320	4,272	Goianá	2800	4,32	Rio Novo	6522	5,336
Antônio Carlos	8204	3,643	Guarani	6393	4,292	Rochedo de Minas	1493	4,29
Arantina	2341	4,01	Guarará	2861	4,472	Rodeiro	3211	4,409
Aracitaba	1853	3,008	Guidoval	5685	4,005	Santa Bárbara do Turgúrio	3814	2,057
Argirita	2711	3,654	Itamarati de Minas	2666	3,951	Santa Rita de Ibitipoca	3428	2,658
Astolfo Dutra	8760	5,281	Juiz de Fora	301199	8,61	Santana do Deserto	7118	2,014
Barroso	14213	5,299	Leopoldina	36023	5,361	Santo Antônio de Aventureiro	2791	2,928
Belmiro Braga	2710	2,817	Liberdade	4550	3,615	Santos		
Bias Fortes	3643	2,136	Lima Duarte	12144	4,047	Dumont	34261	5,585
Bicas	9848	6,826	Mar de Espanha	7716	5,013	São João		
Bom Jardim de Minas	5098	4,393	Maripá de Minas	2004	4,159	Nepomunceno	17072	5,429
Cataguases	44125	5,949	Matias Barbosa	8504	5,327	Senador		
Barbacena	75648	6,674	Oliveira Fortes	1676	2,498	Cortes	1628	3,102
Chiador	2303	3,07	Paiva	1269	3,446	Seritinga	1317	3,675
Coronel Pacheco	2531	3,707	Pedro Teixeira	1471	2,636	Simão Pereira	2071	3,574
Descoberto	3402	3,648	Pequeri	2090	4,837	Tabuleiro	3274	2,966
Dona Euzébia	3756	4,47	Piau	2349	3,068	Tocantins	10684	4,489
Dores de Campos	6029	4,619	Piedade do Rio Grande	4009	2,786	Ubá	51171	5,65
						Visconde do Rio Branco	23178	4,892
						Volta Grande	3400	3,983
Cluster 2								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Abadia dos Dourados	5365	3,435	Indianópolis	4053	3,846	Pirajuba	2677	4,523

Araguari	72439	6,214	Ipiaçu	3180	4,364	Planura	6035	5,167
Campo Florido	3530	3,815	Itapagipe	8277	4,124	Prata	16961	4,442
Carmo do Parnaíba	20459	4,963	Ituiutaba	65295	6,064	Romaria	2442	4,524
Casclho Rico	2405	3,662	Iturama	19251	5,806	São Francisco de Sales	4037	3,837
Conceição das Alagoas	11964	4,888	Lagamar	6558	3,859	Tiros	5852	3,519
Coromandel	19059	4,718	Monte Alegre de Minas	13551	4,154	Tupaciguara	18390	4,557
Estrela do Sul	5929	3,731	Monte Carmelo	26665	4,898	Uberlândia	295142	7,913
Frutal	30956	5,353	Nova Ponte	6919	5,172	Varjão de Minas	3323	3,721
Grupiara	1313	4,599	Patos de Minas	80624	6,192	Vazante	14845	4,7
Gurinhata	5474	3,247	Patrocínio	43602	5,473	Veríssimo	2661	3,577
Outros								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Conceição do Pará	3543	2,895	Onça de Pitangui	2454	2,675	Tapiraí	1705	3,168
Córrego Danta Leandro	3448	3,819	Pará de Minas	44847	5,927			
Ferreira	2473	3,473	Pitangui	16287	5,224			

PSDB Eduardo Azeredo MG 1998								
Cluster 1								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Albertina	2144	3,65	Poços de Caldas	83808	7,794			
Andradas	20204	5,36	Caldas	10145	4,197			
Cluster 2								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Cachoeira de Prata	3083	5,669	Funilândia	2311	3,015	Jequitibá	3808	2,263
Fortuna de Minas	1887	3,446	Inhaúma	3291	3,53	Sete Lagoas	110620	6,417
Cluster 3								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Bonito de Minas	3909	0	Josenópolis	2873	0,974	Pai Pedro	3760	0,62
Campo Azul	2801	1,315	Juvenília	3706	1,71	Patis	3523	1,008
Cônego Marinho	5643	0,573	Lontra	5405	2,048	Pedras de Maria da Cruz	4944	1,65
Cristália	3236	1,363	Luislândia	4027	1,246	Ponte Chique	2505	2,116
Espinosa	22050	2,264	Mamonas	5171	0,981	Riacho dos Machados	7137	1,145
Fruta de Leite	3850	0,266	Manga	13785	2,262	Rubelita	6804	1,049
Gameleiras	3723	0,473	Matias Cardoso	5573	1,23	Santo Antônio do Retiro	3391	0,243
Grão Mogol	8849	1,71	Miravânia	2681	0,616	São João da Ponte	17043	1,109
Icaraí de Minas	6919	0,898	Montalvânia	9812	2,098	São João do Paraíso	13172	1,064
Ibiaí	4986	2,318	Montezuma	4446	1,115	Vargem Grande do Rio Pardo	2932	1,258
Indaiabira	4295	0,487	Ninheira	5618	0,422			
Itacarambi	10056	2,642	Novorizonte	3347	1,079			

Japonvar	4717	0,704	Padre Carvalho	3187	0,995			
Outros								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Biquinhas	2143	3,267	Itueta	4591	2,503	Santa Rita do Itueto	4285	1,816
Bom Jesus da Penha	2509	4,216	Jacinto	8686	2,428	Santo Antônio do Jacinto	9810	1,696
Conceição de Ipanema	3849	2,196	Jacuí	5026	3,491	Taparuba	2538	2,352
Cuparaque	3672	2,985	Piedade de Caratinga	2829	2,295	Vargem Bonita	1922	3,582
Goiabeira	2898	2,922	Piau	2349	3,068			
Ipanema	11695	3,859	Resplendor	14220	3,9			

PT Patrus Ananias MG 1998								
Cluster 1								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Águas Formosas	12247	2,785	Itinga	9284	1,457	Novo Oriente de Minas	7085	1,078
Araçuaí	23527	3,075	Jequitinhonha	15953	2,9	Padre Paraíso	13922	2,17
Caraiá	10797	1,131	Joaíma	9366	2,666	Pavão	7249	2,305
Comercinho	6815	0,815	Medina	17551	2,249	Ponto dos Volantes	5405	0,678
Itaobim	15806	3,157	Monte Formoso	2984	0,77	Teófilo Otoni	86899	5,017
Cluster 2								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Açucena	9032	1,65	Igarapé	13086	4,75	Pedro Leopoldo	33336	6,158
Alvarenga	4526	1,862	Imbé de Minas	3601	1,69	Periquito	5539	2,663
Alvinópolis	11274	3,776	Inhapim	20690	3,106	Pingo D'água	2887	3,436
Antônio Dias	6886	2,19	Ipaba	8731	3,405	Raposos	10067	5,359
Barão dos Cocais	15433	5,064	Ipatinga	130655	7,175	Raul Soares	18600	3,569
Bela Vista de Minas	7667	4,637	Itabirito	24810	6,042	Ribeirão das Neves	96184	4,446
Belo Horizonte	1565365	10	Itanhomi	9049	3,083	Rio Acima	5137	4,663
Belo Oriente	12790	3,648	Jaguaraçu	2205	3,757	Rio Piracicaba	10856	4,067
Betim	140196	5,535	Jampruca	3109	2,226	Sabará	64033	6,058
Bom Jesus do Galho	12402	2,374	João Monlevade	45931	6,676	Santa Bárbara	17298	5,304
Brumadinho	16595	5,51	Lagoa Santa	23786	6,721	Santa Luzia	95644	5,244
Caeté	27192	6,027	Manhuaçu	39558	4,856	Santana do Manhuaçu	6012	2,63
Caratinga	52998	5,068	Mariana	29375	5,798	Santana do Paraíso	9398	4,066
Conceição de Ipanema	3849	2,196	Mário Campos	4207	3,855	São Joaquim de Bicas	8339	3,838
Congonhas	26803	6,034	Marliéria	3104	2,396	São José da Lapa	7283	4,44
Conselheiro Lafaiete	67227	6,715	Martins Soares	3289	2,692	São Sebastião do Anta	2674	2,328
Contagem	341853	7,078	Mathias Lobato	2715	3,283	Sarzedo	5975	4,521
Coronel Fabriciano	63891	6,308	Naque	3519	3,537	Simonésia	11124	2,393
Frei Inocência	5730	3,445	Nova Era	12735	5,585	Tarumirim	13354	2,465
Governador Valadares	164986	6,538	Nova Lima	40640	7,969	Timóteo	45288	7,525
Iapu	6933	2,963	Ouro Branco	18133	7,781	Vermelho Novo	3364	2,353
Ibirité	50760	4,39	Ouro Preto	46941	6,26	Vespasiano	36787	5,326

Outros								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Antônio Prado de Minas	1577	3,613	Eugenópolis	7499	3,554	Tombos	6834	4,402
Carbonita	6309	2,502	Miradouro	8280	2,937	Vieiras	2859	3,091

PSDB Alckmin SP 2002								
Cluster 1								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Aparecida	20563	5,53	Monteiro Lobato	2782	2,804	São Bento do Sapucaí	7580	2,386
Areias	2859	2,665	Pindamonhangaba	80484	5,818	São José do Barreiro	3634	2,491
Campos do Jordão	31602	5,209	Potin	8658	3,488	São Luís do Paraitinga	9270	2,546
Cunha	16870	1,403	Redenção da Serra	3361	1,281	Tremembé	19438	6,151
Guaratinguetá	73707	6,358	Roseira	5807	4,083			
Lagoinha	4831	2,178	Santo Antônio do Pinhal	5004	2,795			
Outros								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Apiá	18612	2,57	Lindóia	4464	4,959	Ribeira	2266	0,522
Barra do Chapéu	3845	0	Lucélia	13892	4,107	Rinópolis	6524	3,227
Bento de Abreu	2078	3,545	Mariápolis	2638	2,419	Rubiácea	1643	2,164
Divinolândia	9044	2,676	Nipoã	2417	3,028	Sagres	1602	1,92
Gabriel Monteiro	2062	3,594	Nova Luzitânia	2242	2,982	Salmourão	3017	2,62
Garça	30255	4,578	Osvaldo Cruz	22520	4,93	São João de Iracema	1386	2,703
Guarapes	21019	4,773	Pedra Bela	3932	0,924	Tuiuti	4008	2,057
Ilha Comprida	5424	5,497	Piacatu	3854	3,332	Tupã	44685	5,38
Inúbia Paulista	2718	3,446	Pinhalzinho	7812	2,691	União Paulista	1231	2,522
Itapirapuã Paulista	2917	0,62	Pracinha	1286	2,094	Urupês	8808	3,935

PT Genoíno SP 2002								
Cluster 1								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Américo Brasiliense	19796	4,217	Jaú	76520	5,869	Santa Rita do Passa Quatro	19185	5,891
Araraquara	124981	6,925	Matão	50288	5,049	Santa Rosa do Viterbo	16217	4,675
Boa Esperança do Sul	9046	3,412	Motuca	3024	2,481	São Carlos	132153	6,959
Bocaina	6844	4,395	Nova Europa	5766	3,836	Sertãozinho	62648	5,553
Dobrada	5319	3,464	Pitangueiras	21128	3,851	Tabatinga	9667	3,287
Gavião Peixoto	2823	2,482	Pontal	20690	4,089	Taquaral	1895	3,154
Guariba	22694	3,636	Rincão	6971	3,397	Taquaritinga	35338	4,715
Ibaté	16442	3,973	Santa Ernestina	4640	3,452			
Jaboticabal	45543	5,87	Santa Lúcia	6341	3,195			
Cluster 2								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS

Americana	137521	6,852	Hortolândia	83365	4,623	Nova Odessa	30615	5,576
Araras	73054	5,79	Indaiatuba	99703	6,274	Paulínia	40361	6,72
Artur Nogueira	21917	4,912	Iracemópolis	10998	5,387	Pedreira	25163	5,129
Cajamar	32828	4,549	Itupeva	19658	4,89	Salto	64215	5,627
Campinas	656596	8,139	Jaguariúna	20998	5,687	Santa Bárbara d'Oeste	105378	5,181
Campo Limpo			Jundiaí	231793	7,423	Santa Gertrudes	11605	4,424
Paulista	44835	5,417	Leme	54144	4,827	Sumaré	116264	4,8
Cordeirópolis	11920	5,437	Limeira	164548	5,741	Valinhos	61723	7,439
Cosmópolis	31451	4,983	Monte Mor	25778	4,124	Várzea Paulista	60217	4,435
Holambra	6996	5,212						

Cluster 3

Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Alumínio	12472	5,371	Sorocaba	324269	6,793	Votoratim	63408	5,184

Cluster 4

Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Cubatão	81550	4,962	Ribeirão Pires	72078	6,204	São Bernardo do Campo	472848	7,631
Diadema	250960	5,223	Rio Grande da Serra	28393	4,032	São Caetano do Sul	104253	10
Mauá	236980	5,038	Santo André	500320	7,735			

Outros

Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Carapicuíba	216989	5,001	Osasco	453152	6,528
Ipuã	8254	3,983	São Joaquim da Barra	28712	4,973

PPB Maluf SP 2002**Cluster 1**

Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Caiabu	3048	2,48	Presidente Prudente	138913	6,798
	Cluster 2				
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Mongaguá	24095	4,989	Praia Grande	120919	5,72

Outros

Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Águas de Santa Bárbara	3836	4,122	Fernando Prestes	4116	3,231	Piracaia	16385	4,489
Altair	2835	2,853	Guareí	7289	2,222	Pontes Gestal	2475	2,94
Alto Alegre	3182	2,835	Iaras	2056	2,435	Porangaba	4443	2,775
Américo de Campos	4280	3,353	Ibirarema	4881	3,861	Quadra	2410	1,197
Arandu	3374	2,495	Itapura	3077	2,836	Rafard	7673	4,443
Ariranha	5855	3,494	Itatinga	10520	3,323	Ribeirão Grande	5231	0,704
Atibaia	73357	5,833	Juquiá	15283	2,716	Rosana	17075	3,489
Avanhandava	6436	3,539	Manduri	6685	3,506	Sandovalina	2226	2,514
Avaré	48734	5,356	Miracatu	14209	2,027	Santa Adélia	9852	4,119
Bofete	6099	3,133	Mira Estrela	2223	2,773	Tapiraí	5437	2,628

Bom Jesus dos Perdões	9881	4,058	Mombuca Nazaré	2569	2,681	Tarabai Teodoro	4925	3,067
Borebi	1538	2,606	Paulista Pedro de Toledo	9731	1,611	Sampaio	14178	3,755
Cardoso	9758	3,739	Pereiras	6244	2,88	Torre de Pedra	1902	2,139
Cerqueira César	10882	3,988	Pindorama	5087	3,557			
Estrela do Norte	1865	2,425		10074	4,043			

PSDB Aécio MG 2002								
Cluster 1								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Andradas	22923	5,361	Ipuiúna	6957	4,51	Ouro Fino	20810	5,447
Caldas	10358	4,197	Jacutinga	13686	5,597	Santa Rita de Caldas	6437	3,954
Cluster 2								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Arapuá	2400	4,221	Patos de Minas	88568	6,192	Sacramento	15574	5,274
Carmo do Paranaíba	19043	4,963	Perdizes	9172	4,096	Santa Juliana	6121	5,06
Cruzeiro de Fortaleza	2832	4,759	Rio Paranaíba	7996	3,759	Serra do Salitre	6091	4,103
Cluster 3								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Bonito de Minas	5005	0	Lontra	6029	2,048	Ponto Chique	2836	2,116
Brasília de Minas	21923	2,653	Mamonas	5039	0,981	Santo Antônio do Retiro	4198	0,243
Cônego Marinho	4986	0,573	Matias Cardoso	5400	1,229	São Francisco	31871	2,093
Espinosa	22709	2,264	Miravânia	3096	0,616	São João da Ponte	18425	1,109
Gameleiras	4096	0,478	Montalvânia	10489	2,098	São João das Missões	5437	0,285
Ibiaí	4811	2,318	Montezuma	4561	1,115	São Romão	5516	2,57
Indaiabira	4843	0,487	Patis	3897	1,008	Vargem Grande do Rio Pardo	3156	1,258
Jaíba	15579	2,158	Pedras de Maria da Cruz	5451	1,65			
Japonvar	5526	0,704	Pintópolis	4510	1,142			
Outros								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Água Boa	10509	1,525	Conceição da Barra de Minas	3081	3,216	Muzambinho	14628	5,559
Alagoa	2183	2,499	Cristina	7282	3,613	Olímpio Noronha	2000	3,737
Angelândia	5021	1,811	Dom Viçoso	2551	2,402	Oliveira	27127	5,038
Bom Jesus da Penha	2599	4,216	Itamonte	8902	4,527	Resende Costa	7487	4,141
Cachoeira de Minas	7807	4,281	Itapagipe	8791	4,124	Ritópolis	4638	3,081
Camacho	2637	2,181	Jacuí	5303	3,49	Santo Antônio do Amparo	10475	4,17
Campina Verde	14150	4,295	Joaquim Felício	2564	2,791	São Francisco de Paula	4842	3,028
Candeias	10567	3,453	José Gonçalves	2926	0,853	São Sebastião	1654	4,149

Capetinga	5429	4,164	de Minas			do Rio Verde		
Carmo da Mata	8392	4,284	Juruaiá	5742	3,428	São Tiago	7726	3,73
Carmo de Minas	7793	4,292	Ladainha	10320	0,85	Setubinha	5990	0,376
Comendador Gomes	1791	3,753	Maria da Fé	10251	4,071			
			Monte Belo	9543	3,765			

PT Nilmário MG 2002

Cluster 1								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Antônio Carlos	8685	3,643	Leopoldina	36210	5,361	Silveirânia	1744	2,834
Barbacena	81763	6,674	Lima Duarte	12398	4,047	Tabuleiro	3475	2,966
Bicas	10308	6,826	Matias Barbosa	9235	5,327	Tocantins	11262	4,489
Cataguases	47329	5,949	Piraúba	8026	4,163	Ubá	55345	5,65
Ewbank da Câmara	2893	4,39	Rio Pomba	12643	5,271	Viçosa	44525	7,757
Guarani	6780	4,292	Santos Dumont	35422	5,584	Visconde do Rio Branco	24827	4,892
Itamarati de Minas	3074	3,951	São Geraldo	5587	3,713			
Juiz de Fora	329757	8,61	São João					
			Nepomuceno	17912	5,429			

Cluster 2								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Açucena	8801	1,649	Igarapé	16779	4,749	Reduto	3672	2,829
Alvinópolis	11787	3,776	Ipatinga	146797	7,174	Ribeirão das Neves	126173	4,446
Antônio Dias	7315	2,189	Itabira	73326	6,361	Rio Acima	5869	4,663
Barão dos Cocais	17019	5,064	Itabirito	27984	6,042	Rio Piracicaba	11073	4,067
Bela Vista de Minas	7791	4,637	Itatiaiuçu	6155	3,103	Sabará	70340	6,058
Belo Horizonte	1646041	10	Jaguaraçu	2382	3,757	Santa Bárbara	18310	5,304
Belo Oriente	14486	3,648	Joanésia	5366	1,86	Santa Luzia	116780	5,244
Betim	178120	5,535	João			Santana do Manhuaçu	6034	2,63
Bom Jesus do Galho	12518	2,374	Monlevade	50686	6,676	Santana do Paraisópolis	10628	4,066
Brumadinho	18668	5,51	Mariana	33474	5,798	São Domingos do Prata	13799	3,283
Caeté	28078	6,027	Marliéria	3322	2,395	São Gonçalo do Rio Abaixo	6425	2,598
Caratinga	54951	5,068	Martins Soares	4140	2,691	São Joaquim de Bicas	10792	3,838
Catas Altas	3268	3,943	Mesquita	4686	2,547	São José da Lapa	10615	4,441
Confins	4125	4,463	Naque	4131	3,537	São José do Goiabal	4836	2,931
Congonhas	30215	6,034	Nova Era	13268	5,585	Sarzedo	8949	4,521
Conselheiro			Nova Lima	45567	7,969	Simonésia	11659	2,393
Lafaiete	73367	6,715	Ouro Branco	21220	7,781	Timóteo	50817	7,525
Contagem	368705	7,078	Ouro Preto	48940	6,26	Vermelho Novo	3849	2,353
Coronel			Pedro			Vespasiano	49211	5,326
Fabriciano	68647	6,308	Leopoldo	36514	6,158			
Dionísio	7577	3,1	Periquito	5421	2,663			
Dom Silvério	4288	3,99	Raposos	10946	5,359			
Ibirité	65975	4,39	Raul Soares	18774	3,359			

Outros								
Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS	Município	Eleitorado	ICSS
Alvarenga	4410	1,863	Itaobim	15198	3,157	Monte Formoso	3191	0,771
Dom Cavati	4340	4,255	Jequitinhonha	15717	2,9	Ponto dos Volantes	6045	0,679
Eugenópolis	8055	3,554	Joáima	9387	2,666	Tarumirim	10976	2,465
Fervedouro	6447	2,084	Miradouro	7467	2,937	Vieiras	3499	3,091